



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS HUMANAS E ARTES
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Euclides Benjamim Tavares

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA AGRÍCOLA E O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO DE CASO DO PERÍMETRO
AGRÍCOLA JUSTINO LOPES EM SANTA CRUZ.

Praia, 2019

Euclides Benjamim Tavares

**A Formação Profissional na área agrícola e o Desenvolvimento Sustentável:
estudo de caso do Perímetro Agrícola Justino Lopes em Santa Cruz.**

Dissertação apresentada à
Universidade de Cabo Verde
(UNICV), como requisito para a
obtenção do grau de Mestre em
Ciências da Educação para o
Desenvolvimento Sustentável.

O orientador

Praia, 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por me ter criado, e pela saúde que me ofereceu ao longo de todo esse tempo, por me ter dado força nos momentos difíceis e principalmente por me conceder a graça de tornar este trabalho uma realidade.

A elaboração de qualquer trabalho científico e acadêmico, por muito individual que seja, requer a ajuda, a colaboração de outras pessoas e instituições. Sendo assim, é com um sentimento de imensa satisfação que escrevo estas palavras de agradecimento a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Vladimir Antero Delgado Silves Ferreira pelo acompanhamento durante este trabalho, pela oportunidade que me ofereceu de com ele aprender um pouco do seu vasto conhecimento nessa área, que comigo partilhou com humildade e humanismo em cada momento, enfim por toda a sua contribuição nesta pesquisa.

Aos participantes deste estudo, sem os quais nada teria sido possível, agradeço pelo tempo disponibilizado para a entrevista e pela paciência e o interesse demonstrado pelo tema em estudo.

Aos professores e queridos colegas de curso de todos os momentos, que sempre se mostraram disponíveis em ouvir as minhas inquietações e sempre procuraram apoiar-me com sugestões e incentivos morais para que continuasse nesta caminhada rumo à conclusão desta etapa.

A todos os amigos e familiares, em especial ao meu filho Dereck Benjamim e sua querida mãe e esposa, pela paciência demonstrada neste percurso. Em fim a todos que nos momentos mais difíceis souberam dizer-me sim, um muito obrigado!

RESUMO

A formação profissional na área agrícola mostra-se determinante para a qualificação, principalmente daqueles que desempenham suas atividades no mundo rural, tendo em vista os obstáculos e os desafios enfrentados no seu dia - dia. Neste contexto a pretensão deste trabalho é compreender a Formação Profissional no contexto do Desenvolvimento Sustentável do setor agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes, tendo como a seguinte questão de referência: A falta de formação profissional, na área agrícola dos membros da cooperativa, afeta a produtividade da mesma tendo em vista o desenvolvimento sustentável? Para respondermos a esta questão, inicialmente trouxemos para este trabalho uma componente teórica de temáticas que pensamos ser essenciais para este estudo, que também possui uma componente empírica ancorada na abordagem qualitativa, tendo a entrevista semiestruturada como principal instrumento de recolha dos dados e análise de conteúdo como técnica de análise dos mesmos. Constatamos existir a necessidade de se apostar mais e melhor na formação no domínio agrícola para os sócios e agricultores da cooperativa, bem como no domínio da gestão, isto apesar de no nosso estudo depararmos com um equilíbrio entre os sócios com e sem formação; persistiu a ideia de que a falta de formação profissional na área agrícola e de gestão, estão na base da problemática da atual situação da cooperativa Justino Lopes, com vista ao desenvolvimento sustentável, uma vez que a formação profissional na área agrícola ministrada no concelho mostra ser insuficiente.

Palavras – chave: Formação Profissional, Agricultura, Desenvolvimento Sustentável Santa Cruz.

ABSTRACT

The professional training on agriculture is very important to qualify, mainly those who work on the rural area, to deal with the challenges they may face on their daily life. At this context, the purpose of this work is to understand the Professional Training on the context of Sustainable Development of agricultural area. Focusing on Justino Lopes' cooperative, the focus question is: Does the lack of professional training on agriculture, of the members of Justino Lopes' cooperative, affect the productivity concerning the sustainable development? To answer this question, we first brought to this work the theoretical component of the issues we thought are essential for this study, which also contains the empirical component attached to qualitative approach. The semi structured interview was the main instrument used to collect data and the analysis of the content was used to analyze the interviews. We concluded that there is a need to enhance more and more the professional training on agriculture of the partners and farmers from the cooperative. Also there is a need to focus on the management, although throughout our research we could notice a balance between the partners and farmers with or without professional training. We still had the idea that the lack of professional training on agricultural area and management are the reason of the present situation on the Justino Lopes' cooperative, concerning the sustainable development, since the professional training on agriculture led by the county seems to be insufficient.

Key Words: Professional Qualification, Agriculture, Sustainable Development, Santa Cruz.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Curso de Atividades Básicas de Agricultura do CEFPSC	46
Quadro 2- Curso de Gestão da Produção Agropecuária do CEFPSC	48
Quadro 3- Curso em Horticultura do CEFPSC	50
Quadro 4- Módulo Formativo da Formação em Fruticultura e Viveirista da DMAASC	55
Quadro 5- Relevância da Formação Profissional na área Agrícola	77
Quadro 6- Competências adquiridas após a formação	79
Quadro 7- Percepções dos responsáveis pela área da formação profissional e agrícola sobre as necessidades de formação na área agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes	81
Quadro 8- percepções dos responsáveis pela área da formação profissional e agrícola sobre o desenvolvimento sustentável	85
Quadro 9- percepções dos sócios da cooperativa sobre a relevância da formação profissional.....	89
Quadro 10- perfil dos sócios em relação a formação profissional na área agrícola.....	91
Quadro 11- percepções dos sócios da cooperativa sobre as necessidades de formação profissional na área agrícola no âmbito da cooperativa	93
Quadro 12- percepções dos sócios da cooperativa acerca do desenvolvimento sustentável	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa do Concelho de Santa Cruz	42
Figura 2- Centro Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz	44
Figura 3- Mapa Localização do Perímetro Agrícola Justino Lopes	64
Figura 4- Algumas Imagens da Antiga SACOFIL	65
Figura 5 - Imagens de práticas agrícolas sustentais na cooperativa Justino Lopes	102
Figura 6 - Imagens de Práticas Agrícolas Insustentáveis na cooperativa Justino Lopes	102

LISTA DE SIGLAS

CEFPSC- Centro Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz

CIME- Comissão Internacional para o Emprego

CFA- Centro de Formação Agrária

CMSC- Câmara Municipal de Santa Cruz

CMMAD- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

DMAASC- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente de Santa Cruz

DS- Desenvolvimento Sustentável

ECAA- Escola de Ciências Agrárias e Ambientais

EMPA- Empresa Pública de Abastecimento

FAO- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

ICA- Aliança Cooperativa Internacional

INE- Instituto Nacional de Estatística

INC- Instituto Nacional de Cooperativas

IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional

INIA- Instituto Nacional de Investigação Agrário

INIDA- Instituto Nacional de Investigação Agrário

ONU- Organização das Nações Unidas

PAIGC- Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde

PEDS- Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

PIB- Produto Interno Bruto

RGA- Recenseamento Geral da Agricultura

SACOFIL- Sociedade Agrícola e Comercial Santa Filomena

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	17
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	17
1.1. Formação Profissional	17
1.2 A Formação Profissional na Área Agrícola em Cabo Verde.....	23
1.3. A Formação Profissional na Área Agrícola Como Fator Para o Desenvolvimento Sustentável	38
CAPÍTULO II	42
2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA AGRÍCOLA EM SANTA CRUZ.....	42
2.1. Caraterização do Concelho de Santa Cruz	42
2.2. O Centro de Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz	43
2.3. O Curso de Atividades Básicas de Agricultura do CEFPSC-2018	45
CAPÍTULO III.....	56
3. A ORIGEM E EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO.....	56
3.1. O Cooperativismo em Cabo Verde	59
3.2. A Cooperativa Justino Lopes breve historial.....	64
CAPÍTULO IV	68
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
4.1. Opção metodológica	68
4.2. Instrumentos de recolha de dados	71
4.3. Técnicas de análise dos dados	73
4.4. Participantes do estudo.....	74
CAPÍTULO V.....	76
5. APRESENTAÇÃO E ANÁLESE DOS DADOS	76
5.1. Perceções dos responsáveis pela área da formação profissional e pela área agrícola no concelho sobre a importância da formação profissional na área agrícola.....	76
5.2. Perceções dos responsáveis para a área da formação profissional e agricultura sobre as necessidades de formação profissional na área agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes	80
5.3. Perceções dos responsáveis pela área da formação profissional e pela área agrícola no concelho sobre o desenvolvimento sustentável	84

6. PERCEÇÕES DOS SÓCIOS DA COOPERATIVA JUSTINO LOPES	88
6.1. Perceções dos sócios da cooperativa Justino Lopes a cerca da importância da formação profissional na área agrícola.	88
6.2. Perceções dos sócios a cerca das necessidades de formação profissional na área agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes	92
6.3. Perceções dos sócios da cooperativa acerca do desenvolvimento sustentável	97
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
Documentos consultados.....	112
Sites Consultados.....	114
Legislação Consultada	114
Anexos	115

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, insere-se no âmbito dos requisitos exigidos pela Universidade de Cabo Verde (UNICV), que é a realização de uma investigação científica para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. O mesmo tem como título: **A Formação Profissional na área agrícola e o Desenvolvimento Sustentável: estudo de caso do perímetro agrícola Justino Lopes em Santa Cruz**. O foco principal é analisar como a formação profissional para a área da agricultura poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável, tendo como estudo de caso a cooperativa Justino Lopes.

A formação profissional, “é vista, pelos muitos governos e pela União Europeia, como uma medida de combate ao desemprego, tanto na estrutura do emprego, como na criação do autoemprego. A estrutura, a fórmula, o modo de aplicação e até os resultados da formação profissional interessam os políticos, os economistas, os sociólogos, os empregadores, as empresas, os trabalhadores, todos, tanto nos países desenvolvidos, como em desenvolvimento, e ainda nos países classificados como subdesenvolvidos” (Mendes, 2013, p. 18).

Figueira (2003) considera a formação profissional, “um valor estratégico, um instrumento fundamental para responder às necessidades da economia, aos défices de qualificação profissional dos indivíduos e aos problemas da inserção profissional com que estes se defrontam. Ainda segundo o mesmo autor, a formação profissional é a ferramenta fundamental do mundo de trabalho. Todos aqueles que não têm uma formação na sua área, e ainda, nas novas tecnologias que constituem instrumentos de trabalho, cada vez mais alargados e diversificados, precisarão de formação”.

No panorama cabo-verdiano, desde muito cedo notou-se a importância da formação profissional dada pelos sucessivos governos no combate ao desemprego e a redução da pobreza, com a criação de dispositivos constitucionais que enfatizam tal importância. É o exemplo da Constituição da República, que reconhece o direito à educação, deixando bem claro que esta deve preparar e qualificar os cidadãos para o

exercício da atividade profissional, com vista a participação cívica e democrática na vida ativa e para o exercício pleno da cidadania (B. O. nº 28/2010, p. 29).

O nosso estudo como anunciado anteriormente incide-se sobre a formação profissional na área agrícola, que no entender de Mendes (2013) “muitas vezes desenvolve-se a formação apenas num setor de atividade e relega-se, para um plano secundário, os outros setores de atividades, sobretudo os da área de agricultura ou outros que não interessam os financiadores. No caso de Cabo Verde, pouca formação se realiza no setor agrícola. Nota-se que há um certo modismo de formação num determinado setor de atividade, realizada muitas vezes, sem um estudo prévio” (p.38).

É evidente que a formação profissional no setor agrícola, torna-se numa importante ferramenta de desenvolvimento, não somente a nível económico, mas também, contribui para a erradicação da pobreza, no combate ao desemprego bem como para o aumento da segurança alimentar e a nutrição dos mais pobres e na promoção de uma agricultura sustentável, tornando como uma das motivações que levaram a este estudo.

Aliás como nos dá conta o Ministro da Agricultura e Ambiente, na apresentação dos dados provisórios, relativos ao V Recenseamento Geral da Agricultura (RGA), onde destacou a importância da agricultura em Cabo Verde, considerando que é a principal atividade económica do país, pelo número de pessoas que emprega, ciente de que ainda enfrenta muitos desafios, com destaque para o aumento da produção, para ser maior do que os atuais 7,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Pelo seu turno o Ministro das Finanças, enalteceu esta importância considerando que a agricultura deve ser vista como um meio de rendimento e de combate à pobreza e também ser um setor competitivo e inovador.

Nesta ótica, a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em setembro de 2015, e a assinatura do Acordo de Paris sobre a mudança do clima em abril de 2016, assinalam um claro reconhecimento, por parte da comunidade internacional, de que o crescimento económico, a redução da pobreza e sustentabilidade ambiental estão interligados e são essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável. Ora, o relatório do Banco Mundial (2016, p.15), considera que 78% dos pobres do mundo vivem na zona

rural e a maior parte depende da agricultura de subsistência; aumentar a produtividade agrícola e a resiliência, reforçar os vínculos dos agricultores com os mercados e fornecer alimentos de forma economicamente viável são meios comprovados para erradicar a pobreza e impulsionar a prosperidade compartilhada, garantindo a sustentabilidade das famílias.

Em relação a Cabo Verde, a pobreza também é considerada um fenómeno complexo, multidimensional e difícil de se medir. O III Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF, 2015), concluiu que em Cabo Verde cerca de 35% da população vive na pobreza, enquanto 10,6% vive em situação de pobreza extrema e que esta se manifesta de forma mais intensa no meio rural.

De acordo com os dados provisórios do V Recenseamento Geral da Agricultura (RGA, 2015), a agricultura é tida como uma das principais atividades económicas do país, ao concluir que, um total de 182.396 pessoas cerca de (34,8% da população) praticam a agricultura em Cabo Verde e que 65.1% da população agrícola vive nas zonas rurais. O setor agrícola, apesar das suas fragilidades estruturais, particularmente às secas, e onde a precipitação média anual varia de 60mm nas ilhas planas a 240 a 550 mm nas ilhas montanhosas, tem desempenhado um papel de grande relevo para o país, permitindo a subsistência de um grande número de famílias cujo sustento e organização da vida familiar estão estreitamente associados à terra (INE, 2015).

As explorações agrícolas são organizadas das seguintes formas: em parcelas de sequeiro representando cerca de 81.9%, em parcelas de regadio representando cerca de 16.8%, e em regime misto com 1.3%, das explorações agrícolas, constituindo uma das principais fontes de rendimento e desenvolvimento do país ao longo desses anos (RGA, 2015).

O Concelho de Santa Cruz, é uma das regiões de maior produtividade agrícola do país, uma vez que possui a maior área irrigada (CMSC, 2016, p. 30), onde as culturas de banana e hortícola ocupam um lugar muito importante. No entanto, devido às últimas secas, a atividade agrícola tem vindo a degradar-se pelo facto dos poços e ribeiras estarem a diminuir o seu caudal de água e, conseqüentemente, a gradual salinização dos solos. Este facto não está somente ligado à seca, mas também, devido a sobre-exploração da

água subterrânea (poços e furos), extração de inertes nas praias e prática do sistema de rega por alagamento (PANAI, 2004-2014, p.113), tornando-se como outra das motivações que levaram a esse estudo.

A outra é a Cooperativa Justino Lopes que tem sofrido várias transformações ao longo desses anos, desde sua inscrição na Sociedade de Quotas em 1968, sob a responsabilidade de Fernando Pinto de Almeida Henrique, passando por propriedade Estatal em 1980, sob a responsabilidade do Estado, e posteriormente em 1994, passando a ser Associação de Trabalhadores do Setor Agrícola de Justino Lopes, e mais recentemente em 2013, até a presente data, tendo sido passado de Associação à Cooperativa Justino Lopes, e sempre acompanhado também de problemas que tem vindo a afetar diretamente no alavancar de uma das empresas que um dia foi um dos pilares de desenvolvimento local. Problemas estes que se prendem com a gestão, falta de financiamento e pouca formação no domínio agrícola por parte dos sócios. Recordar-se que o cooperativismo é uma das formas de organização da sociedade civil, uma vez que, proporciona o desenvolvimento socioeconómico aos seus integrantes e à comunidade onde se encontra inserido, através da educação e formação, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades económicas.

Esta pesquisa, justifica-se pela atualidade e pertinência do tema, que poderá contribuir para uma melhor compreensão das razões que têm condicionado o desenvolvimento sustentável dessa cooperativa, bem como as sugestões em termos de medidas de políticas e estratégias para a concretização dos projetos, com vista a garantia do bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida local.

Frente a essa contextualização, torna-se importante compreender os implicativos que estão na base da problemática da formação profissional voltada para o setor agrícola, no âmbito da cooperativa Justino Lopes; já que o objetivo do cooperativismo não é, em si, a busca pelo lucro mas sim a sustentabilidade organizacional, gestonária e económica para que possa prestar os serviços aos seus membros e gerar recursos para o reinvestimento, contribuindo para o aumento da produção, o rendimento das famílias e a melhoria da qualidade de vida dos futuros sócios, bem como dos utilizadores dos seus serviços.

Perante este cenário, levanta-se a seguinte pergunta de partida: a falta de formação profissional, na área agrícola dos membros da cooperativa, afeta a produtividade da mesma tendo em vista o desenvolvimento sustentável? O trabalho tem como objetivo geral compreender a Formação Profissional no contexto do Desenvolvimento Sustentável do setor agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes.

Este objetivo foi desdobrado noutros específicos: caraterizar a formação profissional na área agrícola ministrada no concelho, identificar as necessidades da formação profissional na área agrícola na cooperativa Justino Lopes; caraterizar os sócios da cooperativa Justino Lopes a nível da formação profissional.

O trabalho que aqui se apresenta, encontra-se estruturado em cinco capítulos. A organização da referida estrutura foi construída no intuito de facilitar a sua leitura e compreensão, e ainda conciliar a coerência conceptual e metodologia com os temas abordados. **No primeiro capítulo**, referente ao enquadramento teórico conceptual em torno da formação profissional de uma forma geral, e em Cabo Verde em particular, do ponto de vista de alguns teóricos e na perspetiva de algumas organizações internacionais, e de forma mais específica a formação profissional na área agrícola em Cabo Verde. Ainda neste capítulo debruçamos sobre os termos desenvolvimento e desenvolvimento sustentável no seu amplo sentido e no contexto cabo-verdiano, terminando o capítulo fazendo referência sobre a formação profissional na área agrícola como fator para o desenvolvimento sustentável. **No segundo capítulo**, intitulado formação profissional em Santa Cruz, inicialmente procuramos fazer um enquadramento geral do concelho, bem como a do Centro de Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz (CEFPSC), onde também é feita a referencia aos planos curriculares do centro para as áreas agrícolas, bem como ao relatório de formação em fruticultura para os agricultores e viveiristas 2016-2018 da delegação do MAA em Santa Cruz, e o programa da Camara Municipal de Santa Cruz para a Formação profissional na área agrícola. **No terceiro capítulo**, por forma a enquadrar a cooperativa em estudo buscamos inicialmente trazer para este trabalho um historial das origens e evolução do termo cooperativismo numa escala global, e do seu aparecimento e evolução em Cabo Verde, para no final deste capítulo chegarmos à cooperativa na qual o estudo foi realizado. **No quarto capítulo** – a pesquisa de campo, e os procedimentos metodológicos – apresentamos os participantes do estudo, bem como

a opção metodológica, os instrumentos de recolha de dados, técnicas de análise e tratamento dos mesmos. Por fim no **quinto capítulo** é apresentado de forma descritiva os dados recolhidos a partir das entrevistas realizadas no intuito de atingir os objetivos traçados para o estudo. De seguida são apresentadas as principais conclusões e as recomendações.

O trabalho finaliza-se com apresentação das Referências Bibliográficas, identificando os autores que serviram de suporte para a realização deste trabalho, bem como as referências legislativas, outros documentos consultados e também os sites utilizados. Em anexo colocamos os instrumentos de recolha de dados.

CAPÍTULO I

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo abordamos o conceito da formação profissional de uma forma geral, e em Cabo Verde em particular, do ponto de vista de alguns teóricos e na perspectiva de algumas organizações internacionais, e de forma mais específica a formação profissional na área agrícola em Cabo Verde. Ainda neste capítulo debruçamos sobre os termos desenvolvimento e desenvolvimento sustentável no seu amplo sentido e no contexto cabo-verdiano, terminando o capítulo fazendo referência sobre a formação profissional na área agrícola como fator para o desenvolvimento sustentável.

1.1. Formação Profissional

O conceito de formação profissional vem evoluindo ao longo dos tempos, pela própria natureza de investigação nesta área de atividade humana, tornando-se mais abrangente, principalmente nas áreas pluridisciplinares, como as culturais, as ciências da educação, as económicas e sociais.

É um conceito dinâmico que tem sido apresentado por vários autores e organizações. É o caso de Cardim, (1999) que define:

“a formação profissional como sendo as intervenções que promovem a aquisição e o desenvolvimento dos conhecimentos e competências completos e necessários ao exercício profissional, devendo conferir uma qualificação certificável” (p. 50).

Magalhães (2014) afirma que: “a formação profissional é considerada como uma atividade que auxilia o desenvolvimento da personalidade do sujeito, partindo das competências adquiridas e de experiências vividas, deixando obter elementos de realização mais completos de si próprio, e uma melhor adaptação e inclusão no mercado de trabalho” (p. 15).

Na realidade, a formação profissional surge como estratégia que ajuda a minorar os problemas do desemprego, criando uma mão-de-obra mais qualificada, o que vai proporcionar melhores oportunidades de emprego, e uma (re) inserção ou progressão no mercado de trabalho como atesta (RAMOS, 2003).

A Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em 1989 dá-nos conta que:

“a expressão ensino técnico e profissional designa todas as formas e todos os graus do processo de educação onde intervêm, além da aquisição de conhecimentos gerais, o estudo de técnicas conexas e a aquisição de competências práticas, do saber-fazer, de atitudes e de elementos de compreensão relacionados com as profissões que podem exercer-se em diferentes setores da vida económica e social” (UNESCO, p. 191).

Segundo a Terminologia de Formação Profissional da Comissão Internacional para o Emprego, CIME e da DGERT (2001) o Ensino profissional é considerado como um “Ensino que tem por objetivo imediato a preparação científica e técnica para o exercício de uma profissão ou de uma atividade profissional (p.23).

Também a Organização Internacional do Trabalho OIT, defende que o conceito de Formação Profissional consiste na “atividade direcionada para identificar e desenvolver capacidades humanas para uma vida ativa, satisfatória e produtiva. Aqueles que recebem formação profissional devem ser capazes de compreender e, individualmente ou coletivamente; influenciar as condições de trabalho e o contexto social” Caetano (2007; p. 8, apud Fialho, Saragoça e Silva, 2013, p. 15).

Ainda a CIME (2001) define a terminologia Formação Profissional “como um conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de atividade económica” (p. 25). O Sistema Nacional de Qualificações portuguesa, criado pelo DL n.º396/2007¹, apresenta, também, no seu artigo n.º 3, alínea e), uma definição simples e curta de formação profissional,

¹ Decreto-Lei n.º 396/2007. Artigo 3.º. Diário da República, 1.ª série — N.º 251 — 31 de dezembro de 2007.

considerando “ toda a formação com o objetivo de dotar o indivíduo de competências com vista ao exercício de uma ou mais atividades profissionais”. Também o Sistema Nacional de Qualificações cabo-verdiano, criado pelo DL nº 53/2014², no seu artigo nº 2, apresenta o conceito de Formação Profissional, como sendo “o processo global e permanente através do qual jovens e adultos, a inserir ou inseridos na vida ativa, se preparam, mediante o mecanismo de aquisição e desenvolvimento de competências, para o exercício de uma atividade profissional”.

De uma forma mais genérica Cardim (2005, apud Fialho, Saragoça e Silva, 2013;p. 15) afirma que “ a formação profissional tem como missão atualizar conhecimentos e aperfeiçoar as competências profissionais permitindo uma melhoria de desempenho das funções exercidas ou a exercer” é ainda “ um processo organizado de educação graças ao qual as pessoas enriquecem os seus conhecimentos, desenvolvem as suas capacidades e melhoram as suas atitudes ou comportamentos, aumentando deste modo as suas qualificações técnicas ou profissionais”.

Neste particular Tolentino (2006), considera a formação profissional como sendo um pilar determinante para o desenvolvimento económico e social. Ainda o autor destaca alguns conceitos que fazem parte de elementos constituintes da “formação profissional”, tais como:

“Cidadania – é ter direito à vida, liberdade, propriedade e igualdade perante a lei e contribuir para que o outro o tenha. É ter direitos civis; participar no destino da sociedade, eleger, ser eleito, ter direitos políticos;
Competência – é um conjunto de saberes que são ou podem ser postos em Ação para resolver problemas ou criar alguma coisa. Resulta de aprendizagem e está associada à prática, manifestando-se num saber fazer operacional e validado. A capacidade combinatória de saberes, práticas e atitudes é a cerne da questão; **Competitividade** – é a capacidade de uma empresa, um setor, ou uma economia fazerem face à concorrência tanto no mercado externo como no mercado interno; **Qualificação** – é o nível de competência atingido por alguém e decorre da educação, formação e

² Decreto-lei nº 53/2014. Artigo 2º. B. O. da República de Cabo Verde, 1ª série – Nº 56 de 22 de setembro de 2014.

experiência; *Pessoal qualificado* – é todo aquele que tem nível de qualificação profissional para lidar eficientemente com o triplo T de tecnologia, talento e tolerância. A formação profissional é um pilar determinante para o desenvolvimento económico e social” (p. 54).

Para Ibanez (1989, apud Fialho, Saragoça e Silva, 2013; p.16) a formação profissional pode assumir quatro vertentes distintas. A vertente **académica** que é caracterizada por um conjunto de objetivos, métodos, recursos, experiências e avaliações. A vertente **profissional** em que o indivíduo atualiza ou recicla as suas competências. A vertente das **atividades cívico-sociais** em que o indivíduo assimila normas e valores que simplificam a convivência e poder de participação nas atividades sociopolíticas. E por fim a vertente do **lazer ativo, formativo e cultural** que diz respeito à dimensão formativa do lazer. Neste sentido, a formação profissional pode ser descrita como;

“Um subsistema da educação onde se desenvolvem capacidades, métodos, técnicas e atitudes que preparam o indivíduo para a vida ativa, ou que propiciem a atualização, o aprofundamento ou a requalificação profissional de trabalhadores (LAGARTO 1994; p.47 apud FIALHO, SARAGOÇA e SILVA, 2013; p. 16).

Estes conceitos intercalam-se entre si requerendo que a formação profissional tenha cada vez mais uma importante função no desenvolvimento e crescimento qualitativo e escolar dos jovens e adultos, e assume um papel cada vez mais decisivo na valorização dos recursos humanos no exercício da cidadania, de uma sociedade que se pretende mais preparada para enfrentar os desafios do futuro, quer em termos de crescimento económico e competitividade, quer de desenvolvimento profissional, pessoal e social e mais igualdade de oportunidades. Como afirmam Figueira, Silva e Saúde (2003), “a formação profissional desempenha um papel-chave na criação de emprego, no aumento da integração social e da justiça social, fatores essenciais para melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos” (p.27).

Portanto a formação profissional constitui um poderoso instrumento de desenvolvimento de um país, uma vez que cria condições para uma permanente qualificação dos seus recursos humanos, funcionando para a sua população como um instrumento para a sua inserção na vida ativa e no mercado de trabalho, como uma das vias para aumentar a produtividade e a competitividade da sua economia, a

empregabilidade, a redução da pobreza bem como na melhoria das condições de vida da sua população.

1.1.2. A Formação Profissional em Cabo Verde

Os sucessivos Governos de Cabo Verde, têm atribuído grande importância a formação profissional no combate ao desemprego e redução da pobreza³. Vários são os dispositivos constitucionais que demonstram essa importância. Um deles é o ponto nº 1 do artigo 78º, da Constituição da República de Cabo Verde⁴ (Direito à educação), que, conjugado com o disposto nº 2, reconhece o direito à educação, deixando bem claro que a educação deve preparar e qualificar os cidadãos para o exercício da atividade profissional, com vista a participação cívica e democrática na vida ativa e para o exercício pleno da cidadania (B. O. nº 28/2010, p. 29).

Outro é a Lei de Bases do Sistema Educativo/2010 de Cabo Verde, que no seu artigo 12º considera que o mesmo “compreende os subsistemas da educação pré-escolar, da educação escolar (básico, secundário, médio, superior e modalidades especiais de ensino, e da educação extraescolar, complementados com atividades de animação cultural e desporto escolar numa perspetiva de integração”. A estrutura geral do sistema educativo “... integra ainda a componente de formação técnico-profissional e articula-se estreitamente como o sistema nacional de formação e aprendizagem profissional”.

Como afirma, Mendes (2013), desde muito cedo a formação profissional tornou-se uma das preocupações dos sucessivos governos e dirigentes, dos jovens e dos trabalhadores em Cabo Verde. “O sentimento da necessidade da formação profissional foi despertado pelos discursos políticos, pela divulgação da importância e necessidade de formação na imprensa (escrita, falada e televisiva), bem como pela construção de mais escolas técnicas e também pelas práticas quotidianas” (p. 35).

³ Decreto-lei nº 112/2013 B. O. da República de Cabo Verde, 1ª série – Nº 59 de 1 de novembro de 2013.

⁴ Constituição da República de Cabo Verde, I série de 2010.

Como tal, hoje, sabe-se que para quem possui um curso de formação profissional, ou que tem um nível de educação mais elevado, as probabilidades de um emprego ou criação de autoemprego são maiores.

Tornou-se imperativo o desenvolvimento de um sistema de formação profissional, em articulação com o sistema educativo e o mercado de trabalho, e que constitui um eixo estratégico da política do Governo e impõe a necessidade de uma ampla e permanente concertação com os parceiros sociais, com vista à salvaguarda da coerência entre as políticas de emprego e de formação profissional e a mobilização do esforço nacional de valorização dos recursos humanos (D. L. nº 53/2014, p. 1790).

Com efeito, sendo já conhecidas as nossas carências em torno de recursos naturais, o desenvolvimento sustentado em Cabo Verde só é possível com uma aposta forte e dedicada na qualificação dos seus recursos humanos com vista a melhorar a competitividade da sua economia a nível internacional, tanto por via do aumento de produtividade das suas unidades económicas, como pela melhoria da qualidade dos bens produzidos e dos serviços prestados (D. L. nº 53/2014 p. 1790).

Neste particular o Governo de Cabo Verde (1991, p. 83 apud Mendes, 2013 p. 35) afirma que: “o Governo de Cabo Verde fez avançar, a partir de então, o sistema de formação profissional de forma abrangente em parcerias internacionais, pelo menos intencionalmente”. Uma outra intenção chave do Governo de então era: “(...) dotar o país com recursos humanos qualificados, seja no setor público, privado ou cooperativo, capazes de catalisar o processo de desenvolvimento”. O programa mostrava claramente a necessidade de preenchimento de algumas vagas e superar lacunas, tanto no emprego como na melhoria do salário. Para o efeito, alertava para uma formação programada, com critérios em função da configuração de dois elementos fundamentais: “as necessidades do país e a política de incentivos e de realização individual”.

Cientes das necessidades de um país independente, foram várias as medidas de formação profissional estabelecidas. No entanto só em 1994, e até então com a criação do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), começam a ser verdadeiramente implementadas e ter visibilidade e efeito prático. De acordo com a Coletânea de Legislação do Regime Jurídico da Formação Técnico – Profissional e Emprego nos

PALOP e Timor Leste (2013), componente essencial do novo sistema, o IEFPP, terá, entre outras missões a de contribuir para a definição, execução e avaliação de políticas, estratégias e programas de emprego e formação profissional que correspondam as necessidades de valorização dos recursos humanos, em conformidade com os imperativos de desenvolvimento económico e social do país (p.555).

Ainda o mesmo documento (Artigo 20º, p. 481), considera que a formação profissional contempla quatro componentes, a saber: a componente de formação científica, tecnológica, prática, sociocultural e de gestão. É destinado a jovens com idade compreendida entre 14 e os 24 anos que precocemente abandonaram o sistema formal de ensino (Artigo 249º, p. 539).

Podemos considerar a criação de IEFPP como ponto de partida para a proliferação da formação profissional em Cabo Verde, na medida em que foi a partir desta data que foram criadas as condições para instalação de centros de empregos em quase todas as ilhas.

No entanto deparamos com diversas situações de massificação de formação numa área em detrimento de outra, como nos atesta Mendes (2013); “muitas vezes acontece desenvolver-se a formação apenas num setor de atividade e relegar, para um plano secundário, os outros setores de atividades, sobretudo os da área de agricultura ou outros que não interessam os financiadores. No caso de Cabo Verde, pouca formação se realiza no setor agrícola. Nota-se que há um certo modismo de formação num determinado setor de atividade, realizada muitas vezes, sem um estudo prévio. Em Cabo Verde, pode-se verificar, com base em dados oficiais, áreas de serviços com carência de profissionais e outras com formandos ou “especialistas” desempregados. Esta situação é consequência de atitudes de políticas ou falta de orientação profissional e vocacional dos jovens, e também falta de diversidade de ofertas formativas” (p. 38).

1.2 A Formação Profissional na Área Agrícola em Cabo Verde

A formação profissional na área agrícola é destinada a técnicos que exercem suas atividades sobretudo no setor primário como nos afirma Sobral (2005, p. 111); esse

profissional é, geralmente, denominado de técnico agrícola, e exerce suas atividades nas várias áreas do setor primário da economia.

De acordo com Coelho e Rech (2015), o técnico Agrícola é todo o profissional formado em escola agrotécnica de segundo grau ou nível médio e que tenha sido diplomado por escola oficial autorizada ou reconhecida, de nível médio (p. 7).

Ainda segundo Coelho e Rech (2015), a formação profissional do técnico agrícola permite-lhe ter as seguintes atribuições:

“ Prestar assistência e consultoria técnica, orientar diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biossegurança, executar projetos agropecuários em suas diversas etapas, planejar atividades agropecuárias, verificar a viabilidade econômica, condições climáticas e infraestruturas, promover a organização, extensão e capacitação rural, fiscalizar a produção agropecuária, desenvolver tecnologias adaptadas à produção agropecuária e ainda pode disseminar produção orgânica” (p. 8).

Sobre as atribuições do técnico agrícola, Franco (1987) nos lembra que são duas as funções principais para o exercício da profissão: como “agente de produção” e como “agente de serviço”.

a) O técnico agrícola, enquanto “agente de serviços”, subordina-se a profissionais de nível superior em especial a agrônomos. Neste caso ele presta serviços como extensionista rural e como vendedor técnico ou técnico auxiliar, atuando como elemento de ligação entre empresas e consumidores e entre especialistas de nível médio e agricultores.

b) enquanto “agente de produção” explora, na categoria de trabalho autônomo, uma propriedade, mediante a aplicação de moderna tecnologia.

Questões vinculadas à profissão do Técnico em Agropecuária são descritas por Coelho e Rech (2000), os quais apontam as atividades desenvolvidas por esse profissional como autônomo, empregado, servidor público e empreendedor. Descrevem-no como um “agente de transformação do meio rural”. No entanto, essa “transformação no meio rural”, requer do agente (técnico em agropecuária) habilidades que superem apenas os

conhecimentos técnicos pois a difusão de uma tecnologia, no meio rural, só acontece através de uma prática extensionista que compreende a introdução de técnicas adequadas à realidade do produtor rural. Assim, requer de seu agente, conhecimentos relacionados aos treinamentos, orientação, planeamento, acompanhamento, supervisão, etc, conhecimentos que estão ligados a uma prática pedagógica, como nos lembra Ramsay (1972, p.42), “a função da extensão é eminentemente educativa, pois tende a produzir mudanças nos conhecimentos, atitudes e destrezas nas pessoas, para que possam conseguir o desenvolvimento tanto individual como social”.

Assim como nos relata, Ferreira (2014, p.113) Cabo Verde, após tornar-se independente em 1975, caracterizava-se principalmente pela sua fragilidade económica, o PAIGC tinha que implementar as propostas e as políticas do partido, dos grupos sociais que os haviam apoiado, e obviamente da sociedade em geral. O Estado, através de uma visão centralizadora, assumiu na altura um papel determinante em todas as áreas, desde a criação e gestão de unidades de produção mais importantes e mais complexas, poupança, investimentos, controle do comércio externo, da moeda e das atividades financeiras. O setor produtivo estatal ocuparia uma posição dominante na economia e a organização do aparelho económico do Estado deveria corresponder exatamente a essa posição (FERREIRA, 2014, p. 117).

Neste contexto elaborou-se, no início da década de 1980, o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN), 1982-1985, que foi considerado a primeira estratégia de desenvolvimento do país. Esse plano não era apenas um instrumento de intervenção pública. Ele era visto como algo necessário para eliminar as sequelas da dominação colonial e tinha como objetivo a construção de uma economia nacional independente (RODRIGUES, 2010), tendo a reforma agrária como o porta-estandarte das medidas a se implementar:

[...] o mais importante programa, durante o período do plano será o da reforma agrária, sem o qual cairão por terra todos os outros. Não será possível mobilizar as grandes massas camponesas para os objetivos de desenvolvimento e mesmo que esse fosse possível, sem esta mobilização, atingir algumas metas de crescimento, sem alteração das estruturas agrárias, tal far-se-ia à custa dos camponeses beneficiando uma minoria de proprietários (PDN, 1982-1985, p. 5).

Uma das mais importantes ações destinadas à agricultura na década de 1980 foi a criação do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA) em 1985. Este instituto de investigação teve um papel muito relevante no desenvolvimento e pesquisas em áreas de inovação tecnológica, desenvolvimento e melhoramento genético de várias espécies, combate às pragas e a procura por novas espécies que se adaptassem melhor às condições climáticas do país (RODRIGUES, 2010).

Através do Decreto-lei nº 50/81, é criado também a Comissão Interministerial para Formação para o Desenvolvimento Rural, com o objetivo de resolver o problema da insuficiência de quadros para o setor rural. Em janeiro de 1984, o Governo de Cabo Verde, assistido pela FAO e financiado pelo Governo Italiano, dá início ao projeto de construção e funcionamento do Centro de Formação Agrária de São Jorge (CFA), tutelado pelo INIA. Para além da implementação de um programa de formação de técnicos médios nos setores de vulgarização, produção vegetal, produção e sanidade animal, conservação de solos e água, o CFA também assumiu na altura um importante papel na educação de adultos nas áreas de interesse para o desenvolvimento do mundo rural (FERREIRA, 2014, p. 117).

Na década de 1990, o (INIA), viria ser transformado em Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), sob a tutela do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), é um instituto público dotado de autonomia administrativa e financeira, tem um papel estruturante na produção de conhecimento e tecnologia para a agricultura, floresta, ambiente e gestão de recursos naturais e também na transferência deste conhecimento aos agricultores no terreno, em estreita colaboração com as entidades governamentais que a apoiam, como o MAA, nomeadamente a DGASP, e também o MEE e o MEFIS (VAZ, SACADURA, SILVA, & CORDEIRO, 2016).

Apostando fortemente na qualificação dos seus recursos humanos, o Governo de Cabo Verde criou em 1994 o Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFP), conhecendo avanços significativos em quase todos os sentidos, nomeadamente quanto à diversificação das ofertas formativas, permitindo assim ter a noção das necessidades das ofertas formativas de cada região do país, aliás como nos dá conta o Estudo de Atualização da Ofertas Formativas a Nível do País (2016). De salientar ainda que de entre as várias formações o IEFP, também ministra formações voltadas para o setor agrícola, de nível profissional destacando as potencialidades e as necessidades de cada região.

Mais recentemente surgiram as instituições de ensino superior, estão mais focadas na formação, dando valor à formação de alunos e quadros docentes, possuindo uma componente de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) variável. Em Cabo Verde, há duas Universidades que desenvolvem atividade de investigação nos sectores agrícola, alimentar e florestal: a Universidade de Cabo Verde e a Universidade Jean Piaget.

Enquanto Unidade Orgânica da UNICV, a Escola de Ciências Agrárias e Ambientais (ECAA), foi criada em 2011 e teve origem no Centro de Formação Agrária do INIDA, recebendo assim o legado acumulado das experiências e capital técnico-científico. Por ser uma instituição tão recente, encontra-se ainda no processo de sedimentação institucional, tendo como foco o processo formativo de professores e alunos e também o estabelecimento de relações institucionais com outras universidades e institutos. Possui uma licenciatura em Agronomia Sócio Ambiental, um mestrado em Gestão de Informação Agrícola e Agricultura de Precisão e ainda um Doutoramento em Gestão e Políticas Ambientais e organiza Cursos Profissionais Modulares ao longo do ano letivo, como por exemplo o Curso Modular em Agricultura Urbana e Periurbana e ainda o Curso Modular para a Utilização de drones. Assume ainda como missão a transferência de conhecimento e o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias, geradas pela atividade de investigação integrada nos processos de desenvolvimento e extensão rural. Estão atualmente a ser desenvolvidos projetos de investigação no âmbito dos programas Horizonte 2020 e Interreg MAC 2020 (VAZ, SACADURA, SILVA, & CORDEIRO, 2016, p. 35).

Fazendo parte das quatro unidades académicas da Universidade Jean Piaget, temos o Grupo de Investigação em Doenças Tropicais da – GIDT Piaget, cujo a atividade de investigação desenvolvida, está focada na área do controlo de mosquitos, trabalhando com diversos projetos e comunidades rurais e urbanas. Este grupo estabeleceu recentemente uma parceria com o INIFAT - Instituto de Investigaciones Fundamentales en Agricultura Tropical “Alejandro de Humboldt” - em La Habana, com vista a utilizar a agricultura urbana e periurbana no controlo dos mosquitos, uma vez que há uma relação entre as pragas e as áreas sociais mais vulneráveis. O projeto inclui também investigação

no âmbito da resistência dos mosquitos e à utilização de químicos na agricultura (VAZ, SACADURA, SILVA, & CORDEIRO, 2016, p. 36).

Recorde-se que o Governo de Cabo Verde, elegeu como “imperativo” transformar a agricultura num setor gerador de rendimentos, que traga prosperidade e reconhecimento social. Uma agricultura que respeite e proteja o ambiente, que gera rendimentos justos aos agricultores e que gera excedentes e rentabilidade. Aliás, um setor competitivo no mercado local e em nichos de mercados internacionais (PGIX Legislatura 2016 – 2021, p. 41).

De entre os vários compromissos assumidos, isso acontecerá por meio de investigação em estreita articulação com as instituições internacionais, Governo, o Poder Local e Regional, as empresas, as Universidades, instituições afins e os agricultores, criando Parques Científico e Tecnológico de Agropecuária, e da formação profissional nas áreas da agricultura, silvicultura e pecuária, estimulando o empreendedorismo jovem com a criação de incentivos e de financiamentos para a iniciação nas atividades agropecuárias (PGIX Legislatura 2016-2021, p. 43).

A formação profissional preocupa todos os Estados do mundo, Cabo Verde não foge a regra, visto que se associa ao desemprego, emprego e ao autoemprego, para além do carácter económico e de desenvolvimento. Este que é objeto de texto que se segue.

1.2.1. O Conceito de Desenvolvimento

A ideia de desenvolvimento segundo Gomes (2003), cit. por Rodrigues e Silva (2013), é uma herança da noção de progresso, e surge a partir da Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, o mundo tinha saído de sua maior crise e começava a olhar o progresso com uma visão mais abrangente e democrática (p. 33-34).

De acordo com Souza (2005), existem duas correntes que predominam: a dos economistas clássicos e neoclássicos, que o vêem como o sinónimo de crescimento económico e a dos economistas críticos, que defendem o crescimento económico como sendo meramente uma variação quantitativa do produto diferente do desenvolvimento, que envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas e das instituições.

Sachs (2004), estabeleceu a diferença entre os dois conceitos afirmando que:

“O crescimento económico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode correr sem o crescimento, no entanto, o crescimento não garante por si só o desenvolvimento; o crescimento pode, da mesma forma estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes” (p. 71).

Sen (2000, p.17) definiu o desenvolvimento “como um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas disfrutam”, cabendo esclarecer que essas liberdades às quais o autor refere não ficam limitadas apenas as riquezas materiais. Elas também referem às capacidades de possuir “condições de evitar provações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável, a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e a fazer cálculos aritméticos, ter a participação política e liberdade de expressão” (p.52).

Também no entender de Oliveira (2002, p. 43), o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente humana e social, a fim de atender as mais variadas necessidades, como alimentação, saúde, educação transporte, lazer de entre outros.

Para Veiga (2006, p. 56), os dois conceitos estão intimamente ligados, mas afirma que são diferentes: “enquanto no crescimento a mudança é quantitativa, no desenvolvimento é qualitativa”.

Sachs (2007), diz que o este último é visto como:

“Um conceito abrangente, que difere do crescimento económico, considerando ainda como uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, englobando as dimensões éticas, políticas, social, económica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente interrelacionadas e formando um todo” (p. 319 – 320).

Dentro deste enfoque, Veiga (2001, p.105) conceitua o desenvolvimento “pela redução da pobreza, pela melhor distribuição de renda. Quanto menos desigual for uma sociedade, maior será a redução da pobreza engendrada pelo crescimento econômico”. Para o autor o desenvolvimento está relacionado com a possibilidade de expansão das potencialidades humanas, dependentes de fatores socioculturais.

Sabe-se que não se pode restringir o desenvolvimento à melhoria de indicadores económicos, porque relega para o segundo plano aspetos importantes como a integridade e as condições de vida de um ser humano.

Por isso, diversos autores defendem a existência de diferentes conceções sobre o desenvolvimento, de entre as quais destacam os seguintes: a conceção do desenvolvimento económico, enquanto processo de construção do capital físico; a conceção social, enquanto processo de ampliação da capacidade dos indivíduos para ter opções e executar as possibilidades de escolher (Jacobi, 2005); a conceção do desenvolvimento territorial enquanto processo emergente do território como um sistema regional complexo e altamente organizado, como um espaço de poder e a conceção de articulação entre o poder político, social, económico e ambientais de certo território, para mobilização mais completa das potencialidades, por meio de processo relacionados ao alcance de certos propósitos (FISHER, 1998, p.711).

De acordo com Rodrigues e Silva (2013), a conceção do desenvolvimento, na era moderna eram baseadas na ideia do progresso, estendendo pelo séc. XIX, de acordo com a qual as possibilidades de crescimento e de desenvolvimento supunham-se como praticamente ilimitadas. A mentalidade prevalecente era que os homens pudessem controlar a natureza e quebrar sua relação de dependência tradicional com ela. Estendeu-se uma consciência antropocêntrica que considerou o homem como o dono absoluto dos meios naturais que estariam completamente a seu serviço. Segundo essa posição, o meio natural poderia ser conquistado e explorado de um modo ilimitado. O homem passou a ser considerado como um sujeito central da ordem natural e cósmica, concebendo-se como uma realidade externa a ela (p.41).

Já na era pós-moderna, nos finais do séc. XX, abriu-se uma nova visão de desenvolvimento, caracterizada por uma nova visão em relação ao planeta, começou - se a pensar na questão da sustentabilidade ambiental. Já nos finais dos anos 80 do séc. XX, a questão do desenvolvimento sustentável veio à tona, com o reconhecimento de que as teorias economicistas e sociais, que serviram de alimento aos processos de desenvolvimento, falharam porque o estado atual do mundo em que vivemos é muito pior (RODRIGUES e SILVA, 2013, p. 45).

Esta caracterização de desenvolvimento reflete a preocupação com a qualidade de vida das gerações atuais e com a continuidade das futuras, expressando as reais condições

para a verdadeira sustentabilidade, e, também nos dá a ideia da multidimensionalidade da expressão, nos seus aspetos económicos, sociais, culturais e ambientais.

1.2.2. O Desenvolvimento Sustentável

A preocupação com a preservação do meio ambiente conjugada com a melhoria das condições socioeconómicas da população, aparece muito recentemente na história da humanidade, e tem suas primeiras manifestações na década de 60 do século XX.

Para os autores Viana, Silva e Diniz (2001), as políticas delineadas nos pós segundos Guerra Mundial eram direcionadas para a valorização do crescimento económico, quando já havia um excesso do capital manufaturado. Na verdade, o que falta atualmente são os recursos naturais e serviços ambientais adequados para sustentar o funcionamento da sociedade, inclusive no processo produtivo.

A preocupação com a crescente exploração dos recursos naturais pelas atividades humanas levou a Organização das Nações Unidas (ONU), a criar, no final de 1983, a partir do Programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Tinha por objetivo reexaminar os problemas críticos do meio ambiente e desenvolvimento do planeta e formular propostas realistas para solucioná-los. Durante três anos foram realizados estudos pelos integrantes da Comissão em todos os países, avaliando níveis de degradação dos recursos naturais e da pobreza.

A CMMAD (1987), apresentou conceitos de Desenvolvimento Sustentável, como sendo: “Um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo”, (p.4). “Aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades”, (p.46). “É um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional, se harmonizam e forçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”, (p.48).

No mesmo ano, a Comissão lançou a publicação *Our Common Future*, (o nosso futuro em comum), em que se pode observar tanto o registro de sucessos, como das falhas

no desenvolvimento mundial. Assim, se de um lado a expectativa de vida estava crescendo, a mortalidade estava decaindo, o grau de alfabetização era cada vez maior, as inovações técnicas e científicas eram promissoras e a produção de alimentos cresciam mais rapidamente do que a população mundial, por outro lado os solos estavam cada vez mais erodidos, assim como os desertos se expandindo, as florestas desaparecendo, a poluição do ar era cada vez mais alarmante, destruindo a camada de ozono, a diferença entre ricos e pobres aumentava ainda mais, na indústria e na agricultura crescia a introdução de substâncias tóxicas nas cadeias alimentares e nas zonas de fornecimento de água (CMMAD, 1987).

Em 1992 após vários encontros consagrou-se uma nova concepção sobre o Desenvolvimento Sustentável, na conferência da CMMAD, realizada nesse ano em Rio de Janeiro. O evento que também ficou conhecido por Cimeira da Terra, ECO-92 ou Rio-92, teve a participação de quase todos os países. Teve como o principal objetivo a busca de meios de conciliar a exploração socioeconômica com a conservação e proteção do meio ambiente, consagrou que o Desenvolvimento Sustentável, “não deve ser encarado simplesmente como um processo que consiga manter-se ao longo prazo, racionalizando os estoques dos recursos naturais, mas sim deve efetivamente buscar as transformações à vida humana, sem que haja o comprometimento desses mesmos recursos no futuro”, contribuiu para uma maior consciencialização de que os danos do meio ambiente, eram de maior grau, da responsabilidade dos países desenvolvidos.

A respeito dessa nova concepção do Desenvolvimento Sustentável, Sachs (2002, p.60), considera ser necessária uma combinação viável entre a economia e a ecologia, pois as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais a articulação das estratégias de transição rumo a este caminho.

A partir desta configuração, Sachs (2007), vai ainda mais longe ao elaborar o que denominou de “cinco dimensões do Desenvolvimento Sustentável”: a sustentabilidade social, econômica, ecológica política e cultural. Cada um pode ser sintetizada como se segue:

a) Sustentabilidade Social: tem o objetivo de melhorar os níveis de distribuição de renda, a fim de diminuir a exclusão e a distância econômica que separam as classes sociais;

b) Sustentabilidade Econômica: diz respeito a aumentos na eficiência dos sistemas econômicos, tanto na alocação dos recursos, como na sua gestão;

c) Sustentabilidade Ecológica: concerne a preservação do meio ambiente, suplementada pela sustentabilidade ambiental, relativa à resiliência dos ecossistemas naturais usados como esgotos, e territorial, responsável pela distribuição espacial das atividades humanas e das configurações rurais e urbanas;

d) Sustentabilidade Cultural: diz respeito às mudanças do modo de pensar e agir da sociedade, de forma a despertar uma consciência que provoque a redução do consumo de produtos causadores de impactos ambientais;

e) Sustentabilidade Política: que busca instrumentos que ofereçam condições de governança a nível nacional e internacional (p. 296-297).

Deste modo, Sachs (2007, p. 382) conclui que o desenvolvimento genuíno requer uma solução triplamente ganhadora: socialmente responsável, ambientalmente prudente e economicamente viáveis, oferecendo a todos uma oportunidade de ganhar a vida de forma decente. Essa mudança deve render-se duplamente, imperativo ético de solidariedade **sincrônica** com a geração presente e solidariedade **diacrônica** com as gerações futuras, baseado num contrato social estabelecido democraticamente por um contrato natural.

O novo paradigma pressupõe, portanto, um conjunto de sustentabilidades. Estas podem ser sintetizadas da seguinte forma: eficiência econômica; eficiência social; e eficiência ambiental. O cumprimento simultâneo desses requisitos significa atingir o desenvolvimento sustentável, ou um processo que esteja caminhando para este sentido.

Perante estas concepções podemos considerar que visam a promoção da harmonia entre a humanidade e a natureza, com o objetivo, de combinar os interesses socioeconômicos com os limites e as possibilidades que a natureza nos fornece, uma vez que todos sairíamos a perder se o desenvolvimento e o crescimento não levar em consideração as consequências da destruição e má gestão dos recursos naturais.

Assim a sustentabilidade, nos remete para as suas diversas dimensões, que exigem o planeamento e a participação de toda população, com o objetivo de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida dos mesmos. É uma tarefa que deve ser pensada no seu todo e por todos, pois o tema penetra e influencia todos e em todos os espaços.

1.2.3. Cabo Verde no Contexto de Desenvolvimento Sustentável

A República de Cabo Verde é um pequeno arquipelágico situado na costa ocidental do continente africano, mais precisamente a cerca de 500 quilómetros da costa do Senegal. Tornou-se país independente em 1975, é constituído por dez ilhas e alguns ilhéus, sendo Santiago a maior ilha, com cerca de 24,6% do território Nacional, seguida de Santo Antão, com 19,3% do território e tem uma área total de 4033 km² e cerca de 531.239 habitantes (PEDS, 2017/2021, p.33).

Trata-se de um país praticamente desprovido de recursos naturais e fortemente dependente das ajudas externas, nomeadamente, ajuda pública ao desenvolvimento, investimento direto estrangeiro, principalmente das instituições internacionais como o (Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comercio, Banco Mundial, União Europeia, Estados Unidos, Organização das Nações Unidas, etc.) com o objetivo de atingir os indicadores de desenvolvimento traçados nos mais diversos setores. De entre as quais a garantia da sustentabilidade ambiental.

Para isso de acordo com o Relatório da Conferência Rio + 20 (2012), em Cabo Verde, na década de 1990, após a Cimeira do Rio 92, iniciou-se o processo de formulação do quadro legal para o sector ambiental com a entrada em vigor da Lei n° 89/IV/93 que cria as bases da política do ambiente e, posteriormente com o Decreto-Regulamentar n° 14/97 que desenvolve as bases da política ambiental. Também a Constituição da República no seu Artigo n° 72 proclama que todos os cidadãos têm direito a uma ambiente de vida sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”, incumbindo assim as autoridades públicas elaborar e executar políticas adequadas de ordenamento do território, de defesa e preservação do ambiente e de promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica e promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os

efeitos da seca. Estipula ainda a Constituição da República de Cabo Verde, relativamente aos princípios de organização económica, que todas as atividades económicas devem ser realizadas tendo em vista a preservação do ecossistema, a durabilidade do desenvolvimento e o equilíbrio das relações entre o homem e o meio envolvente (Rio + 20, p. 3 – 4).

Também foi a partir desta data que foram criados quadros legais, que permitiram a regulamentação da maioria dos assuntos relacionados o sector como sejam a apanha de areia, os resíduos, a avaliação de impactes ambientais, a exploração dos recursos geológicos, a criação da Rede Nacional de áreas protegidas, a proteção de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, o estabelecimento dos bens do domínio público marítimo, as normas de descarga de águas residuais, as normas da qualidade da água para o consumo humano, a Lei de bases do Ordenamento do Território, a Lei que cria a Taxa Ecológica, entre outros (RIO+ 20, p. 4).

Ainda de acordo com o mesmo relatório, país muniu-se ao longo dos anos de um conjunto de instrumentos estratégicos que nortearam todo o processo de desenvolvimento do país. Graças a esses importantes documentos orientadores, o país conseguiu conduzir um processo de desenvolvimento que tem salvaguardado os principais interesses nacionais de modo a não comprometer os equilíbrios fundamentais. De entre outros instrumentos, destacam-se os Seguintes:

Plano Nacional do Desenvolvimento; As Grandes Opções do Plano; Primeiro Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA I); Plano de Ação Florestal (PAF); Plano de Ação Nacional de Luta Contra a Desertificação (PAN-LCD); Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II); Primeiro Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP I); Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (EPANB); Plano de Ação Nacional de Adaptação (NAPA); Primeira Comunicação Nacional; Plano Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP); Segunda Comunicação Nacional; Segundo Documento de Estratégia, Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP II); Plano Estratégico do Desenvolvimento Agrícola (PEDA); Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA); Plano de Ação para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (PAGIRH); Plano Estratégico do Turismo; Diretiva Nacional do Ordenamento do Território (DNOT); Cabo Verde 50% Renovável – Um Caminho até 2020 (p. 5).

Introduzida em 1987 pelo relatório da Sr.^a Brundtland, a noção de “crescimento sustentável” ou “desenvolvimento durável”, trata de assegurar aos seres humanos de hoje, como referimos atrás as melhores condições de vida possíveis sem hipotecar as gerações futuras. A noção de desenvolvimento sustentado, segundo Esteves (1998, p. 21) vem complementar a do desenvolvimento humano. Isto foi a preocupação central da Comissão Brundtland (1988) e da Cimeira da Terra (1992). A questão central evidenciada nestes relatórios já não é a perspectiva conservacionista da natureza como preocupação essencial a ter com o ambiente. O que nesses relatórios se põe em causa é o conceito de desenvolvimento enquanto meta social.

Por isso, um dos instrumentos estratégicos, de realçar é “As Grandes Opções do Plano”, que define a imagem de Cabo Verde no horizonte de longo prazo “um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz, justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida⁵”, que visa:

- 1) promover a boa governação como fator de desenvolvimento, reformando o estado, intensificando a democracia e reforçando a cidadania;
- 2) promover a capacidade empreendedora, a competitividade e o crescimento, alargar a base produtiva;
- 3) desenvolver o capital humano e orientar o sistema de ensino/formação para as áreas prioritárias do desenvolvimento;
- 4) promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade;
- 5) desenvolver infraestruturas básicas e económicas e promover o ordenamento do território para um desenvolvimento equilibrado (p. 25-36).

Em setembro de 2000, Cabo Verde participou juntamente com os demais 189 dirigentes mundiais reunidos na Cimeira do Milénio onde reafirmaram as suas obrigações comuns para com todas as pessoas do mundo, especialmente as mais vulneráveis e, em particular, as crianças. Comprometeram-se então a atingir um conjunto de objetivos

⁵ República de Cabo Verde (2001) As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica;

específicos, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que guiaram os seus esforços coletivos num horizonte temporal de 15 anos (2000 a 2015)⁶.

Os Estados Membros das Nações Unidas comprometeram-se assim que até 2015 deverão: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade de género e a autonomização da mulher; reduzir a mortalidade de crianças; melhorar a saúde materna; combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; criar uma parceria global para o desenvolvimento.

Cumprido este período temporal podemos constatar que Cabo Verde conseguiu alcançar grande parte das metas propostas (Ferreira, 2016, p. 152). Contrariamente a Cabo Verde a maior parte dos países em desenvolvimento não conseguiram atingir as metas propostas, principalmente os países da região da África Subsaariana (Ferreira, 2016, p. 147). O que deu origem entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, a adoção e aprovação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a título voluntário, por 193 líderes, tornando-se na plataforma central para a ação conjunta da comunidade internacional e dos governos até 2030. Esta agenda é formada pelos 17 Objetivos, e 169 metas. A saber: **Objetivo 1:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; **Objetivo 2:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; **Objetivo 3:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; **Objetivo 4:** Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; **Objetivo 5:** Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas; **Objetivo 6:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; **Objetivo 7:** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; **Objetivo 8:** Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; **Objetivo 9:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; **Objetivo 10:** Reduzir a desigualdade

⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/UNDP) – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx> - (consultada em 20 de julho de 2018).

dentro dos países e entre eles; **Objetivo 11.** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; **Objetivo 12.** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; **Objetivo 13.** Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; **Objetivo 14.** Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; **Objetivo 15.** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; **Objetivo 16.** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; **Objetivo 17.** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Objetivos estes que oferecem uma plataforma para uma ação conjunta a nível local, nacional e internacional, entre cidadãos, setor público, ONG e setor privado, como nunca antes, devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030 a qual Cabo Verde é parte integrante. Face aos problemas mundiais, cedo percebeu-se da necessidade de integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais. Recursos esses que estão sendo cada dia mais ameaçados por causa do uso abusivo por parte dos seres humanos e por fenómenos naturais desfavoráveis.

1.3. A Formação Profissional na Área Agrícola Como Fator Para o Desenvolvimento Sustentável

Atualmente, as questões relativamente a proteção ambiental e o combate às alterações climáticas, fazem parte de debates internacionais e constituem um objetivo a atingir em todos os países e de forma indiscriminada, e as políticas educativas atuais, estão cada vez mais voltadas a essas questões, tendo as escolas como centro das atenções.

De acordo com Sobral (2008) a modernização da agricultura, as transformações no meio rural, a evolução tecnológica e a tecnificação dos produtores familiares, foram

essenciais para o surgimento de um novo profissional que promova uma nova extensão rural: o Técnico Agrícola (p. 2-3). Ainda o autor defende que esta modernização se deu pelos princípios industriais tayloristas-fordistas, que consistem na utilização de procedimentos padronizados em forma de linha de produção, na qual as propriedades se especializam em determinadas atividades.

Para Soares (2005, p. 185), a formação desse novo profissional de que fala Sobral, (técnico agrícola), “firma-se na produção produtivista e unidirecional do mercado de produção agropecuária com finalidades somente empresariais, baseando-se na dicotomia ensino-produção”.

No entanto, se por um lado, essa modernização tornou-se num grande avanço para o setor agrícola, por outro trouxe grandes impactos negativos, uma vez que implica uma redução de mão-de-obra no campo provocando o desemprego e o êxodo rural e uma preocupante deterioração do meio ambiente, de tal forma que Deconto (2008, apud Dal Soglio, 2008) nos alerta que a agricultura dita “moderna”, é altamente dependente do petróleo, seja como fonte de energia ou como fonte de insumos químicos, está chegando ao seu limite provocando vários prejuízos nomeadamente ambientais. No entanto, tais prejuízos poderiam ser amenizados com elementos alternativos, utilização de adubação orgânica, plantações diretas, rotação de cultivos, entre outras técnicas ecologicamente corretas.

Portanto, uma agricultura sustentável beneficiaria três pilares da sustentabilidade: o ambiental, o social e o económico, como afirma Ehlers (2004) adoção de práticas sustentáveis possibilitaria a manutenção de recursos naturais e da produtividade agrícola por um grande período, geraria menos impactos adversos ao ambiente e otimizaria a produção com um mínimo insumos externos. E, do lado socioeconómico, satisfaria as necessidades humanas de alimentos e renda e atenderia as necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Necessariamente, este cenário faz emergir a discussão sobre a formação agrícola que preconize questões ambientais e o uso racional dos recursos naturais que contribuam para o novo desenvolvimento que ora se almeja ser sustentável.

Isso levou por exemplo a Comissão Europeia, que preocupado com a sustentabilidade do planeta a propor em 2000, integrar as questões ambientais em todas as ações de formação profissional financiadas pelo Fundo Social Europeu, e acrescenta: “Todos os programas de formação, independentemente da sua matéria de fundo, deverão incluir um MAS (Módulo sobre Ambiente Sustentável) com dados gerais sobre a situação ambiental atual, os problemas presentes e os riscos futuros, com vista a adotar o indivíduo de uma consciência ambiental que o leve a utilizar de forma prudente os recursos naturais” (VILAR, 2008, P.145).

Assim, cabe destacarmos o conceito de sustentabilidade, que na visão de Soares (2003), também entra na pauta da formação do novo técnico em agropecuária:

“Falar em sustentabilidade, numa perspetiva democrática e integradora é ir além das questões ecológico-ambientais ou das análises meramente económicas sobre os impactos e as possibilidades, e enfatizar a preocupação com os problemas sociais e económicas, com a justiça a igualdade e o emprego, com a satisfação das necessidades básicas, a solidariedade com as gerações futuras, com o respeito à diversidade cultural, com a preservação do património histórico, cultural e natural de uma região”.

“Pensar em desenvolvimento sustentável, seria pensar no atendimento às necessidades dos grupos sociais, reconhecendo as diferentes formas de organização e sua articulação com as demandas maiores do conjunto da sociedade, bem como o entendimento de que os problemas socio-ambientais estão situados para além das questões da técnica, e apesar dela e que para enfrenta-los será necessário questionarmos o modelo de sociedade que temos hoje. É fundamental ter consciência da insustentabilidade do modelo da revolução verde e dos seus danos, principalmente aos pequenos produtores, bem como os custos ambientais e a degradação dos recursos naturais provocada pelo mesmo” (p. 197- 198).

Para isso Frigotto (2001, p. 82), chama atenção para a necessidade de termos uma formação profissional emancipadora, que forma pessoas autónomas e protagonistas de uma cidadania ativa e articulada a um projeto de Estado radicalmente democrático e a um projeto de desenvolvimento sustentável”.

Como afirma Manfredi (2002, p.33), “o trabalho perfila-se como uma das bases fundamentais da economia de qualquer sociedade, uma força social de produção de bens e serviços”. É neste contexto que a formação profissional tem se consolidando nos últimos tempos como uma política pública primordial, pois qualifica e prepara os indivíduos para as novas exigências do mercado de trabalho.

Neste caso a formação profissional no sector agrícola torna-se hoje como uma ferramenta decisiva, diria mesmo que é a chave do sucesso de um projeto/negócio, uma vez que os jovens empresários/jovens agricultores que se estão agora a instalar e muitos outros que estão a pensar instalar-se, assim como muitos agricultores, todos eles necessitam ganhar competências nos pormenores das respetivas atividades através da formação profissional, pois estas fazem a diferença para a competitividade e sustentabilidade económica ao longo do tempo.

A produção e a sustentabilidade, associadas à formação profissional, são termos cada vez mais utilizados nos dias de hoje. O aumento da produção agora é uma necessidade, mas a sua continuação sem pôr em causa a vida futura é uma exigência humana e ambiental e é uma norma moral. Dai, a formação profissional ser fundamental para assegurar esse desiderato dos dias de hoje. Neste particular, Alves (1997) sublinha que a educação permanente e a formação contínua ou inicial, tanto em relação aos quadros, como aos trabalhadores de pouca escolaridade, são indispensáveis para melhoria de produção e garantir a sustentabilidade.

Temos, por isso, acrescidas responsabilidades. Responsabilidades para com o País, para com os nossos clientes e fornecedores e para com nós próprios. É preciso fazer bem ou fazer muito bem, em prol da sustentabilidade do setor agrícola particularmente e conseqüentemente em relação a proteção ambiental.

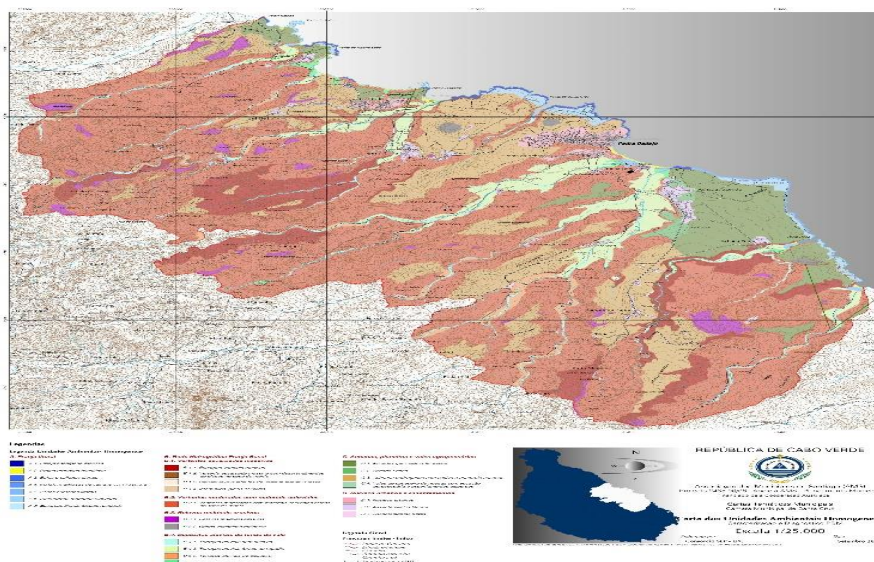
CAPÍTULO II

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA AGRÍCOLA EM SANTA CRUZ

Neste capítulo contextualizamos a formação profissional na área agrícola ministrada no concelho, caracterizando as instituições e as respetivas formações ministradas por estes, assim como o concelho de Santa Cruz.

2.1. Caracterização do Concelho de Santa Cruz

Figura 1- Mapa do Concelho de Santa Cruz



Fonte: CMSC

O Município de Santa Cruz, criado em 1971 pelo Decreto n.º 108/71, de 29 de março, localiza-se na parte leste da ilha de Santiago e é um dos nove concelhos desta, cobrindo uma superfície total de 149,30 Km², correspondente a 15,1% da área total da ilha. A sede do concelho é a cidade de Pedra Badejo.

De acordo com os dados do INE (2016), o município possui uma população de 26.276 habitantes, sendo 12.954 do sexo masculino e 13.321 do sexo feminino, representando assim, 8,8% do total da população da ilha de Santiago e 4,9 % a nível do país. A maioria dos habitantes do município vive em áreas rurais (cerca de 65%) e apresenta uma das maiores taxas de desemprego do país – 12.4% (INE, 2016), sendo as

mulheres as mais afetadas com 16.6%. De referir ainda que 54.7% da população tem 24 anos ou menos.

As principais atividades económicas do município são a agricultura de regadio e sequeiro, a pecuária e a pesca artesanal, pequenas e médias empresas, sobretudo a nível de marcenaria e carpintaria, mecânica, serralharia e outros.

No município vivem cerca de 6 235 agregados familiares (INE, 2016), dos quais, cerca de 66,7% vivem em alojamento com ligação à rede pública de água e cerca de 76,2% da população dispõe de eletricidade como fonte de energia. De realçar, entretanto, que 60,3% da população é considerada pobre (INE, 2016) e que mais de 96% dos agregados familiares em Santa Cruz vivem em alojamentos clássicos (INE, 2010).

O concelho é constituído por uma só freguesia, a de São Tiago Maior, e vinte povoações, incluindo a sede do município, cidade de Pedra Badejo. Segue-se Salina, Ponta Achada, Rocha Lama, Achada Igreja, Achada Fazenda, Achada Ponta, Cancelo, Santa Cruz, Achada Bel - Bel, Achada Laje, Saltos Abaixo, Ribeirão Boi, Renque Purga, Boaventura, Aguada, São Cristóvão, Ribeira Seca, Librão e Porto Madeira.

O Município está dividido em três zonas administrativas: Zona Norte, Zona Centro e Zona Sul. Cada uma das zonas é administrada por um Delegado Municipal, que através do poder descentralizado do Presidente da Câmara o representa e zela pelo desenvolvimento das comunidades locais.

Em termos geológicos, devido ao seu relevo bastante acentuado, Santa Cruz possui solos esqueléticos (pouco profundos), de natureza basáltica, sobretudo nas zonas mais a montante do Concelho onde se pratica a agricultura de sequeiro. Os solos profundos são limitados e se encontram nas zonas mais a jusante, nos vales profundos junto das ribeiras e do litoral onde se pratica culturas de regadio temporário e permanente. Parte significativa do Concelho é ocupada por afloramentos rochosos e zonas áridas onde não se pratica a agricultura, sendo este último ocupado pelo pastoreio livre e atividades de reflorestação.

2.2. O Centro de Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz

Figura 2- Centro Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz



Fonte: Autor 2018

Criado em 2002 o Centro de Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz (CEFPSC), fica sediada no município de Santa Cruz, num edifício criado para o efeito em Pedra Badejo. Tem um pólo de formação profissional no antigo edifício do antigo Centro de Reparação Automóvel da Variante, no município de São Domingos (CEFPSC, 2015).

Estrutura integrante do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o CEFPSC, é resultado do acordo de cooperação entre o Ministério do Trabalho e Solidariedade de Cabo Verde e o seu congénere português e tem como missão, apoiar na concretização dos objetivos de Política de formação profissional e emprego, definidos pelo Governo de Cabo Verde e acordados no âmbito da cooperação bilateral com Portugal. Neste sentido procura desenvolver ações de formação profissional adaptadas a realidade social e económica cabo-verdiana diagnosticada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde, procurando obter a máxima eficiência e eficácia, devendo adotar metodologias e programas polivalentes e flexíveis (CEFPSC, 2015).

De entre outras atribuições, inscrevem-se como atribuições dos CEFPSC, a promoção da qualificação profissional da população, através da oferta de formação profissional, inicial, e contínua, certificadas e relevantes para a modernização da economia, a contribuição para a promoção e incentivo das entidades privadas acreditadas para a realização de ações de formação profissional que se revelarem adequadas às necessidades das pessoas e à modernização do tecido económico e empresarial a nível

regional e local, a contribuição para a execução das políticas e medidas para os sectores do emprego, da formação profissional e do empreendedorismo a nível regional e local(CEFPSC, 2015).

O CEFPS, promove diversas modalidades de formação, tendo em conta as necessidades de formação identificadas, os grupos alvo, os objetivos e a capacidade instalada, quer a nível da sua sede quer ao nível dos seus parceiros (CEFPSC, 2015). De entre as modalidades de formação destacamos as de vocação voltadas para o setor agrícola, em funcionamento neste estabelecimento, que apresentamos nos pontos a seguir.

2.3. O Curso de Atividades Básicas de Agricultura do CEFPS-2018

Segundo o Programa Formativo Associado ao Perfil Atividades Básicas de Agricultura (PFAPABA), do CEFPS, nível 2, visa adquirir competências para realização operações básicas ou auxiliares nas produções agrícolas seguindo as orientações técnicas do plano de trabalho gerido pelo responsável, restituindo os resultados das tarefas, cumprindo as normas Saúde Higiene e Segurança no Trabalho (SHST) e protegendo o ambiente. Tem a duração de 10 meses, e uma carga horária de 720 horas, e é destinado a 18 formandos (PFAPABA, 2018, 2).

Ainda de acordo com o mesmo documento, esta qualificação situa-se no setor agropecuário e no subsector de horticultura, fruticultura, cultivo de flor de corte e culturas herbáceas. Ao concluírem a formação os formandos desenvolvem as suas atividades profissionais como empregado em pequenas, médias e grandes empresas de produção agrícola, sejam estatais ou privadas, pode ainda realizar tratamento e controlo fitossanitário de nível básico em conformidade com a legislação em vigor e sob controlo de um técnico responsável (p. 2).

A estrutura curricular deste curso conforme o quadro abaixo, é constituído por 13 unidades formativas/disciplinas distribuídos por 3 módulos formativos ou unidades de competência como nos indica o quadro abaixo.

Quadro 1- Curso de Atividades Básicas de Agricultura do CEFPSC-2018

Programa Formativo Associado ao Perfil Profissional Atividades Básicas de Agricultura					
Código	AGA	Denominação	ATIVIDADES BÁSICAS DE AGRICULTURA		
Nível	2	Família profissional	Agrária		
Duração	720 + ME				
Módulos Formativos	MF1	Operações básicas de propagação das culturas (250h)	UF1 Conceitos básicos sobre o desenvolvimento das culturas. (30 h)	MF000-2	
			UF2 Cumprimento de orientações técnicas (50h)		
			UF3 Técnicas de propagação das culturas (150h)		
			UF4 Manutenção de primeiro nível de equipamentos e ferramentas (20h)		
	UF transversal 100 h	MF2	Operações básicas de tratos culturais (250h)	UF1 Conceitos básicos sobre o desenvolvimento das culturas. (30 h)	MF000-2
				UF2 Cumprimento de orientações técnicas (50h)	
				UF3 Técnicas de amanhos culturais (150h)	
				UF4 Manutenção de primeiro nível de equipamentos e ferramentas (20h)	
	UF específicas 420 h	MF3	Operações básicas de recolha e armazenamento de produtos agrícolas (190 h)	UF1 Cumprimento de orientações técnicas (50h)	MF000-2
				UF2 Técnicas de recolha e armazenamento de produtos agrícolas (120h)	
				UF3 Manutenção de primeiro nível de equipamentos e ferramentas (20h)	
	MFCRT 200h	MFCT	Módulo formativo em contexto real de trabalho (200h)		MT2
	Total 720 h	ME	Módulo de empreendedorismo e cultura empresarial		ME

Fonte: CEFPSC-2018

A estrutura curricular deste curso como anunciado anteriormente encontra-se dividido em 3 módulos formativos. O primeiro módulo formativo **Operações básicas de propagação das culturas (250h)**, subdivide-se em quatro unidades formativas: *Conceitos básicos sobre o desenvolvimento das culturas (30 h)*, *Cumprimento de orientações técnicas (50h)*, *Técnicas de propagação das culturas (150h)* e *Manutenção de primeiro nível de equipamentos e ferramentas (20h)*. O segundo módulo formativo **Operações básico de tratos culturais (250h)**, contempla também quatro unidades formativas: *Conceitos básicos sobre o desenvolvimento das culturas (30h)*, *Cumprimento*

de orientações técnicas (50h), Técnicas de trabalhos culturais (150h) e Manutenção de primeiro nível de equipamentos e ferramentas (20h). E o terceiro módulo formativo, **Operações básicas de recolha e armazenamento de produtos agrícolas (190h)**, é constituído por três unidades formativas: *Cumprimento de orientações técnicas (50h), Técnicas de recolha e armazenamento de produtos agrícolas (120h), e Manutenção de primeiro nível de equipamentos e ferramentas (20h).* Ainda o curso é constituído por um **Módulo formativo em contexto real de trabalho (200h)**, e um **Módulo de empreendedorismo e cultura empresarial** (PFAPABA, 2018, p.12).

2.3.1. O Curso de Gestão da Produção Agropecuária CEFPSC

De acordo com o Programa Formativo Associado ao Perfil Gestão da Produção Agropecuária (PFAPGPA), do CEFPSC, de nível 5, este curso tem como objetivo geral de Planificar e organizar a produção de uma exploração agropecuária, programando e monitorando os trabalhos necessários, aplicando critérios de rentabilidade económica e de segurança alimentar, proporcionando caso necessário um apoio técnico económico a produtores, cumprindo as leis vigentes do meio ambiente, controlo de qualidade, e normas de saúde, higiene e segurança no trabalho (SHST). Tem a duração de 15 meses, com uma carga horária de 1350 horas, incluindo o módulo formativo em contexto real de trabalho e o módulo de empreendedorismo e cultura empresarial e é destinado a 18 formandos (PFAPGPA, 2018, p.2).

Segundo o mesmo documento, ao terminar a formação estes formandos deverão ter desenvolvido competências que lhes permitirá desenvolver sua atividade profissional na área de gestão da produção agropecuária para grande, média e pequena empresa, exploração agropecuária tanto por conta de outrem, quanto por conta própria podendo também dar assistência técnica aos produtores. No quadro da função de acompanhamento e assistência aos produtores desenvolve a sua atividade profissional como empregado da Administração responsável do setor agropecuário e do ambiente, de Organizações Não Governamentais (ONG), de cooperativas, de associações ou de projetos de cooperação internacional (p.2).

A Formação Profissional na área agrícola e o Desenvolvimento Sustentável: estudo de caso do Perímetro Agrícola Justino Lopes em Santa Cruz.

48

A estrutura curricular deste curso conforme o quadro que segue abaixo, é constituído por 14 unidades formativas/disciplinas, distribuídos por 5 módulos formativos ou unidades de competência.

Quadro 2- Curso de Gestão da Produção Agropecuária do CEFPSC-2018

Programa Formativo Associado ao Perfil Profissional em Gestão da Produção Agropecuária				
Código	AGA	Denominação	GESTAO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	
Nível	5	Família profissional	Agrária	
Duração	1350 + ME			
Módulos Formativos	MF1	Planificação dos trabalhos de implementação dos cultivos e da produção animal. (250h)	UF1 Comunicação e pesquisa de informações técnicas (70h)	MF000-5
			UF2 Planificação de cultivos e de produção animal. (150h)	
	MF2	Coordenação e monitoramento das operações de propagação e desenvolvimento das culturas. (310h)	UF1 Comunicação e pesquisa de informações técnicas. (70h)	MF000-4
			UF2 Gestão de uma atividade agropecuária (30h)	
			UF3 Propagação e desenvolvimento de culturas (210h)	
	MF3	Programação e monitoramento da alimentação, a saúde e a reprodução dos animais (310 h)	UF1 Comunicação e pesquisa de informações técnicas. (70h)	MF000-4
			UF2 Gestão de uma atividade agropecuária. (30h)	
			UF3 Manejo da alimentação, da saúde e da reprodução dos animais (210h)	
	MF4	Coordenação da recolha dos produtos agropecuários e fazer a sua gestão e comercialização. (290 h)	UF1 Comunicação e pesquisa de informações técnicas. (70h)	MF000-5
			UF2 Gestão dos produtos agropecuários da recolha ate a comercialização. (210h)	
MF5	Animação de grupos de produtores e assistência técnica (190h)	UF1 Comunicação e pesquisa de informações técnicas. (70h)	MF000-3	
		UF2 Assistência técnica e animação de grupos de produtores (120h)		
MFCT	Módulo formativo em contexto real de trabalho (350h)		MT2	
ME	Módulo de empreendedorismo e cultura empresarial		ME	

Fonte: CEFPSC-2018

Como foi dito no parágrafo anterior a estrutura curricular deste curso encontra-se dividido em 5 módulos formativos. O primeiro módulo formativo **Planificação dos trabalhos de implementação dos cultivos e da produção animal** com uma carga horaria de (220h), encontra-se dividido em duas unidades formativas: a *comunicação e pesquisa de informações técnicas (70h)* e a *planificação de cultivos e de produção animal*

(150h). O segundo módulo formativo **Coordenação e monitoramento das operações de propagação e desenvolvimento das culturas (310h)**, é formado por três unidades formativas: a *comunicação e pesquisa de informações técnicas (70h)*, a *gestão de uma atividade agropecuária (30h)*, e a *propagação e desenvolvimento de culturas (210h)*. Também o terceiro módulo formativo **Programação e Monitoramento da Alimentação, Saúde e a Reprodução dos Animais (310h)**, subdivide-se em três unidades formativas: *Comunicação e pesquisa de informações técnicas (70h)*, *Gestão de uma atividade agropecuária (30h)*, e *Manejo da alimentação, da saúde e da reprodução dos animais (210h)*. O quarto módulo formativo **Coordenação da recolha dos produtos agropecuários e fazer a sua gestão e comercialização (280 h)**, é constituído por duas unidades formativas: *Comunicação e pesquisa de informações técnicas (70h)* e *Gestão dos produtos agropecuários da recolha até a comercialização (210h)*. O quinto módulo, **Animação de grupos de produtores e assistência técnica (190h)**, também está dividido em duas unidades formativas: *Comunicação e pesquisa de informações técnicas (70h)*, *Assistência técnica e animação de grupos de produtores (120h)*. Ainda o curso contempla um módulo **formativo em contexto real de trabalho (350h)**, e um **módulo em empreendedorismo e cultura empresarial** (PFAPGPA, 2018, p.21).

2.3.2. O Curso de Horticultura do CEFPSC

Segundo o Programa Formativo Associado ao Perfil Horticultura (PFAPH), do CEFPSC de nível 4, o curso tem como finalidade geral realizar operações de instalação, manutenção e produção para uma exploração hortícola, aplicando o manejo integrado das pragas e doenças específicas da horta, manipulando sistemas de irrigação e equipamentos motorizados, procurando a rentabilidade, cumprindo as normas de SHST e protegendo o meio ambiente (PFAPH, 2018, p. 2)

Ainda de acordo com o mesmo programa a qualificação deste profissional situa-se no sector agrário, especialmente no subsector da produção hortícola. Desenvolve sua atividade profissional na área da produção hortícola para grande, média e pequena empresa estatal ou privada tanto por conta de outrem, quanto por conta própria. As funções podem ser desenvolvidas numa exploração agrícola, num instituto técnico ou de

investigação, numa empresa de venda de insumos para horticultura ou uma cooperativa hortícola (p.2)

De acordo com o quadro abaixo este curso é constituído por 20 unidades formativas/disciplinas distribuídos por 5 módulos formativos ou unidades de competência, incluindo o módulo formativo em contexto real de trabalho e o módulo de empreendedorismo e cultura empresarial. Tem a duração de 12 meses distribuídos por uma carga horaria de 1080 horas, destinado a 18 formandos.

Quadro 3- Curso em Horticultura do CEFPSC-2018

Programa Formativo Associado ao Perfil Profissional Horticultura				
Código	AGA	Denominação	HORTICULTURA	
Nível	4	Família profissional	Agrária	
Duração	1080 + ME			
Módulos Formativos	MF1	Instalação e manipulação de sistemas de irrigação e equipamentos (250h)	UF1 Água e Horticultura em Cabo Verde (20h)	MF000-4
			UF2 Mobilizações de informações técnicas (50h)	
			UF3 Técnicas de instalação e manipulação de sistemas de irrigação e equipamentos de rega (150h)	
			UF4 Manutenção de equipamentos (30h)	
	MF2	Preparação do terreno e propagação das culturas hortícolas. (200h)	UF1 Água e Horticultura em Cabo Verde (20h)	MF000-3
			UF2 Mobilizações de informações técnicas (50h)	
			UF3 Técnicas de propagação de culturas hortícolas (100 h)	
			UF4 Manutenção de equipamentos (30h)	
	MF3	Operações culturais da horta e colheita das hortaliças. (200 h)	UF1 Água e Horticultura em Cabo Verde (20h)	MF000-3
			UF2 Mobilizações de informações técnicas (50h)	
			UF3 Tratos culturais da horta e colheita das hortaliças (100 h)	
			UF4 Manutenção de equipamentos (30h)	
	MF4	Método integrado de controlo de pragas e doenças e uso racional de produtos químicos (250 h)	UF1 Água e Horticultura em Cabo Verde (20h)	MF000-4
			UF2 Mobilizações de informações técnicas (50h)	
			UF3 Método integrado de controlo de pragas e doenças para o uso racionalizado de produtos químicos (150h)	

Total 1080 h			UF4 Manutenção de equipamentos (30h)	
	MF5	Comercialização de produtos da exploração agrícola (130h)	UF1 Mobilizações de informações técnicas (50h)	MF000-3
			UF2 Técnicas de comercialização de produtos da exploração agrícola. (80h)	
	MFCT	Módulo formativo em contexto real de trabalho (350h)		MT2
ME	Módulo de empreendedorismo e cultura empresarial		ME	

Fonte: CEFPSC-2018

A estrutura curricular deste curso também é constituída por 5 módulos formativos. O primeiro módulo formativo, **Instalação e manipulação de sistemas de irrigação e equipamentos (250h)**, subdivide-se em quatro unidades formativas: *Água e Horticultura em Cabo Verde (20h)*, *Mobilizações de informações técnicas (50h)*, *Técnicas de instalação e manipulação de sistemas de irrigação e equipamentos de rega (150)*, e *Manutenção de equipamentos (30h)*. O segundo módulo formativo, **Preparação do terreno e propagação das culturas hortícolas (200h)**, também se subdividiu em quatro unidades formativas: *Água e Horticultura em Cabo Verde (20h)*, *Mobilizações de informações técnicas (50h)*, *Técnicas de propagação de culturas hortícolas (100h)*, e *Manutenção de equipamentos (30h)*. O terceiro módulo formativo, **Operações culturais da horta e colheita das hortaliças (200 h)**, encontra-se dividido em quatro unidades formativas: *Água e Horticultura em Cabo Verde (20h)*, *Mobilizações de informações técnicas (50h)*, *Tratos culturais da horta e colheita das hortaliças (100h)*, e *Manutenção de equipamentos (30h)*. O quarto módulo formativo **Método integrado de controlo de pragas e doenças e uso racional de produtos químicos (250h)**, está dividido em quatro unidades formativas: *Água e Horticultura em Cabo Verde (20h)*, *Mobilizações de informações técnicas (50h)*, *Método integrado de controlo de pragas e doenças para o uso racionalizado de produtos químicos (150h)* e *Manutenção de equipamentos (30h)*. Por sua vez o quinto módulo formativo **Comercialização de produtos da exploração agrícola (130h)**, encontra-se dividido em duas unidades formativas: *Mobilizações de informações técnicas (50h)* e *Técnicas de comercialização de produtos da exploração agrícola. (80h)*. Ainda o curso contempla também um **módulo formativo em contexto real de trabalho (350h)** e um **módulo de empreendedorismo e cultura empresarial** (PFAPH, 2018, p. 17).

Analisando os currículos dos cursos da formação profissional na área agrícola do CEFPSC, podemos constatar que estes visam a preparação global e permanente dos indivíduos, mediante mecanismos de aquisição e desenvolvimento de competências, para o exercício de uma profissão nestas áreas.

Podemos constatar ainda, que assim como define o Regime Jurídico Geral da Formação Profissional, estas se organizam em módulos que confirmam créditos de formação capitalizáveis, bem como a duração dos mesmos, ajustados à modalidade de formação inicial que visa por um lado a aquisição de conhecimentos e competências indispensáveis ao exercício de uma profissão, e por outro lado ajustado à modalidade de formação contínua que proporciona a adaptação às transformações tecnológicas, técnicas e organizacional, que favorecem a promoção profissional e a melhoria na qualidade de emprego.

Podemos constatar também a ausência de unidades formativas específicas ligadas ao Desenvolvimento Sustentável. Entretanto, temos unidades formativas associadas às políticas de modernização da agricultura, que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, aliadas, por exemplo, à mobilização e a rentabilização do uso da água, à introdução de inovações tecnológicas, tendo em vista o aumento da produção por forma que a agricultura deixe de ser uma atividade de subsistência para ser encarada como uma atividade económica geradora de rendimentos.

2.3.3. Programa da Camara Municipal de Santa Cruz para a Formação profissional na área agrícola

De acordo com o programa de governação municipal de Santa Cruz (2016-2020), em estreita coordenação e colaboração com o Programa do Governo para a IX legislatura (2016-2021), pretende fazer da agricultura um sector gerador de rendimentos, que traga prosperidade e reconhecimento social. Uma agricultura que respeite e proteja o ambiente, que gera rendimentos justos aos agricultores e que gera excedentes e rentabilidade. Uma agricultura e uma agroindústria competitivas no mercado local e em nichos de mercados internacionais que garantam, ao mesmo tempo, a segurança alimentar e nutricional da

população e uma capacidade exportadora do País (p. 159-160). Para tal, e por meio da formação profissional, o programa de governação municipal (2016-2020) pretende ainda:

- a) O relançamento da Investigação e da Formação Profissional redinamização do sistema de investigação aplicada para a agricultura, silvicultura e pecuária, com o objetivo de normalizar e controlar a qualidade dos fatores de produção colocados ao serviço dos agricultores, investigar as técnicas avançadas e métodos de produção existentes, promovendo a sua devida adaptação a Cabo Verde.
- b) Promover a investigação em estreita articulação com as instituições internacionais, Governo, o Poder Local e Regional, as empresas, as Universidades, instituições afins e os agricultores, criando um parque Parques Científico e Tecnológico de Agropecuária.
- c) Promoção da formação profissional nas áreas da agricultura, silvicultura e pecuária, estimulando o empreendedorismo jovem com a criação de incentivos e de financiamentos para a iniciação nas atividades agropecuárias (p. 164).

De realçar que atualmente a autarquia local em parceria com o CEFPSC, delegação do MAA de Santa Cruz, tem vindo a promover a frequência e permanência dos jovens ao sistema de formação profissional, principalmente através do financiamento das formações, relegando para as entidades formadoras a responsabilidade de gerir todo o processo de capacitação dos formandos.

2.3.4. Programa de formação profissional do projeto TCP/CVI/3603 em fruticultura para agricultores e viveiristas 2016-2018 da Delegação Ministério Agricultura e Ambiente de Santa Cruz

Serviço desconcentrado dos Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autónomos sob direção superior ou superintendência do Ministro da Agricultura e Ambiente, as Delegações do MAA⁷, têm como missão de assegurar a orientação, a coordenação e o acompanhamento no terreno das atividades agrárias, de proteção e desenvolvimento ambiental, cabendo-lhes ainda assegurar a articulação com as autarquias locais e organizações representativas do mundo rural, no exercício das suas atribuições. De entre

⁷ Decreto – Lei nº 49/2016 de 27 de setembro, art.º 28

outras funções as delegações têm nas suas atribuições a de ministrar secções de formação no domínio agrícola aos agricultores, podendo ser estas ministradas em parceria com outras instituições ou por conta própria.

Neste particular a delegação do MAA de Santa Cruz, vêm fornecido pequenas secções de formação aos agricultores do concelho, mais concretamente no âmbito do projeto TCP/CVI/3603 “Relance des cultures fruitières au Cabo Verde” 2016-2018⁸, destinada aos agricultores e viveiristas que praticam atividades de produção de fruteiras ou de instalação de pomares na sua propriedade ou que possuem experiencia no domínio de produção de plantas fruteiras e de material vegetal de boa qualidade.

Tem como objetivo dotar os formandos de um conjunto de conhecimentos técnicos (teóricos e práticos) com o fim de melhorar as suas competências no desempenho de atividades no domínio da instalação e produção de plantas fruteiras nas suas propriedades. Tem a duração total de 35 horas sendo 7 horas por dia durante 5 dias. O tempo da formação será distribuído em 21 horas teóricas e 14 horas práticas com o horário diário das 9:00 às 16:00h, com os seguintes módulos formativos:

Quadro 4- Módulo Formativo da Formação em Fruticultura e Viveirista da DMAASC

<p style="text-align: center;">Módulo 1</p> <ul style="list-style-type: none">- Generalidades sobre a fruticultura;- Importância económica da fruticultura em Cabo Verde;- Produção de plantas e frutas orgânicas;- Potencialidades para implementação da fruticultura;- Constrangimentos ao desenvolvimento da fruticultura;	<p style="text-align: center;">Módulo 2</p> <ul style="list-style-type: none">- Preparação, Instalação E gestão de viveiros e pomares;- Escolha do terreno- Acessibilidades- Fatores de produção- Espécies e variedades
<p style="text-align: center;">Módulo 3</p> <ul style="list-style-type: none">- Práticas culturais em fruticultura- Técnicas de propagação de fruteiras (estacas, enxertia, sementeira)- Densidade de plantação- Adubação/Estrumação- Rega e ferti-irrigação- Seguimento de plantas no viveiro	<p style="text-align: center;">Módulo 4</p> <ul style="list-style-type: none">- Gestão das principais pragas e doenças- Pragas de fruteiras- Doenças de fruteiras- Técnicas de controlo de pragas e doenças nas fruteiras

⁸ Relatório de formação em fruticultura para os agricultores e viveiristas

<p>Módulo 5</p> <ul style="list-style-type: none">- Colheita e acondicionamento- Período de colheita e venda de plantas- Seleção, calibragem e embalagem-Acondicionamento, transporte e comercialização- Apreciação dos projetos de fruticultura dos agricultores e viveiristas	
--	--

Fonte: DMAASC-2018

CAPÍTULO III

Por forma a enquadrar a cooperativa onde realizou-se este estudo, neste capítulo abordamos, de uma forma geral, a origem e evolução do cooperativismo a nível internacional e a nível nacional concluindo com o historial da cooperativa em estudo.

3. A ORIGEM E EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO

A palavra cooperação espelha o espírito que norteou o ser humano desde os primórdios da sua evolução, condição essencial à sua sobrevivência num ambiente muitas vezes hostil, as primeiras experiências de organização cooperativa formal, na sua conceção moderna, tiveram como marco histórico a Revolução Industrial.

Derivada do latim *cooperativus*, de *cooperari*, cooperativa, significa cooperar, colaborar, trabalhar com os outros. De acordo com, De Plácio & Silva (2000, p. 5), “o cooperativismo é uma evolução do termo associativismo, o qual surgiu nas sociedades mais remotas pela necessidade de se encontrar soluções para ameaças e problemas comuns a determinados grupos de indivíduos”.

A Aliança Cooperativa Internacional, (ICA) organização não-governamental e independente criada em 1895 e que congrega no seu seio 220 organizações cooperativas de 85 países, define oficialmente a cooperativa como “uma associação autónoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer as suas necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais, através de uma empresa de propriedade conjunta e controlada democraticamente”⁹.

De acordo com Jesus (2007, p. 22), o cooperativismo enquanto movimento social, teve sua origem nas primeiras fazes da Revolução Industrial. É neste contexto caracterizado por um lado, pela forte prosperidade das fábricas, e por outro lado, por baixos salários pagos aos trabalhadores industriais, péssimas condições laborais, excesso de trabalho e marginalização social e económica desta classe, que surgem as condições propícias para o começo de movimentos formais de associação e cooperação, como tentativas de resposta às condições impostas pela realidade da Revolução. Através da União de vinte e oito tecelões (operários), é criado um pequeno armazém cooperativo de

⁹ [Http://www.aci.coop/coop/index.html](http://www.aci.coop/coop/index.html), consultado em 15/10/2018

consumo: a “Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale”. Surgia então, em Rochdale, em 1844, a semente do cooperativismo.

Ainda o mesmo autor, afirma que o “sucesso de “Rochdale” inspirou o movimento cooperativista pelo mundo, de tal modo que os valores (solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social, transparência) e os princípios (adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação económica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, preocupação com a comunidade) elaborados pelos “Probos Pioneiros” são, até hoje, adotados pelos movimentos cooperativistas, ainda que tenham sido revistos, aprimorados e modernizados, de forma a poderem adaptar-se às mutações dos contextos socioeconómicos, políticos e culturais, a sua essência ainda se mantém” (p. 22).

Segundo Jesus (2007, p.21) programa de Rochdale, inspirado nos ensinamentos de Owen e William King, surge assim, no ambiente da Revolução Industrial e das suas profundas implicações sociais, económicas e culturais, como uma ambição de reforma social baseada no espírito de solidariedade humana e equidade social. Neste programa, a parte económica é um simples meio que visa tornar materialmente possível o objetivo principal do movimento, que é a modificação das condições de dependência social entre aqueles que dispõem apenas da força de trabalho e os que controlam os restantes meios de produção.

De acordo com a ICA, as cooperativas baseiam-se, nos valores fundamentais de auto-ajuda, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, justiça e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social, e preocupação com os outros. Também se norteiam por sete princípios que consideram ser básicos para o cooperativismo, a saber:

1º Princípio: Voluntariado e Livre Associação - As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de usar os seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades como membros, sem discriminação social, racial, político, religioso, ou de género.

2º Princípio: Controlo Democrático pelos Membros - As cooperativas são organizações democráticas controladas pelos membros, que ativamente tomam decisões e participam na definição das suas políticas. Homens e mulheres, servindo como representantes eleitos, são responsáveis perante os membros. Em cooperativas primárias, os membros têm iguais direitos de voto (um membro um voto); as cooperativas a outros níveis são organizadas de forma igualmente democráticas.

3º Princípio: Participação Económica dos Membros - Os membros contribuem equitativamente para, o controlo democrático do capital das suas cooperativas. Uma parte do capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros, geralmente, recebem compensação limitada, se não nenhuma, sob o capital subscrito na condição de sócio. Eles aplicam os excedentes para um dos seguintes objetivos: desenvolvimento da sua cooperativa; constituição de reservas, parte do qual deve ser indivisível; beneficiação de membros proporcionalmente às suas transações com a cooperativa; apoiar outras atividades aprovadas pelos membros.

4º Princípio: Autonomia e Independência - As cooperativas são organizações autónomas e autossustentáveis controladas pelos seus membros. Se entram em acordo com outras organizações, incluindo o Governo, ou aumentam o capital a partir de fontes externas, fazem-no em termos que asseguram o controlo democrático pelos seus membros e mantêm a autonomia da cooperativa.

5º Princípio: Educação, Formação e Informação - As cooperativas providenciam a educação e formação para os seus membros, representantes eleitos e empregados, para que possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Eles informam o público em geral - particularmente jovens e líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

6º Princípio: Cooperação entre Cooperativas - As cooperativas servem os seus membros de forma mais efetiva e reforçam o movimento cooperativo, trabalhando junto com as estruturas locais, regionais, nacional e internacional do movimento.

7º Princípio: Preocupação com a Comunidade - As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos seus membros.

Estes princípios, segundo Alves (2003, p. 7), uma vez seguidos adequadamente, podem prestar uma grande contribuição para o desenvolvimento económico e social de uma região, estado ou país através do aumento das oportunidades de trabalho; da diminuição da desigualdade de renda; do fortalecimento das instituições democráticas; da defesa das liberdades individuais e da humanização das relações económicas.

Fairbrain (2004) destaca a génese do cooperativismo como resultante de movimentos sociais, aspeto frequentemente negligenciado inclusive nas histórias oficiais das cooperativas, que enfatizam normalmente o crescimento e o sucesso e representam a si mesmas como estruturas autossuficientes criadas por indivíduos, trabalhando juntos para lidar com mercados específicos ou problemas sociais. Regra geral, onde foram criados um grande número de cooperativas, estas deveram-se ou à ação do Estado a partir de cima especialmente nos países em desenvolvimento (como é o caso de Cabo Verde), ou a atividades de movimentos sociais (nos países desenvolvidos, com movimentos cooperativos já mais maduros). Um dos elementos que, portanto, poderá explicar a falência dos movimentos cooperativos nos países em desenvolvimento, onde a ação do Estado é mais dominante no processo de criação de cooperativas (quer diretamente, quer em parceria com organismos internacionais), é a intervenção deste no processo sem considerar a existência e/ou a natureza dos movimentos sociais circundantes.

3.1. O Cooperativismo em Cabo Verde

O cooperativismo em Cabo Verde, enquanto movimento concreto, teve a sua origem nos primeiros anos da pós-independência, pressionado pela urgência em satisfazer necessidades da população especialmente a necessidade imediata do abastecimento em bens de primeira necessidade no novo contexto de autonomia política e administrativa do jovem país, como afirmam os autores Pina e Jesus.

Jesus (2007), afirma que devido ao passado histórico e político de Cabo Verde, o cooperativismo é estigmatizado, sendo por vezes associado a ideologias comunistas e percebido como uma ferramenta de intervenção social decorrente desta ideologia política.

Tal como afirma De palácio & Silva (2000) o cooperativismo é a evolução do conceito de associativismo que em “Cabo Verde teve as suas raízes nas formas tradicionais de solidariedade social e é tão antigo quanto a sua própria história, visto que sempre existiu um espírito de solidariedade e ajuda mútua do seu povo, tanto em trabalhos

agrícolas como em atividades sociais como casamentos, batizados e mortes. As pessoas faziam questão de marcar a sua presença nesses eventos, assim como contribuir com a sua ajuda – este simples gesto é denominado de “*Djunta mó*” (Pina, 2008, p. 3).

Segundo Varela (1991), esta cultura de solidariedade, que encontrou no “*djuda*” e no “*djunta-mo*” as suas manifestações mais representativas, teria sido resultante, contudo, do processo de formação da nossa sociedade desde os primórdios do descobrimento, povoamento e colonização, marcada essencialmente pela ganância, pela violência e pelo medo – o “triângulo de sobrevivência”.

Pina (2008, p. 3) afirma que as associações de pessoas na época colonial não eram bem vistas, sendo muitas vezes apadrinhadas e camufladas pela igreja. Estas atividades ganharam maior relevo com a independência nacional, foram fundadas as organizações de massas de carácter partidário. Do igual modo foram criadas mais de uma centena de cooperativas de consumo e de produção por quase todas as ilhas sob o impulso do partido do poder. Estas cooperativas foram apoiadas pelo organismo estatal, INC (Instituto Nacional de Apoio às Cooperativas), e, posteriormente, o ICS (Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade). Estas instituições tinham por fito incentivar as comunidades a organizarem-se e a participarem no processo de desenvolvimento do país.

O cooperativismo emerge assim neste período como uma forte aposta do poder político para o mundo rural que de acordo com Jesus (2007), esta opção conta com dois importantes elementos impulsionadores:

“De um lado, a necessidade latente, quer em termos socioeconómicos, de garantir o abastecimento das populações em géneros de primeira necessidade, quer em termos ideológicos, de promover a igualdade e justiça social. De outro lado, a assunção clara das cooperativas como vias de promoção do desenvolvimento, por parte do Governo e do Partido, resultando daí um forte impulso institucional na sua promoção” (JESUS, 2007, p. 48).

Jesus (2007, p. 46) caracteriza a evolução do cooperativismo em cabo Verde em três fases distintas:

A **primeira fase**, que decorre desde a independência, em 1975, até à implementação do Instituto Nacional das Cooperativas (INC) em 1978, o cooperativismo especialmente o de consumo - é promovido pelo Governo e pelo partido, sobretudo como um instrumento para apoiar na resolução do problema da distribuição de bens de primeira

necessidade à população do meio rural. A importância atribuída ao sector é sedimentada na Constituição aprovada em 5 de setembro de 1980, que reconhece no seu Artigo 11º três formas de propriedade: pública, privada e cooperativa.

Na dimensão político-ideológica, a cooperativa é vista como uma forma de libertar as camadas mais desfavorecidas da dependência económica, como meio de elevar o nível cultural e político das pessoas, como forma de promoção da justiça social, tendo o próprio partido no poder (PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) se envolvido diretamente na promoção do movimento, quer através de orientação clara das suas lideranças e das mensagens de apoio, quer através da atuação dos seus militantes no terreno, na dinamização e criação de cooperativas (FERREIRA, 2014, p. 118).

Assim, uma das primeiras medidas tomadas logo após a independência foi a criação da Empresa Pública de Abastecimento, (EMPA), em setembro de 1975, com o objetivo de garantir um sistema de abastecimento do mercado em bens de primeira necessidade e administrar os donativos em géneros alimentícios concedidos por países amigos. O surgimento da EMPA, foi sem dúvida um dos elementos justificadores e catalisadores do cooperativismo de consumo em Cabo Verde, na sua dimensão organizativa (IDE, 2005).

A outra é a criação da Central das Cooperativas de Cabo Verde, em agosto de 1975, como organismo de utilidade pública, de apoio técnico, material e financeiro às cooperativas. A sua natureza era, contudo, na visão retrospectiva de um dinamizador cooperativo de então, pouco claro e algo confuso, resultante até de um certo “voluntarismo” quanto ao método de intervenção (JESUS, 2007, P.47).

Contudo é preciso destacar o carácter descendente da dinamização do cooperativismo nesta fase, ou seja, o cooperativismo é mais “imposto” pelo Governo/Partido do que resultante de um movimento social independente e autónomo” (Ferreira, 2014, 119). É neste âmbito que através do Decreto-lei nº 96/78 de 28 de outubro, foi criado o Instituto Nacional das Cooperativas (INC) com o objetivo de materializar as orientações políticas do governo a respeito do cooperativismo, promover e apoiar a organização interna das unidades cooperativas e suas organizações, e ser o ponto de interligação com organizações cooperativas internacionais, marcando o início

da **segunda fase** do desenvolvimento do cooperativismo em Cabo Verde (JESUS, 2007, p. 48).

O funcionamento do INC, era suportado pelo Governo e pelas organizações internacionais que financiavam os projetos a fundo perdido. O INC beneficiou, especialmente na década de 80 do século passado, de um quadro mundial favorável à promoção e desenvolvimento do cooperativismo, o que facilitou o financiamento de vários projetos por parte de organizações cooperativas internacionais, nas áreas de reforço patrimonial das cooperativas e das suas organizações, equipamentos sociais, formação e intercâmbio. Graças a estes apoios, as cooperativas e suas organizações acabaram por acumular um património físico considerável, em edifícios, meios de transporte, equipamentos de escritório, que, todavia, não se refletiu no desempenho das cooperativas enquanto tal, como veremos mais adiante. Para gerir esses apoios, foi criado o (FAC), Fundo de Apoio às Cooperativas, em 1981 (Decreto-lei 135/81), organismo público dotado de autonomia administrativa e financeira, e responsável pela coordenação das ajudas nacionais e estrangeiras cedidas ao sector cooperativo (JESUS, 2007, p.49).

Entretanto, tendo o cooperativismo formal surgido em Cabo Verde num contexto político-ideológico específico (partido único), a fraca promoção dos seus princípios fundamentais por parte do INC – o que deveria ter sido uma das suas funções primordiais contribuiu para sedimentar no movimento a ideologia dominante de matriz eminentemente política que vinha desde a sua génese em detrimento da doutrina cooperativa, necessária para garantir a sua coesão enquanto movimento social. O fraco conhecimento dos princípios e valores cooperativos, entre outros, traduziu-se assim em claras distorções das práticas de gestão adotadas nas cooperativas e até em certos comportamentos desviantes por parte dos líderes, contribuindo para gerar as condições intrínsecas para a falência do movimento (JESUS, 2007);

“A forte intervenção do Governo e do partido na promoção do cooperativismo, contribuiu aparentemente para que o movimento acabasse por ser conotado ideologicamente com o PAICV no clima de alguma euforia reinante no início dos anos de 1990 com a democratização do país, quer por parte da população e dos antigos membros, quer por parte de elementos do novo Governo, embora estes não claramente assumidos logo no início. O sector cooperativo acaba por ser vítima das suas ligações históricas ao Governo e ao partido no poder anteriormente, e da forte

dependência – técnica, financeira, ideológica, organizacional e competitiva - que caracterizara a sua estrutura e o funcionamento desde a sua criação” (JESUS, 2007, p. 52-53).

A terceira fase do movimento cooperativo no país, culminou com a mudança do sistema político em Cabo Verde, para o pluripartidarismo em 1990, e a subsequente subida do Movimento Para Democracia, (MPD), ao poder em 1991, com uma matriz ideológica diferente do anterior Governo no que diz respeito ao cooperativismo.

Segundo Jesus (2007, p. 52) o novo Governo elege o sector privado como o principal motor da economia, dá-se início ao processo de abertura económica e privatização das empresas detidas ou participadas pelo Estado, o sector cooperativo passa a ser objeto de uma nova abordagem (política, ideológica, legal), é eliminado o seu status de “terceiro tipo de propriedade” na Constituição de 1992 (que o coloca dentro do escopo da propriedade privada), são-lhe retirados os benefícios legais e administrativos de que usufruía, e o Governo dá início a um processo acelerado de desengajamento do sector cooperativo, que culmina com a extinção do FAC em 1994 e do INC em 1997.

“A Constituição de 1992 (com as sucessivas revisões) faz desaparecer as cooperativas do elenco das formas de propriedade. Assim, abre-se caminho para as cooperativas se subsumirem na propriedade privada (de que se distanciavam anteriormente) e é neste quadro que irão ser reconceptualizadas, enquanto sociedades comerciais, ainda que com princípios próprios de organização e gestão” (VARELA, 2010, p.10).

Varela (2010, p. 10) acrescenta, que entretanto, havia um claro desengajamento do Estado no apoio e fomento às cooperativas, nomeadamente das cooperativas de consumo, que irão perder, ainda no primeiro lustro da década de noventa, outro importante aliado no sector público: a EMPA, após tentativas de privatização, em nome da liberalização da economia e do mercado de comércio, conhece uma redução intencional da sua capacidade de atuação no mercado, acabando por ser extinta no início da primeira década de 2000.

Dado ao novo paradigma sociopolítico verificado com a subida do MPD, ao poder as cooperativas entram numa realidade diferente das duas fases anteriores. Aliás como atesta Jesus (2007) “as cooperativas não conseguem adaptar-se às mudanças profundas no meio envolvente em que operam, devido a forças centrípetas e desagregadoras geradas no seu próprio interior pelos modelos de gestão incompatíveis com a ideologia cooperativa, e o

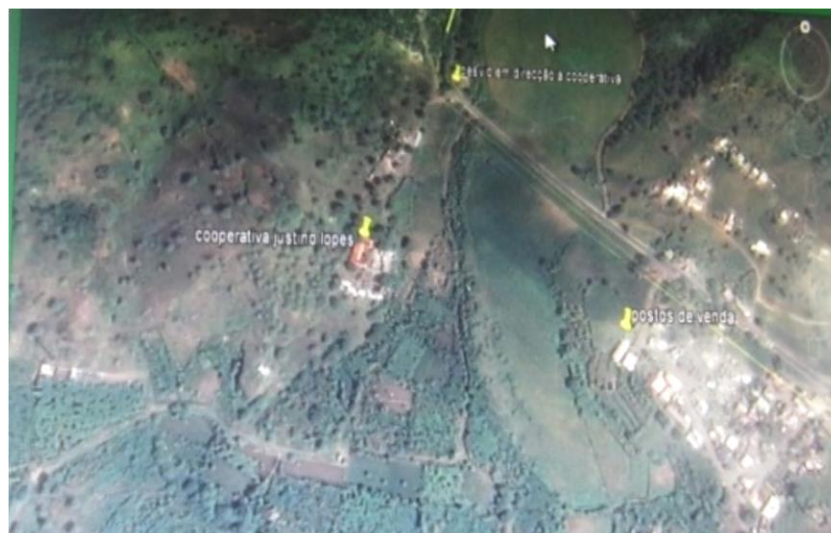
movimento entra em crise, começando então a sua trajetória descendente em todas as ilhas, que continua até os dias de hoje (p.53).

De acordo com, Vaz, Sacadura, Silva, & Cordeiro, (2016) atualmente, existe um pequeno número de cooperativas constituídas, sendo que os agricultores fazem muitas vezes parte de Associações Comunitárias Locais, que trabalham o desenvolvimento rural e comunitário, sendo estas frequentemente associações multissetoriais. Ainda assim, existem algumas cooperativas e associações que têm um papel importante na atividade agrícola do país e no desenvolvimento dos setores agrícola e alimentar (p. 38).

É o exemplo de duas cooperativas de grande relevância na ilha de Santiago: a Cooperativa Justino Lopes e a Cooperativa 13 de Novembro, ambas localizadas no município de Santa Cruz. Estas cooperativas são importantes para a facilitação de apoio técnico aos agricultores por parte do INIDA e dos serviços de Extensão do Ministério. Este primeiro, a (Cooperativa Justino Lopes), objeto do nosso estudo e da caracterização que se segue.

3.2. A Cooperativa Justino Lopes breve historial

Figura 3- Mapa Localização do Perímetro Agrícola Justino Lopes



Fonte: CMSC

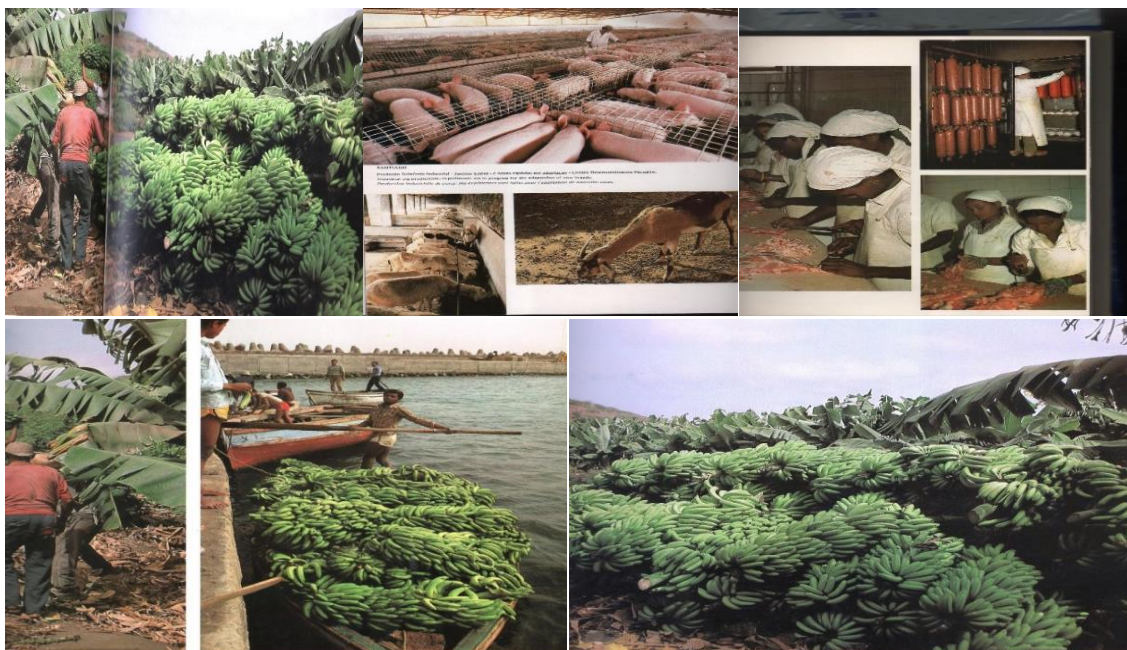
O Perímetro agrícola Justino Lopes, fica situado no concelho de Santa Cruz, mais concretamente a 3 km da Cidade de Pedra Badejo, na localidade de Santa Cruz. A mesma ocupa uma área de 60,6 hectares, aproximadamente cobrindo o vale situado entre a localidade do Canelo e Santa Cruz, começando numa pequena aldeia denominada de

Manito, nas proximidades de Ribeirão Boi e culminando nos coqueiros (perto ao mar). Ainda é de salientar que todas estas extensões de terrenos férteis se subdividem em parcelas tomando cada um nome diferente, como; Laranja, Birmanesa, Loja.

Segundo reza o povo, o proprietário da então Sociedade Agrícola e Comercial de Santa Filomena -SACOFIL situada na pequena localidade de Santa Cruz, Engenheiro Almeida Henriques, havia proposto às autoridades portuguesas a criação de um Concelho nessa localidade, onde se iria, posteriormente, construir um porto para exportação das suas bananas. Feitos os levantamentos, verificou-se que o local não dispunha de quaisquer infraestruturas para o efeito, acabando, no entanto, o Concelho por ser criado, mas com sede na povoação de Pedra Badejo que já era um posto administrativo. Almeida Henriques fez, entretanto, finca-pé para que o novel município tomasse o nome de Santa Cruz, local de suas plantações. O nome, segundo consta, terá advindo do promontório que dá vista à vizinha Ilha do maio. (PAMSC, 2003, pág. 11).

De acordo com Afonso (2007), depois da independência o Governo de Cabo Verde, com a participação da cooperação internacional (Jugoslávia, França e Áustria), cria sectores paralelos dentro da fazenda, incrementando a criação de gado e uma indústria de ponta no domínio da transformação de produtos: produção de ração, aguardente de cana, doces, derivados da criação de porcos (banha, charcutaria e afins), biogás e produção de eletricidade a partir do biogás.

Figura 4- Algumas Imagens da Antiga SACOFIL



Fonte: Eleutério Afonso 2007

Segundo o responsável pelo sector agrícola, em 1968 foi inscrita uma sociedade por quotas denominadas por SACOFIL representado pelo gerente Fernando Pinto de Almeida Henrique e geriu a dita SACOFIL até 1975, altura em que o mesmo deixou a propriedade e passou a residir em Portugal. Dessa data até 1980 a propriedade passou a ser chamada Propriedade Estatal, pois os técnicos eram nomeados a dirigir a propriedade por intermédio do Ministério da Agricultura e Água. De 1981-1986 o então Ministério da Agricultura e Água nomeou uma comissão instaladora composta por três elementos para fazer o estudo da viabilidade da Propriedade Estatal que fora apresentado anos depois. Este estudo levaria a transformação da Propriedade estatal para a empresa Agroindustrial Justino Lopes que só veria a acontecer por decreto – lei em 1986, já englobando vários sectores.

3.2.1. Associação dos agricultores no perímetro agrícola Justino Lopes

A partir de 1990 com a mudança do regime, o Estado abriu espaço para as privatizações, e a empresa Justino Lopes era um dos selecionados, visto que segundo os dados fornecidos pelo Presidente a empresa estava à beira de uma falência técnica e financeira por isso havia a necessidade de uma reforma profunda. A empresa tinha excesso de pessoal, contando com um número total de 196 trabalhadores distribuídos por diferentes sectores que compunham a empresa. É deste modo que 117 pessoas foram desafetadas da empresa, algumas foram reformadas e outras indemnizadas. Foi aí que os 79 agricultores, na altura, criaram uma associação, depois de várias reuniões em 22 de outubro de 1993 e a fase negocial foi concluída nos meados de junho de 1994; foi publicada no Boletim Oficial nº 34,1ª série a 17 de outubro de 1994.

De acordo com Decreto-Lei nº 55/94 do Boletim Oficial nº 34,1ª série de 17 de outubro de 1994, a terra foi desafetada do domínio do Estado a favor da associação de trabalhadores de sector agrícola de Justino Lopes.

De 1994 até 2013, a associação fez uma gerência de carácter empresarial; foi aí que decidiram transformar a associação em Cooperativa como forma de ter uma vertente empresarial mais firme e como forma de ter acesso a financiamentos.

A Cooperativa constituída em 2013 conta com um total de 79 membros, 69% são do sexo masculino e 31% são do sexo feminino, sendo que dos 79 membros apenas 19 se

encontram no ativo, o que leva a concluir que há mais participação de homens do que mulheres na atividade agrícola no perímetro, tendo como base os seguintes objetivos:

- a) Defender os interesses legítimos dos sócios enquanto trabalhadores e agentes económicos no setor da agricultura e pecuária, silvicultura e atividades afins, e representá-los coletiva ou individualmente junto das instituições com incidência na sua atividade económica;
- b) Promover a organização de atividades produtivas e/ou geradores de riqueza;
- c) Promover a criação de mecanismo de apoio jurídico, económico, técnico e financeiro às unidades produtivas;
- d) Promover a formação profissional dos sócios e seus familiares e apoio técnico às suas atividades económicas;
- e) Criar condições para satisfação das necessidades sociais dos sócios e respetivas famílias e para o reforço do espírito de cooperação, solidariedade e entre ajuda;
- f) Promover e participar em iniciativas de caráter económico e social, com focos lucrativos ou não, para o benefício dos sócios e da comunidade;
- g) Estabelecer e desenvolver relações de cooperação de intercâmbio com cooperativas congéneres nacionais e estrangeiros (B.O nº 53/2013, de 25 de outubro).

De acordo com Afonso (2007) hoje, o que resta da cooperativa, é a parte da produção agrícola que ficou nas mãos de uma associação de camponeses mal empoderados que nos últimos vinte e poucos anos tem tido prejuízos de vária ordem e enfrenta dificuldades até para pagar os salários.

CAPÍTULO IV

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após breve historial da cooperativa onde o estudo foi realizado, importa explicar a opção metodológica e os procedimentos para a recolha e tratamento dos dados, assim como a apresentação dos participantes deste estudo.

4.1. Opção metodológica

Num processo de investigação deve explicar-se, detalhadamente, os princípios metodológicos e métodos a utilizar. Aqui, procuramos conceber instrumentos que permitem enquadrar locais ou pessoas que possam ser objeto de estudo ou fontes de dados, a fim de nos permitir encontrar aquilo que pensamos interessar-nos, para a consecução dos nossos objetivos.

Os objetivos do estudo levam-nos a privilegiar as linhas orientadoras de uma abordagem qualitativa de investigação, que segundo Vilelas (2009) “a investigação qualitativa é uma forma de estudo da sociedade que se centra no modo como as pessoas interpretam e dão sentido às suas experiências e ao mundo em que elas vivem” (p. 5). Para tal, a nossa investigação pretende compreender a formação profissional na área agrícola no contexto de desenvolvimento sustentável do setor agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes. Procuramos compreender a partir da ótica dos participantes, as suas perceções, relativamente em como a formação profissional na área agrícola contribuirá para termos um desenvolvimento que se quer que seja sustentável. É nesta perspetiva que se justifica o estudo qualitativo, uma vez que este se debruça sobre os fenómenos humanos ou nos respetivos contextos de ocorrência. Aliás, o objetivo da investigação qualitativa, é conhecer os fenómenos a partir da ótica dos participantes, emanada de um contexto singular, o que justifica o facto de se sujeitar à flexibilidade, uma vez que o rumo da investigação é definido no decurso da mesma.

A metodologia qualitativa é concebida por ser um processo indutivo exploratório, que faz com que o quadro de análise do estudo vá sendo, progressivamente, elaborado através de um incessante questionamento de dados (Stake, 2009). O esquema de análise faz-se no início e no final da investigação, daí que se diga que a investigação qualitativa

se interessa mais pelos processos do que pelos resultados. O investigador entra no campo de pesquisa munido de um projeto de investigação sustentado por um quadro concetual adequado, feito a partir de uma revisão bibliográfica suficientemente extensa e abrangente. A revisão bibliográfica continua, contudo, como tarefa concomitante da investigação no terreno. O investigador adota uma postura de visitante interessado que vê e ouve atentamente o que as pessoas dizem, no sentido de descobrir o modo como elas interpretam o mundo (Stake, 2009).

Bogdan e Biklen (1994), defendem que são cinco as características de uma investigação qualitativa. O pesquisador é o principal instrumento, enquanto o ambiente natural constitui a fonte direta para a obtenção de informações pretendidas, o contexto das ocorrências é de grande importância na investigação qualitativa, na medida em que permite uma melhor compreensão do fenómeno em estudo, os dados recolhidos são predominantemente descritivos permitindo uma abordagem minuciosa do mundo e ainda a análise é feita de forma indutiva não tendo como função a verificação das hipóteses.

Batista e Sousa (2011) afirmam que este tipo de investigação busca a compreensão dos problemas, analisando os comportamentos as atitudes ou valores. Não há preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização dos resultados (p.56). Para tanto, com o intuito de compreender a formação profissional na área agrícola no contexto de desenvolvimento sustentável no âmbito da cooperativa Justino Lopes, levantou-se a seguinte pergunta de partida: a falta de formação profissional, na área agrícola dos membros da cooperativa, afeta a produtividade da mesma tendo em vista o desenvolvimento sustentável?

Com o propósito de dar resposta a nossa pergunta de partida e os objetivos delineados, recorreremos a metodologia qualitativa, pois esta estuda os fenómenos humanos a partir do quadro referencial dos próprios sujeitos do estudo, cabendo ao pesquisador decifrar o significado da ação humana, e não apenas em descrever os comportamentos (SANTOS, 1999, p.70-73).

Este trabalho como foi anunciado, pretende estudar a Formação Profissional na área agrícola no contexto do Desenvolvimento Sustentável do setor agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes em Santa Cruz. Encontra-se amparado num estudo de caso,

que de acordo com Yin (2001), representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com lógica do planejamento da coleta e análise de dados. Avança ainda o autor, que a escolha do estudo de caso depende do tipo e da forma de questão de pesquisa, do controle exigido sobre eventos comportamentais e do foco sobre acontecimentos contemporâneos ou não (YIN, 2001, p.21).

Segundo Yin (2005), em geral, representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por quê”. Isso ocorre, acrescenta o autor, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Na ótica de Merriam (1988) e André (2005), o conhecimento gerado a partir do estudo de caso é diferente do conhecimento gerado a partir de outras pesquisas porque é mais concreto, mais contextualizado, mais voltado para a interpretação do leitor e baseado em populações de referência determinadas pelo leitor.

A opção pelo estudo de caso prende-se por este ser, de acordo com Yin (2001, p.23), um meio de organizar os dados dentro de um contexto da vida real, preservando no objeto estudado o seu caráter unitário e totalitário, incluindo o seu desenvolvimento (pessoa, conjunto de relações ou processos etc.). Além disso permite de acordo com o supracitado autor que o fenômeno seja estudado com base em situações em curso ou que já ocorreram e que sejam importantes para a compreensão das questões de pesquisa colocada.

Tendo em conta a natureza do trabalho e dos seus objetivos previamente delineados, o método estudo de caso foi utilizado, fundamentado na análise e interpretação dos dados obtidos através de análise documental e de entrevistas semiestruturadas, onde foram abordados os sócios da cooperativa, responsável do Ministério da Agricultura e Ambiente no concelho, ainda a vereador para a área da agricultura e formação profissional, bem como o diretor do Centro Emprego e Formação profissional de Santa Cruz. De salientar que os selecionados, foram os que melhor podem nos fornecer informações credíveis, que nos permitam conhecer a importância que esta cooperativa teve no desenvolvimento de Santa Cruz.

4.2. Instrumentos de recolha de dados

Tratando-se de uma investigação que visa a compreensão da importância da formação profissional na área agrícola para o desenvolvimento sustentável, procuramos utilizar instrumentos que consideramos ser mais adaptados e adequados a esse propósito. Assim foram utilizadas as seguintes técnicas de recolha de dados: análise de documentos e entrevistas semiestruturadas.

Para Vieira (2014, p. 180), o propósito da análise documental, é atingir o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador com o máximo de pertinência. O estudo de documentos escritos constitui uma técnica de recolha de informação de que fizemos uso nesta investigação em conjunto com outra técnica (entrevistas semiestruturadas), pois a informação contida nos documentos é de natureza seletiva, podendo, por isso, conter omissões, com o sentido de não dar a conhecer aspetos que se consideram inconvenientes, por não se reconhecer relevância neste ou naquele aspeto, no contexto da sua produção. Enquanto fonte de informação contextualizada sobre o comportamento humano, social ou organizacional, os documentos implicam, na sua exploração, a análise documental e a análise de conteúdo, que constitui como nossas opções técnicas de análise de dados.

A análise documental serviu de complemento às entrevistas. Ela incidiu-se, principalmente, nos documentos oficiais que fazem menção à formação profissional a nível nacional e internacional, bem como o plano de estudos para a formação profissional para a área agrícola no concelho e o programa de formação em fruticultura e viveiristas 2016-2018 da delegação do MAA no concelho, assim como o programa de governação municipal 2016-2020.

Como referido no parágrafo anterior a recolha de dados deu-se também através de entrevistas. De acordo com Tuckman (2002) as entrevistas são utilizadas pelo investigador com o propósito de recolher informações diretamente comunicados por uma pessoa, para, depois, os transformar em dados possíveis de serem compreendidos. Assim, segundo este autor, o objetivo primário da entrevista é obter os dados de forma eficaz, garantindo, deste modo, a qualidade e a fidelidade (objetividade) dos dados obtidos.

Bogdan e Biklen (1994, p.134) “uma entrevista consiste numa conversa entre intencional, geralmente, entre duas ou mais pessoas, dirigida por uma delas, com o

objetivo de obter informações sobre a outra”. As entrevistas variam em função do seu grau de estruturação. Nesta pesquisa optamos pela entrevista semiestruturada, porque permite ter uma certa orientação na conversa e ao entrevistado explicitar opiniões e argumentos, que revelem a compreensão do fenómeno sob a ótica do mesmo.

Permite ainda, que o entrevistado se expresse de forma mais espontânea e facilita a introdução de outras perguntas que surgem em função da própria conversa. Pois permite aceder a um grau máximo de autenticidades e de profundidade, sem que se afaste dos objetivos de investigação.

As entrevistas semiestruturadas caracterizam-se pela existência de um guião previamente preparado que serve de orientação ao seu desenvolvimento. O guião funciona como uma lista de verificação, sendo que a vantagem é a flexibilidade, por exemplo na ordem das perguntas, e a gradual adaptabilidade do entrevistador ao entrevistado.

As entrevistas semiestruturadas são desenvolvidas através da exploração aprofundada de temas, quer diretamente pelas questões colocadas, quer de temas que surgem com as respostas dos entrevistados. Para esta pesquisa as entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com o apoio de um roteiro integrado não só a estratégia de legitimação das mesmas, mas sobretudo temáticas específicas, exploradas a partir de questões abertas. No âmbito desta pesquisa, como consta no anexo, foram elaborados dois guiões de entrevista semiestruturada, por ser um tipo de entrevista muito utilizado no campo de uma investigação qualitativa. Uma aplicada aos responsáveis pela implementação das políticas de formação profissional e para a área agrícola no concelho, e um segundo aplicado aos sócios da cooperativa Justino Lopes.

As entrevistas realizadas pretenderam de uma forma geral recolher as perceções dos sujeitos sobre a relevância da formação profissional na área agrícola para o desenvolvimento sustentável no âmbito da cooperativa Justino Lopes. Ela permitiu-me a ativação do seu conhecimento social e obter informações necessárias para o estudo. Posso afirmar, de acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 135) que na entrevista semiestruturada fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre vários sujeitos.

Todas as entrevistas foram realizadas no mês de dezembro 2018, tendo sempre em conta a disponibilidade de espaço e do tempo de cada um dos entrevistados, tendo sido feitas em dias e locais propostos pelas mesmas e após o conhecimento sumário dos

objetivos do estudo. Com autorização, todas as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Por forma a garantir a confidencialidade das entrevistas as mesmas foram deletadas tanto do gravador como do computador após serem analisadas.

4.3. Técnicas de análise dos dados

Os dados recolhidos através de entrevistas, foram sujeitos a uma análise de conteúdo. De acordo com Vala (1989), a análise de conteúdo é uma técnica precisa para as análises de material não estruturado e apresenta vantagens no tratamento de dados obtidos pela entrevista semiestruturada, pois permite a apreensão dos significados das respostas obtidas. Como técnica de pesquisa é eficaz, mas exige uma explicitação maior dos procedimentos utilizados no estudo. Para Bardin (2009), a análise de conteúdo permite uma compreensão aprofundada do objeto em estudo. A incidência desta análise podem ser os registos escritos, orais e visuais. Ao incidir sobre as falas das pessoas ou do emissor no âmbito das entrevistas, possibilita uma descrição precisa e sistemática do conteúdo extraído da comunicação e a sua interpretação por forma a produzir dados reais sobre uma determinada situação. A análise de conteúdo tem um vasto potencial de aplicação, dado o leque abrangente de técnicas disponíveis. Uma das mais utilizadas é a que o autor denomina de análise categórica ou método categorial. A análise categorial pretende fazer uma delimitação das unidades de codificação a partir da existência de incertezas nas codificações. De fato trata-se de um processo que envolve a codificação das características relevantes do conteúdo de uma mensagem transformando-as em unidades que permitem a sua descrição e análise precisa (Bardin, 2009; Pardal & Lopes, 2011). Procede-se a classificação dos elementos que constituem uma mensagem atribuindo um sentido ao que se pretende saber ou conhecer. Tem assim, um valor importante sobre a interpretação e compreensão dos dados recolhidos no percurso de um estudo.

Tendo em conta a natureza das informações recolhidas, privilegiei a técnica de análise de conteúdo, tendo por base a questão e objetivos do estudo e os indícios relevantes para responder aos mesmos. Assim, antes de proceder à sua análise, as

entrevistas foram transcritas e codificadas da seguinte forma: E¹, E², E³, E⁴, e E¹, E², E³, E⁴, E⁵, E⁶, E⁷, E⁸.

A letra E significa entrevistado e o algarismo a ordem em que os participantes foram entrevistados. As entrevistas foram sujeitas a uma análise de conteúdo com base nas questões do roteiro das entrevistas e no agrupamento das mesmas em categorias temáticas, como sugerido por Bardin (2008, p.117).

Após as primeiras leituras das várias entrevistas, foram identificadas as categorias para o agrupamento das informações, seguindo os temas do roteiro de entrevista e alguns ajustes feitos ao mesmo, tendo em conta os temas que emergiram do discurso dos entrevistados.

Em seguida, categorizei as respostas dadas a cada uma das questões, utilizando subcategorias específicas e contando a frequência das ideias centrais das unidades de registo colhidas a partir de indicadores das mesmas.

Buscou-se a partir das perceções dos entrevistados, compreender a formação profissional na área agrícola no contexto de desenvolvimento sustentável no âmbito da cooperativa Justino Lopes. A análise dos protocolos das entrevistas resultou na definição de categorias e subcategorias que permitem a compreensão da temática em estudo.

4.4. Participantes do estudo

A investigação circunscreveu-se ao Concelho de Santa Cruz, e por forma a atingirmos os nossos objetivos, inicialmente fizemos um mapeamento de fontes e de atores com influencia direta no estudo, uma vez que foram selecionados atores que atuam no domínio da formação profissional e no domínio do setor agrícola no concelho, bem como os membros da cooperativa em estudo. Aliás como atestam Moniz e Reis (2009). O mapeamento das fontes se mostra importante, visto que possibilitará uma seleção mais pertinente de materiais que servirão de análise para a pesquisa.

Assim os selecionados para o estudo foram:

Diretor CEFPSC - é o membro executivo singular ao qual compete gerir o CEFPSC, cuja as funções, de entre outras, destacam-se: assegurar a gestão corrente, a orientação e a coordenação das atividades, executar os instrumentos de gestão

previsional, aplicar os regulamentos internos e prestar contas (Decreto – Regulamentar nº 6/2011 de 21 fevereiro, art.º 6);

Vereador da Camara Municipal de Santa Cruz para a área da formação profissional – sob a orientação direta do presidente da edilidade, tem de entre as outras funções, a de garantir o normal funcionamento, facilitar e promover o acesso ao emprego e à formação profissional em parceria com o CEFP local e com as demais instituições de formação profissional.

Vereador da Camara Municipal de Santa Cruz para a área da agricultura – também sob a orientação do presidente da edilidade, tem de entre outras funções assegurar a implementação de projetos voltados para o setor agrícola, assegurar a orientação, a coordenação e o acompanhamento das atividades agrárias, de proteção e desenvolvimento ambiental, em estreita articulação com a delegação do MAA, a nível local e com os demais parceiros do mundo rural.

Delegado do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) no concelho, cuja função de entre outras, prende-se em assegurar a orientação, a coordenação e o acompanhamento no terreno das atividades agrárias, de proteção e desenvolvimento ambiental, cabendo-lhe ainda assegurar a articulação com as autarquias locais e organizações representativas do mundo rural, no exercício das suas atribuições (Decreto – Lei nº 49/2016 de 27 de setembro, art.º 28);

Membros (sócios) da cooperativa Justino Lopes – responsáveis pela gestão e administração da associação desde 1994, altura em que esta foi desafetada do domínio do Estado, e que de 2013, até a presente data, por forma a ter uma vertente empresarial mais firme e como forma de obterem financiamentos a associação foi transformada em cooperativa. Importa salientar que a cooperativa é composta por 79 membros, mas no momento encontram-se no ativo apenas 19 membros.

Todos esses atores selecionados para o estudo pertencem ou trabalham em Santa Cruz, o que facilitou o agrupamento e a identificação dos mesmos. Importa referir que foi nossa preocupação selecionar entrevistados cuja posição ou função pudesse ser potenciadora da obtenção de dados relevantes para o estudo, de modo a assegurar a validade e fidelidade dos mesmos.

CAPÍTULO V

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo procederei a apresentação de forma descritiva os dados referentes às percepções dos responsáveis pela área da formação profissional e pela área agrícola no concelho, assim como a dos sócios da cooperativa Justino Lopes, veiculadas através das respostas dadas às entrevistas realizadas, na pretensão de atingir os objetivos traçados para este estudo.

5.1. Percepções dos responsáveis pela área da formação profissional e pela área agrícola no concelho sobre a importância da formação profissional na área agrícola.

5.1.1. - Relevância da formação profissional na área agrícola

A formação profissional na área agrícola é hoje uma ferramenta decisiva, chave do sucesso de um projeto/negócio agrícola, sendo que esta afigura-se como uma fonte de disseminação de conhecimentos e uma ferramenta de suporte para proporcionar a qualificação dos agricultores que deverá servir de suporte para desenvolver um referencial sobre os diferentes aspetos nas suas práticas profissionais, revelando-se assim como uma ferramenta de extrema importância para o mundo rural.

Aliás isso ficou latente nas respostas dos entrevistados, quando perguntados sobre a importância da formação profissional na área agrícola, como podemos observar no quadro (5).

Quadro 5- Relevância da Formação Profissional na área Agrícola

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados
------------------	---------------------	--------------------	----------------------

<p><i>Formação profissional na área agrícola</i></p>	<p><i>Relevância da formação profissional na área agrícola</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>É muito importante para complementar os conhecimentos empíricos com o científico.</i> - <i>É importante a formação profissional na área agrícola não só pela sustentabilidade das famílias, mas também para a região e para o país em geral.</i> - <i>Tem uma importância brutal central. Sobretudo em santa cruz.</i> - <i>É de grande importância a formação no domínio agrícola agronómico tendo em conta que é uma das áreas que padece de carência de técnicos.</i> 	<p><i>E¹, E², E³, E⁴</i></p>
--	--	--	--

Fonte: Entrevista aos responsáveis pela área da formação profissional e área agrícola

Tendo em consideração da região em que encontramos inseridos (Santa Cruz), considerado como uma das regiões de maior produtividade agrícola do país, uma vez que possui a maior área irrigada do país (CMSC, 2016, p. 30), a formação profissional no setor agrícola, torna-se numa importante ferramenta de desenvolvimento, não somente a nível económico, mas também, na promoção da melhoria da qualidade das produções e do culminar da vasta gama de conhecimentos empíricos adquiridos ao longo dos tempos com conhecimento científico adquirido por via da formação profissional.

“Sabendo da região e do concelho, todo o seu potencial é importante, a formação profissional na área agrícola não só pela sustentabilidade das famílias, mas também para a região e para o país em geral, tendo em conta os produtos que saem deste concelho, que abastece todo cabo verde. Ganha novos técnicos, para ter mais rendimento” E².

“A formação nesta área é muito importante para complementar os conhecimentos empíricos com o científico e dotar os agricultores de boas práticas de modo a aumentarem a produção, a qualidade e gerir de melhor forma as suas receitas” E¹.

A formação profissional na área agrícola é percebida como sendo de grande relevância, precisamente em tempos que se quer enveredar para a promoção de uma agricultura sustentável, torna-se indispensável a formação de mais técnicos, enfatizando a opinião de Mendes (2013) de que em Cabo Verde pouca formação é realizada no setor agrícola. Essa necessidade de ter mais técnicos e mais formações na área agrícola é ilustrada nos trechos a seguir:

“Consideramos de grande importância a formação no domínio agrícola agronómico tendo em conta que é uma das áreas que padece de carência de técnicos sendo santa cruz um concelho meramente agrícola precisa de mais técnicos formados na área precisamente para garantir o desenvolvimento que chamamos de sustentável” E⁴.

Com efeito todos os entrevistados reconhecem a importância da formação profissional na área agrícola, que tem como principal finalidade a formação dos agricultores com vista a aprimorarem os seus conhecimentos no mundo rural, chegando mesmo a reconhecer o (...) *“mérito da formação profissional na área agrícola sobre tudo em Santa Cruz, sendo que esta visa a aquisição de ferramentas, para melhorar os conhecimentos nas suas áreas de atuação, para tirarem melhores rendimentos possíveis, e maior produtividade uma vez que estes atuam mais numa lógica de agricultura familiar” E³.*

5.1.3. Competências adquiridas após a formação

Nesta secção é analisado as competências adquiridas pelos formandos após terminarem as formações na perceção dos entrevistados. Procurei categorizar e sintetizar as respostas dadas no quadro que se segue.

Quadro 6- Competências adquiridas após a formação

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistas
------------------	---------------------	--------------------	--------------------

<p>Caraterísticas dos formandos após a formação</p>	<p>Competências adquiridas após a formação</p>	<p><i>-Espera-se que os agricultores sejam capazes de reconhecerem e adotarem boas práticas e sejam capazes de influenciarem os outros.</i></p> <p><i>Saem como técnicos agrícolas podem trabalhar nas delegações e nas associações prestam assistência técnicas aos outros agricultores.</i></p> <p><i>Adquirem competências e conhecimentos científicos que lhes tornam melhor preparados mais habilitados em termos de conhecimentos básicos para atuarem em determinados contextos, e a tomarem melhores decisões.</i></p> <p><i>Deve adquirir técnicas fundamentais, que passam pela a preparação de terreno até colocar o produto no mercado</i></p>	<p><i>E¹, E²,E³,E⁴</i></p>
--	---	--	--

Fonte: Entrevista aos responsáveis pela área da formação profissional e agrícola- 12/2018

Relativamente às competências adquiridas depois de terminarem as formações os entrevistados consideram que os formados saem com competências que os caracterizam como sendo generalistas que de acordo com Sobral (2005, p. 111), são profissionais com um vasto conhecimento para atender à diversidade demandada pela área. Como mostram algumas respostas dos nossos entrevistados.

“Nesta área saem como técnicos agrícolas podem trabalhar nas delegações e nas associações prestam assistência técnicas aos outros agricultores, mas também podem muito bem trabalhar por conta própria em suas propriedades” E².

(...) “Saem com conhecimentos mais reforçados, melhor preparados mais habilitados em termos de conhecimentos básicos para atuarem em determinados contextos, e a tomarem melhores decisões que os ajudem a preparar os seus trabalhos no campo, tendo em questão a proteção ambiental e dos solos com vista a garantia da sustentabilidade de produções futuras” E³.

Portanto, de acordo com os entrevistados as competências adquiridas pelos formandos são bastantes amplas dentro das suas áreas de atuação, que passam desde a

aquisição de técnicas fundamentais às suas atuações (E¹), às de caris mais sociais que se prende com a capacidade de influenciarem os outros a terem boas práticas (E⁴).

Nota-se que os entrevistados estão atentos não só à diversidade do setor agrícola, como também nos diversos campos de atuação dos formandos. Também estão atentos às mudanças exigidas aos formandos após a formação, bem como nas suas práticas do dia-dia. Ainda reconhecem a necessidade de ter-se uma formação que inclua diferentes dimensões do desenvolvimento dos formandos, tanto em termos de conhecimentos gerais como de qualificação profissional.

5.2. Perceções dos responsáveis para a área da formação profissional e agricultura sobre as necessidades de formação profissional na área agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes

O quadro que se segue apresenta, segundo as respostas dos entrevistados, as necessidades de formação profissional na área agrícola na cooperativa Justino Lopes, bem como aos programas de formação profissional para a área agrícola.

Quadro 7- Perceções dos responsáveis pela área da formação profissional e agrícola sobre as necessidades de formação na área agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados
Necessidades de formação profissional no domínio	- Os Programas de formação profissional na área agrícola	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Consistem essencialmente no desencravamento das ribeiras agrícolas, através de construção de estradas de modo a facilitar o acesso e escoamento de produtos.</i> - <i>No momento temos três programas de curso na área: atividades básicas de agricultura, horticultura e gestão de produtos agropecuárias.</i> - <i>Temos projetos pilares que passam por um lado pela formação e valorização dos recursos humanos no trabalho do setor agrícola.</i> - <i>O governo tem vários projetos que fortalecem os domínios de capacitação de produtos.</i> 	E¹, E², E³, E⁴

agrícola a nível da cooperativa	- <i>A falta de formação na área agrícola como impasse ao desenvolvimento da cooperativa.</i>	- (...) <i>não estão capacitados e qualificados para o dirigirem. Isto porque por um lado exige grandes investimentos, por outro lado exige conhecimentos técnicos (...).</i> - <i>O baixo nível de escolaridade acaba por facilitar vários outros problemas. (...) principalmente a estrutural de gestão (...).</i>	<i>E³ e E⁴</i>
	- <i>A formação profissional na área agrícola ministrada no concelho como contributo ao desenvolvimento da cooperativa.</i>	(...) <i>participam sempre estão envolvidos, mas não é o suficiente uma vez que seu problema não é só formação no domínio de produção (...).</i> <i>Têm participado sempre, mas podemos entender também uma outra vertente dessa cadeia que tem haver com a parte da gestão e de comercialização.</i>	<i>E³ e E⁴</i>

Fonte: Entrevista aos responsáveis pela área da formação profissional e agrícola- 12/2018

5.2.1. Os Projetos de formação profissional na área agrícola

Os projetos para a formação profissional na área agrícola/ou para o setor agrícola derivam de duas vertentes, uma que facilita o acesso e outro de cariz pedagógico consoante as atribuições das instituições, conforme as respostas dos seus responsáveis.

De acordo com um dos nossos entrevistados, esses projetos passam pela facilitação do acesso ao escoamento dos produtos agrícolas, bem como a busca de financiamentos para a construção de infraestruturas que facilitem a comercialização e transformação desses produtos. *“Os projetos nesta área consistem essencialmente no desencravamento das ribeiras agrícolas, através de construção de estradas de modo a facilitar o acesso e escoamento de produtos, reforço de parceria com instituições de ensino para formação específicas nas áreas agrícolas, mobilização de financiamento para construção de um porto comercial bem como a construção da primeira central de compras de Cabo Verde” E¹.*

Contrariamente a este entrevistado, nota-se nas respostas dos restantes entrevistados projetos de caráter mais pedagógico uma vez que estes dão essencialmente ênfase a formação. *“No momento temos três programas de curso na área: atividades básicas de agricultura, horticultura e gestão de produtos agropecuárias” E².* *“O governo tem vários projetos que fortalecem os domínios de capacitação de produtores. Neste*

momento no âmbito do projeto Poser formamos um grupo em Saltos onde iniciamos com 25 formandos e terminamos com 20, temos mais um grupo para iniciar na delegação, e outro na ribeira dos picos. Também no momento está a decorrer uma capacitação de facilitadores no domínio de extensão rural, com vista a dar assistência técnica aos agricultores” E⁴.

Não obstante existem também projetos (...) *“pilares que passam por um lado pela formação e valorização dos recursos humanos no trabalho do setor agrícola, mas também despertar os jovens para a alternativa além do curso superior uma vez que a formação na área agrícola é um potencial em santa cruz, porque tem um potencial de empregabilidade muito grande isto é fundamental” E³. “O outro dos grandes projetos da nossa agenda na perspetiva de parceria entre o Governo, a Câmara, Cooperativa Justino Lopes e parcerias privadas para realavancar a cooperativa aproveitando a barragem figueira gorda que, se bem aproveitado, é uma riqueza para santa cruz.” E³.*

Torna-se visível, que é a preocupação desses responsáveis, a valorização dos recursos humanos, conferindo-lhes, por meio da formação profissional, a possibilidade de desenvolverem suas habilidades e competências e de alcançar a autorrealização, por meio do exercício do trabalho em vários setores produtivos, isto é, proporcionar ao trabalhador, mediante o conhecimento, a apropriação do processo de produção ou mesmo de transformar esse processo, aproveitando as potencialidades do seu desenvolvimento técnico.

5.2.2. A falta de formação na área agrícola como impasse ao desenvolvimento da cooperativa

Os entrevistados apontam a falta da aposta na formação na área agrícola, por parte das entidades oficiais e o baixo nível de escolaridade dos sócios como impasse ao desenvolvimento da cooperativa. *“A cooperativa era uma grande potência que contribuía com cerca de 22% das exportações de cabo verde. Ouve uma clara falta de aposta principalmente na formação, por parte das entidades oficiais para sua continuidade e foi entregue a um conjunto de trabalhadores que, na minha opinião, pela dimensão da exploração agrícola não estão capacitados e qualificados para o dirigirem, isto porque por um lado exige grandes investimentos, por outro lado exige conhecimentos técnicos. Penso que estes dois fatores combinaram conjuntamente para levar a situação em que se*

encontra neste momento” E³. “O baixo nível de escolaridade acaba por facilitar vários outros problemas” E⁴.

Por outro lado, é consensual entre os entrevistados de que o principal impasse ao desenvolvimento da cooperativa prende-se com a falta de formação sim, mas no campo da gestão. *“A principal dificuldade da cooperativa Justino Lopes é a gestão da mesma” E¹. “Um dos grandes problemas da cooperativa tem haver com a organização da mesma; por isso, acredito ser a gestão um dos maiores desafios da cooperativa” E². “Problema estrutural de gestão, por exemplo a forma de gestão se tivessem pessoal capacitado no domínio de gestão podiam ter assegurado pelo menos esta parte” E⁴.*

De acordo com as opiniões dos entrevistados torna-se perceptível, que a falta de formação tanto no domínio agrícola como no domínio da gestão, estão na base dos problemas da cooperativa tendo em vista o seu desenvolvimento, evidenciando por isso, a necessidade de se ter mais formação nestas áreas. Por outro lado, é visível também a falta do envolvimento por parte de entidades oficiais bem como as privadas no processo de alavancar da cooperativa.

5.2.3. - A formação profissional na área agrícola ministrada no concelho como contributo ao desenvolvimento da cooperativa

Hoje, mais do que nunca, se percebe que a formação profissional no setor agrícola torna-se numa importante ferramenta de desenvolvimento, não somente a nível económico, mas também contribui para a erradicação da pobreza, no combate ao desemprego bem como para o aumento da segurança alimentar, a nutrição dos mais pobres e na promoção de uma agricultura que se quer que seja sustentável.

Das opiniões dos entrevistados que se seguem, podemos constatar que as formações no domínio agrícola ministradas no concelho contribuem para o desenvolvimento da cooperativa. *“Acredito que sim, não só para a cooperativa, mas também a todos os agricultores, jovens da comunidade, provavelmente se frequentarem as formações com certeza vão ver o contributo que iriam dar, suas assistências técnicas, prestação de serviços vai contribuir e muito para o melhoramento de suas atividades” E². “Acredito que sim. É fundamental nestas formações que seja trabalhado não só a parte da produção, mas também a parte comercial, distribuição e escoamento de produtos podem ser melhorados e reforçados com a formação” E³.*

Por outro lado, dois dos entrevistados reconhecem a necessidade de multiplicação das formações aos sócios, uma vez que estas são insuficientes para a demanda da cooperativa. *“Têm participado sempre, mas com número insuficiente de participantes, podemos entender também uma outra vertente dessa cadeia que tem haver com a parte da gestão e de comercialização” E³. (...) “participam sempre estão envolvidos, mas não é o suficiente uma vez que seu problema não é só formação no domínio de produção necessita de diversidade de formações nas outras áreas principalmente no domínio de gestão” E⁴.*

Ficou evidente que as formações nas áreas agrícolas ministradas no concelho vêm favorecendo não só aos sócios da cooperativa, mas também aos agricultores de uma forma geral; contudo, mostram ser insuficientes e mais uma vez é evidenciada na resposta dos entrevistados a necessidade da diversificação de formação principalmente no domínio da gestão no âmbito da cooperativa Justino Lopes.

5.3. Perceções dos responsáveis pela área da formação profissional e pela área agrícola no concelho sobre o desenvolvimento sustentável

O quadro que segue ilustra as perceções dos responsáveis pela formação profissional e pela área agrícola no concelho, a cerca do desenvolvimento sustentável, sobre as praticas agrícolas sustentáveis e o contributo que a formação profissional na área agrícola traz para o desenvolvimento sustentável.

Quadro 8- perceções dos responsáveis pela área da formação profissional e agrícola sobre o desenvolvimento sustentável

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistas
	<i>O desenvolvimento sustentável</i>	<p>- <i>É aquela que acontece com envolvimento de todos, envolvendo a proteção do meio ambiente, crescimento económico e melhoria de condições de vida social, garantido o mesmo as futuras gerações.</i></p> <p>- <i>É aquele que tirando proveito hoje sem pôr em causa na verdade as gerações vindouras a diferentes níveis, de ordem económica, ambiental, social.</i></p> <p><i>(...) considera-se um desenvolvimento em relação a extração ou exploração de recursos atendendo as necessidades atuais sem por em causa as gerações futuras (...).</i></p>	<i>E¹, E³, E⁴</i>

Perceções sobre o desenvolvimento sustentável	Atuação/práticas agrícolas sustentáveis por parte dos formandos	<p><i>Toda a atividade económica, principalmente aquela que tem uma relação muito forte com o meio ambiente, deve ser desenvolvida de forma sustentável. (...) mas, falta muito trabalho por fazer nesta matéria (...).</i></p> <p><i>(...) as praticas agrícolas não são os melhores, há um trabalho sendo feito, mas ainda há muito que fazer (...).</i></p> <p><i>- (...) as praticas agrícolas não são as mais adequadas tem tido efeitos negativos para a degradação dos solos ao longo dos anos e do ambiente tem tido uma certa incompatibilidade entre o recomendado e a pratica, pondo em causa a sustentabilidade sobretudo a ambiental.</i></p>	<i>E¹, E², E³</i>
	Formação profissional na área agrícola e o contributo ao DS	<p><i>- (...) estamos neste momento a viver um momento de viragem e a formação profissional vai dar um contributo muito útil para o desenvolvimento sustentável da agricultura.</i></p> <p><i>- Acredito que sim as formações estão diretamente relacionadas com a questão de sustentabilidade.</i></p> <p><i>- Acreditamos que sim por isso que estamos a apostar fortemente nestes cursos de qualificações.</i></p>	<i>E¹, E², E⁴</i>

Fonte: entrevista aos responsáveis pela área da formação profissional e agrícola 12/2018

5.3.1. O desenvolvimento sustentável

Do relatório da ONU intitulado “Nosso Futuro Comum” (1991, p.48).

“No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. (...) o conhecimento acumulado e o desenvolvimento tecnológico podem aumentar a capacidade de produção da base de recursos. Mas há limites extremos, e para haver sustentabilidade é preciso que, bem antes de esses limites serem atingidos, o mundo garanta acesso equitativo ao recurso ameaçado e reoriente os esforços tecnológicos no sentido de aliviar pressão.”

Concordando com o relatório da ONU, os nossos entrevistados foram consensuais em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável (...) *“é aquela que acontece com envolvimento de todos, envolvendo a proteção do meio ambiente, crescimento económico e melhoria de condições de vida social, garantido o mesmo as futuras gerações” E¹. “É aquele que tira o proveito hoje, mas sem pôr em causa na verdade as gerações vindouras*

a diferentes níveis, de ordem económica, ambiental, social, tudo aquilo que é atuação do homem de forma a satisfazer as suas necessidades atuais, mas salvaguardando aquilo que são as necessidades futuras em vários níveis” E³. “É um tema transversal que atua em vários domínios, considera-se um desenvolvimento em relação a extração ou exploração de recursos atendendo as necessidades atuais sem por em causa as gerações futuras” E⁴.

É visível nas respostas dos entrevistados a conceção da CMMAD (1991) sobre o desenvolvimento sustentável a qual se fundamenta nos três pilares da sustentabilidade, a dimensão social, económica e ambiental.

Portanto o desenvolvimento sustentável é minimizar a degradação; é promover a melhoria de qualidade de vida da população; é conviver em equilíbrio com a natureza ofertando-lhe condições de se regenerar e florescer; é usar racionalmente os limitados recursos naturais; é saber usar com justiça os escassos recursos financeiros da sociedade; é distribuir melhor o bolo da riqueza; é gerar empregos; produzir alimentos; é eliminar a miséria; é matar a fome; é ter elevados níveis de produtividade; enfim é “sustentar” o homem na face da terra, para sempre. (...) “*Sendo este o caminho, temos de tê-lo na boca do povo, tem tudo para dar certo se todos tiverem o mesmo foco*” E².

5.3.2. Atuação/práticas agrícolas sustentáveis por parte dos formandos

O conceito de desenvolvimento leva-nos a acreditar que atualmente toda a atividade económica, principalmente aquela que tem uma relação muito forte com o meio ambiente, deve ser desenvolvida de forma sustentável. Só assim podemos garantir a sua continuidade sem pôr em causa as futuras gerações.

Contudo, verificamos que ainda as práticas não são as melhores; e que ainda há um longo caminho a percorrer e muito a fazer para atingir o tão desejado desenvolvimento que se quer que seja sustentável, principalmente a nível da agricultura, como podemos constatar no discurso dos entrevistados que se seguem: “*Falta muito trabalho por fazer nesta matéria. Os agricultores precisam mudar muitas práticas para colocar esta atividade no rumo do desenvolvimento sustentável, desde a forma de irrigação, organização do cultivo e a necessidade de organizarem em cooperativas*” E¹. “*Não é o*

mais adequado, há por exemplo sobre-exploração de furos, que provoca salinização da água, desbravamento cada vez mais de terrenos para produção agrícola e não há água para a rega, pondo em causa o amanhã; portanto, em certa medida, não tem sido sustentável E³. Ainda estamos longe de atingirmos o desejável; as práticas ainda não são as melhores; por isso, temos de formar ainda mais” E⁴. “Há uma grande mobilidade por parte do ministério da agricultura e do Governo, mas ainda as práticas agrícolas não são as melhores; há um trabalho sendo feito; mas ainda há muito que fazer para deixar as práticas tradicionais com vista as práticas mais sustentáveis E².

É consensual entre os entrevistados que há ainda muito trabalho a ser feito; contudo, *“tem havido mudanças pela positiva na forma de produção e preservação da natureza, e que é preciso investir cada vez mais na formação” E⁴.*

5.3.3. Formação profissional na área agrícola e o contributo ao DS

As opiniões dos entrevistados divergem quando questionados sobre o contributo da formação profissional na área agrícola para o desenvolvimento sustentável como consta nas respostas que seguem.

Por um lado, reconhecem o contributo da formação profissional, na área agrícola para o desenvolvimento sustentável, evidenciando, sobretudo a dimensão ambiental. *“Acredito que sim; as formações estão diretamente relacionadas com a questão de sustentabilidade, porque estamos a preocupar com as questões ambientais em relação com os recursos hídricos, exploração de solos, questões de pragas e doenças, todas voltadas para preservação da natureza, para produzirmos sim, mas para continuarmos a produzir” E⁴. “Acreditamos que sim por isso que estamos a apostar fortemente nestes cursos de qualificações” E². “Acredito que estamos neste momento a viver um momento de viragem e a formação profissional está a dar um contributo muito útil para o desenvolvimento sustentável da agricultura” E¹.*

Contrariamente a estes, um dos entrevistados considera que a formação profissional na área agrícola não tem contribuído para o desenvolvimento sustentável uma vez que: *“Ainda há um trabalho a fazer; não tem tido orientações técnicas necessárias e*

com acolhimento por parte dos agricultores suficientemente para termos uma prática sustentável” E³.

Desta forma constatamos que a maioria dos entrevistados estão cientes do contributo que a formação profissional, na área agrícola, traz para o desenvolvimento sustentável deste setor. Ao contrário deles, um dos entrevistados acredita que ainda a formação profissional no domínio agrícola não contribui para o desenvolvimento sustentável deste setor.

Nota-se ainda nas respostas dos entrevistados, uma forte preocupação com a dimensão da sustentabilidade ambiental, em detrimento das dimensões económicas e sociais.

6. PERCEÇÕES DOS SÓCIOS DA COOPERATIVA JUSTINO LOPES

Assim como o ponto anterior, neste ponto procedemos a análise das perceções dos sócios da cooperativa Justino Lopes, recolhidas também por meio das entrevistas. Relembramos que foram entrevistados oito (8) sócios dentre os dezanoves (19) que se encontram ativos.

6.1. Perceções dos sócios da cooperativa Justino Lopes a cerca da importância da formação profissional na área agrícola.

6.1.1. Relevância da formação profissional na área agrícola

O quadro abaixo ilustra as perceções dos entrevistados relativamente a relevância da formação profissional na área agrícola para os sócios da cooperativa.

Quadro 9- perceções dos sócios da cooperativa sobre a relevância da formação profissional

Categoria	Subcategorias	Indicadores	Entrevistas
------------------	----------------------	--------------------	--------------------

<p>Perceções a cerca da importância da formação profissional na área agrícola</p>	<p>- Relevância da formação profissional na área agrícola</p>	<p>- <i>“É de grande valor porque é um meio para atingir uma agricultura de qualidade, sabendo que o sustento de qualquer país no setor primário é a agricultura, é ali que se produz todo o tipo de alimento, sabendo que hoje há uma forte aposta na agricultura moderna e com um mercado cada vez mais exigente torna-se necessário também a capacitação dos agentes deste setor”.</i></p> <p>- <i>“É muito importante porque tendo a formação permite ter conhecimentos e ter maior produtividade”.</i></p> <p>- <i>“É bom, é muito bom porque permite ter maior e uma produção de qualidade”.</i></p> <p>- <i>“É importantíssimo eleva um conhecimento mais além, permite capacitar as pessoas a terem o melhor proveito dos recursos agrícolas”.</i></p> <p>- <i>“É extremamente importante porque a maioria das pessoas do concelho vivem da agricultura e tendo uma formação a área permite ter o conhecimento principalmente na diversidade de produção de produtos”.</i></p> <p>- <i>“É importante porque a formação a área permite ter o conhecimento principalmente na diversidade de produção de produtos” E⁶.</i></p> <p><i>“É importante na aquisição de conhecimentos que nos servem no dia, dia” E⁷.</i></p> <p>- <i>“É extremamente importante porque quanto maior profissionalismo é a rentabilidade e o retorno dos investimentos, uma empresa que a sua atividade principal é a agricultura deve pensar sempre em qualificar os seus trabalhadores para poder ter maior produtividade”.</i></p>	<p>E¹, E², E³, E⁴, E⁵, E⁶, E⁷ e E⁸</p>
--	--	--	---

Fonte: entrevista aos sócios da cooperativa 12/2018

Assim como os responsáveis para o setor agrícola e para a formação profissional no concelho, os sócios da cooperativa Justino Lopes também consideram a formação profissional na área agrícola bastante importante uma vez que esta permite de uma forma geral a qualificação dos seus trabalhadores, como ficou latente nas falas de alguns dos entrevistados. *“É extremamente importante porque quanto maior profissionalismo melhor é a rentabilidade e o retorno dos investimentos; uma empresa que a sua atividade principal é a agricultura, deve pensar sempre em qualificar os seus trabalhadores para poder ter maior produtividade” E⁸.* *“É de grande valor porque é um meio para atingir*

uma agricultura de qualidade, sabendo que o sustento de qualquer país no setor primário é a agricultura; é ali que se produz todo o tipo de alimento. Sabendo que hoje há uma forte aposta na agricultura moderna e com um mercado cada vez mais exigente torna-se necessário também a capacitação dos agentes deste setor” E¹.

Além disso estão cientes da importância que as formações profissionais na área agrícola têm, uma vez que lhes permite a elevação de conhecimentos com vista o aumento das suas produções, como nos relata os nossos entrevistados. *“É muito importante porque tendo a formação permite ter conhecimentos e ter maior produtividade” E². “É bom, é muito bom porque permite ter maior e uma produção de melhor qualidade” E³. “É importantíssimo eleva um conhecimento mais além, permite capacitar as pessoas a terem o melhor proveito dos recursos agrícolas” E⁴.*

Ainda permite ter a noção das diversidades de produção, bem como conhecimentos que lhes servem no dia-dia. *“É extremamente importante porque a maioria das pessoas do concelho vivem da agricultura e tendo uma formação a área permite ter o conhecimento principalmente na diversidade de produção de produtos” E⁵. “É importante porque a formação a área permite ter o conhecimento principalmente na diversidade de produção de produtos” E⁶. “É importante na aquisição de conhecimentos que nos servem no dia, dia” E⁷.*

Portanto, nota-se que é consensual entre os entrevistados quando questionados sobre a importância da formação profissional na área agrícola, para os sócios da cooperativa uma vez que esta permite a aquisição de competências necessárias para o exercício das suas atividades profissionais, melhorando e aumentando a qualidade das suas produções. Isto apesar de nem todos possuírem a formação na área como podemos ver na caracterização que segue.

6.1.2. Perfil dos sócios em relação a formação profissional na área agrícola

A formação profissional é um processo através da qual os indivíduos se preparam, mediante o mecanismo de aquisição e desenvolvimento de competências, para o exercício de uma profissão. Neste particular a formação profissional na área agrícola prende-se com aquisição de competências que possibilitam a atuação dos indivíduos no mundo rural.

O quadro seguinte, caracteriza os sócios da cooperativa Justino Lopes, relativamente a detenção da formação profissional na área agrícola, de acordo com as respostas dos mesmos.

Quadro 10- Perfil dos sócios em relação a formação profissional na área agrícola

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistas
Caraterização dos sócios quanto a formação profissional na área agrícola	Sócios com e sem formação profissional na área agrícola	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Sim tenho Formação profissional em filtro sanitário, tratamento, colheita e pós colheita e pequenas transformações, no CEFPSC” E¹</i> - <i>“Não, não tenho, mas gostaria de ter” E².</i> - <i>“Não tenho formação profissional na área agrícola” E³.</i> - <i>“Frequentei alguns intercâmbios de pouca duração ministradas pelo MAA, com o objetivo de ter um próprio conceito de agricultura” E⁴.</i> - <i>“Não tenho nenhuma formação” E⁵.</i> - <i>“Tenho formação em transformação e Conservação de produtos agroalimentares, no CEFPSC” E⁶.</i> - <i>“Não tenho formação” E⁷.</i> - <i>“Sim tenho várias formações, seminários, sistemas de rega e de combates fitossanitários ministrado pelo CEFPSC e MAA” E⁸.</i> 	E¹, E², E³, E⁴, E⁵, E⁶, E⁷ e E⁸

Fonte: Entrevista aos sócios da cooperativa 12/2018

Como podemos constar no quadro acima, que das oito entrevistas realizadas, nota-se que há um equilíbrio entre os sócios que possuem formação profissional nas áreas agrícolas, e os sócios que não têm nenhuma formação. Por um lado, quatro dos sócios possuem formação nas áreas agrícolas *E¹, E⁴, E⁶ e E⁸*, e por outro lado, os restantes quatro não possuem qualquer tipo de formação, *E², E³, E⁵ e E⁷*, segundo as repostas dos mesmos, demonstrando a necessidade de se ter mais formação na área agrícola no seio dos sócios da cooperativa, como nos ilustra a fala de um dos nossos entrevistados: *“Não, não tenho, mas gostaria de ter” E².*

Percebe-se também que das poucas formações que os sócios possuem há uma diversidade entre elas, *“Sim tenho Formação profissional em filtro sanitário, tratamento, colheita e pós colheita e pequenas transformações” E¹.* *“Tenho formação em*

transformação e Conservação de produtos agroalimentares” E⁶. “*Sim tenho várias formações, seminários, sistemas de rega e de combates fitossanitários*” E⁸. O que permite ter uma vasta área de atuação.

Quanto aos planos curriculares dessas formações a maioria diz desconhecer, obtendo as seguintes respostas dos nossos entrevistados. Para os que conhecem, “*o plano curricular tem um sentido próprio para capacitar os agricultores e todos os que frequentam estes cursos*” E¹. “*Concordo sim, até certo ponto porque dentro dos planos existem vertentes que precisam ser especificadas e fundamentadas*” E⁸. E para os que não conhecem: “*não conheço o plano*” E⁷. “*Não tenho noção*” E⁶. “*Não, não conheço*” E⁵. “*Não tenho muito conhecimento*” E⁴. “*Sei que o centro dá formações, nas áreas de carpintaria, eletricidade, canalização e contabilidade, mas na área agrícola não tenho conhecimento*” E³.

Relativamente as entidades formadoras onde os entrevistados frequentaram suas formações, verifica-se que as formações foram realizadas tanto no CEFPSC, como pelo MAASC, e em parceria entre ambos.

6.2. Perceções dos sócios a cerca das necessidades de formação profissional na área agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes

No quadro seguinte encontra-se registrado as opiniões dos sócios da cooperativa em relação as necessidades de formação profissional na área agrícola na cooperativa.

Quadro 11- Perceções dos sócios da cooperativa sobre as necessidades de formação profissional na área agrícola no âmbito da cooperativa

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados
	<i>A falta de formação profissional na área agrícola como fator de fraca produtividade da cooperativa</i>	<i>“É claro que afeta”. - “Não dificulta muito”. - “Afeta grandemente”. - “Afeta sim”. - “Não afeta”. - “Afeta e de que maneira”. - “Não afeta”. “afeta sim”.</i>	E¹, E², E³, E⁴, E⁵, E⁶, E⁷ e E⁸

<p>Necessidades de formação profissional no domínio agrícola a nível da cooperativa</p>	<p><i>Necessidade de multiplicação e aprofundamento de formações na área agrícola no âmbito da cooperativa</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - “É bom e deve continuar uma vez que estamos num processo de desenvolvimento onde aparecem dia apos dia novas técnicas por isso temos a necessidade de ter mais e mais formação”. - “Deveria ter-se mais formação uma vez que uma pessoa tendo formação encontra-se mais capacitado, preparado para fazer tudo e de melhor qualidade”. - “É um momento fundamental parara o desenvolvimento que queremos, porque ao capacitar o homem teremos maior rendimento e produção”. - “Claro que sim, porque tem uma vantagem que permite aos agricultores a terem conhecimentos”. - “É um sistema que se encontra ainda muito baixo, agricultores de todos os lados queixam-se de falta de formação na área agrícola, não é muito explorado, há muita falta de formação, porque na pártica a agricultura é tida como parente pobre. É preciso aumentar o numero de formandos”. 	<p>E¹, E², E³, E⁴, E⁵, E⁶, E⁷ e E⁸</p>
	<p><i>Satisfação dos sócios da cooperativa em relação formação profissional na área agrícola ministrada no concelho</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - “Neste momento não satisfazem, as formações são poucas e o número de formandos também”. - “Permite alguma garantia na medida do possível”. - “Acho que não, é muito pouco”. - “Sim porque os conhecimentos adquiridos durante a formação são incrementados posteriormente no campo”. - “O pouco que é adquirido satisfaz uma vez que o conhecimento adquirido é posto na pratica na cooperativa, mas gostaríamos que fosse mais”. - “Satisfaz mais deveria haver mais formação e para mais agricultores” - “Satisfaz e tem um grande impacto. O ideal seria ter mais formação o que beneficiaria a cooperativa a região e o país de uma forma geral. - “Penso que sim, satisfaz”. 	<p>E¹, E², E³, E⁴, E⁵, E⁶, E⁷ e E⁸</p>

Fonte: Entrevista aos sócios da cooperativa 12/2018

6.2.1. A falta de formação profissional na área agrícola como fator de fraca produtividade da cooperativa

A formação numa determinada área é uma mais valia tanto para a pessoa portadora desta formação, quanto para a entidade que a emprega; por outro lado a falta de formação pode ser vista como um problema ou mesmo um impasse ao desenvolvimento.

Neste particular, a falta de formação profissional na área agrícola é apontada pela maioria dos entrevistados como um dos problemas que afetam a produtividade da cooperativa como podemos constatar nas respostas que se seguem. *“Afeta sim porque se temos pessoas qualificadas com conhecimentos aprofundados temos menos riscos na aplicação de fatores de produção, comercialização e administração por isso a formação profissional na área agrícola ser fundamental” E⁸. “É claro que afeta imaginem se temos um trabalhador formado na colheita ele faz uma boa colheita, mas se não tem essa formação pode prejudicar a colheita do produto” E¹. “Afeta grandemente uma vez, que temos de saber lidar para poder implementar na prática e se não tiver a formação ficamos muitas vezes apenas com os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo” E³. “Afeta sim porque quanto menos tivermos formação menor será a capacidade de execução no terreno e de produção” E⁴. “Afeta e de que maneira” E⁶.*

Não obstante, nem todos partilham desta mesma opinião de que a falta de formação profissional na área agrícola afeta a produtividade da cooperativa, e são da opinião de que os conhecimentos empíricos adquiridos através da experiência ao longo dos tempos dão garantias a produtividade da cooperativa, como mostra as opiniões dos entrevistados que seguem. *“Não dificulta, porque temos os nossos conhecimentos adquiridos através de práticas do dia – dia e pomos em prática” E². “Não afeta porque em tempos os sócios não tinham nenhuma formação, mas havia maior e melhor produção” E⁵. “Penso que não afeta” E⁷.*

Portanto, podemos constatar que as opiniões dos entrevistados divergem quando questionados a cerca da fraca produtividade da cooperativa por causa da falta de formação no domínio agrícola por parte dos seus sócios.

Apesar das discórdias entre os entrevistados, em relação a falta de formação na área agrícola, estão cientes da necessidade de terem maior número de pessoal com formação no domínio agrícola. *“Deve ministrar-se constantemente mais secções de formações” E¹. “Gostaríamos que tivéssemos mais pessoas formadas” E². “Deveríamos ter mais formação” E⁴. “É sempre bom ter mais pessoas formadas” E⁵.*

6.2.2. Necessidade de multiplicação e aprofundamento de formações na área agrícola no âmbito da cooperativa

Conforme Milléo (2000), a sociedade atual já está a exigir a formação de indivíduos que se assumam, ao mesmo tempo, como cidadãos e como profissionais capazes de pensar a realidade existente e as respetivas áreas de conhecimento e de ação (p.23). A necessidade de multiplicação e aprofundamento das secções de formação no domínio agrícola, é vista pelos sócios como possibilidade de capacitação e preparação dos mesmos como forma a enfrentarem os desafios da sociedade atual, como ilustra as falas destes entrevistados. *“Deveria ter-se mais formação uma vez que uma pessoa tendo formação encontra-se mais capacitado, preparado para fazer tudo e de melhor qualidade” E⁵. “É bom e deve continuar uma vez que estamos num processo de desenvolvimento onde aparecem dia após dia novas técnicas por isso temos a necessidade de ter mais e mais formação porque a agricultura é o futuro de Cabo Verde” E⁸. “É um momento fundamental para o desenvolvimento que queremos, porque ao capacitar o homem teremos maior rendimento e produção” E⁴.*

Por outro lado, a multiplicação das formações na área agrícola traria uma outra vantagem, *“tem uma vantagem que permite aos agricultores a terem conhecimentos por exemplo na utilização da água, da terra, de pesticidas, ter a noção do intervalo de tempo entre o tratamento de um produto e a colheita do mesmo produto” E³.*

No entanto, podemos constatar que ainda, *“é um sistema que se encontra muito baixo, os agricultores queixam-se de falta de formação na área agrícola, não é muito explorado, há muita falta de formação, porque na prática a agricultura é tida como parente pobre, podemos ver muitas formações nas outras áreas, mas no domínio agrícola*

há pouca formação e a assistência técnica há sim na teoria, mas na prática há muita falta. É preciso aumentar o número de formandos” E¹.

Portanto, nota-se na resposta dos sócios a necessidade da multiplicação e aprofundamento de formações na área agrícola, no âmbito da cooperativa, formando além de profissionais, cidadãos mais comprometidos com a realidade social, econômica, e ambiental em que vivemos. Aliás *“seria bom se houvesse mais e mais formação na área agrícola, porque estar formado é sempre importante. Tendo formação é tudo sempre” E².*

Em suma, o aprofundamento e multiplicação das formações no setor agrícola aos sócios da cooperativa, torna-se num desafio constante na medida em que suas competências estão sujeitas a um forte potencial de desatualização devido a inovação, investigação e desenvolvimento, permanentes, onde existe mudanças praticamente diárias, a nível da organização do trabalho e gestão, equipamentos, fertilização, controle de pragas e doenças, material vegetal e animal. Portanto, o desafio passa pela atualização e aquisição de novos conhecimentos que permitem satisfazer as necessidades da sociedade atual.

6.2.3. Satisfação dos sócios da cooperativa em relação formação na área agrícola ministrada no concelho

A satisfação dos sócios da cooperativa em relação as formações profissionais na área agrícola ministradas no concelho divergem conforme as opiniões que se seguem. Por um lado, uns consideram ser satisfatório para suas necessidades: *“permite alguma garantia na medida do possível” E². “Sim satisfaz, porque os conhecimentos adquiridos durante a formação são incrementados posteriormente no campo” E³. “O pouco que é adquirido satisfaz uma vez que o conhecimento adquirido é posto na prática na cooperativa” E⁴. “Satisfaz e tem um grande impacto” E⁸.*

Por outro lado, verificamos que os sócios consideram que as formações ministradas no concelho não satisfazem suas necessidades uma vez que: *“neste momento as formações são poucas e o número de formandos também” E¹. “Acho que não, é muito pouco, deveria haver mais formação e para mais agricultores” E⁷.*

Entretanto é comum entre eles a necessidade de ter-se mais formação no domínio agrícola, como podemos notar nos seus discursos: (...) *“o ideal seria ter mais formação o que beneficiaria a cooperativa a região e o país de uma forma geral”* E⁸. (...) *“deveria haver mais formação e para mais agricultores”* E⁶. (...) *“gostaríamos que tivéssemos mais formações”* E⁴. *“Deveria apostar-se mais na formação”* E⁵. *“Necessitamos ainda de mais e mais formação nesta área”* E⁷.

Em síntese, as percepções dos sócios relativamente a formação na área agrícola ministrada no concelho, por um lado, satisfazem suas necessidades, por outro lado nem tanto; no entanto, encontraram um ponto de convergência entre si ao concordarem com a necessidade de haver mais formação no domínio agrícola no âmbito da cooperativa.

6.3. Percepções dos sócios da cooperativa acerca do desenvolvimento sustentável

O quadro a seguir ilustra a percepção dos sócios da cooperativa acerca do desenvolvimento sustentável, bem como a formação na área agrícola como fator de desenvolvimento sustentável e ainda as práticas agrícolas desenvolvidas na cooperativa.

Quadro 12- percepções dos sócios da cooperativa acerca do desenvolvimento sustentável

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados
Percepções acerca do	- <i>Noção de desenvolvimento sustentável</i>	<ul style="list-style-type: none"> - <i>“É aquele que não deve prejudicar o ambiente nem o amanhã”.</i> - <i>“É uma produção que serve para sustentar as nossas famílias hoje e amanhã”.</i> - <i>“É um desenvolvimento que não coloca em causa o futuro”.</i> - <i>É o desenvolvimento da produção agrícola sem pôr em causa a produção futura”.</i> - <i>“É o desenvolvimento da produção agrícola sem prejudicar o ambiente”.</i> - <i>“É o desenvolvimento que preocupa com o hoje e o amanhã”.</i> - <i>“O D. S. é uma atividade chave que compreende diversas dimensões para sustentabilidade é o futuro e</i> 	E ¹ , E ² , E ³ , E ⁴ , E ⁵ , E ⁶ , E ⁷ e E ⁸

desenvolvimento sustentável		<i>deve ser uma aposta firme principalmente na área agrícola”.</i>	
	<p>- A formação profissional na área agrícola como fator de DS da cooperativa.</p>	<p>- “Acredito que sim, podendo ter menos impacto no imediato, mas podemos ter resultados ao longo dos tempos”.</p> <p>- “Acredito que sim, mas podia ser melhor”.</p> <p>- “Não sei dizer, mas penso que não”.</p> <p>- “Penso que sim, mas deveria ser melhor”.</p> <p>- “Busca mais é preciso mais”.</p> <p>- “Claro que sim permite ter conhecimentos que depois são postos em pratica”.</p> <p>- “Penso que sim”.</p> <p>- “São formações de pouca duração, ajuda um pouco mas é preciso mais”.</p>	<p>E¹, E², E³, E⁴, E⁵, E⁶, E⁷ e E⁸</p>
	<p>- Práticas agrícolas sustentáveis no âmbito da cooperativa</p>	<p>- “Contribui sim, uma vez que sustenta muitas famílias do concelho e das ilhas, as praticas são modernas onde 90% das irrigações e feita por gota, gota”.</p> <p>- “Contribuem uma vez que as práticas são modernas como rega gota-gota, adubação em filtro, produção em estufa”.</p> <p>- “Sim contribui, uma vez que temos quase 100% de rega gota-gota”.</p> <p>- “Contribui, mas carece de maior segmento. as praticas são modernas com quase 100% de irrigação gota, gota”.</p> <p>- “É claro que contribui, mas poderia ser fazer-se melhor”.</p> <p>- “Penso que contribui principalmente na cooperativa, mas poderia ser fazer-se melhor”.</p> <p>- “Acredito que sim contribui, mas precisa melhor ainda mais”.</p>	<p>E¹, E², E³, E⁴, E⁵, E⁶, E⁷ e E⁸</p>

		- <i>“As praticas precisam ser melhoradas”.</i>	
--	--	---	--

Fonte: entrevista aos sócios da cooperativa 12/2018

6.3.1. O desenvolvimento sustentável

Surgido a partir dos estudos da ONU, o termo desenvolvimento sustentável, aparece como resposta às mudanças climáticas e requer interação de várias áreas de estudo. Assim a CMMAD (1987), definiu o desenvolvimento sustentável, como o processo em que se usa, no presente, os recursos naturais para atender as necessidades atuais, sem comprometer esses mesmos recursos para as novas gerações.

Concordando com a definição da CMMAD, também os sócios da cooperativa consideram o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo: *“O desenvolvimento da produção agrícola sem prejudicar a ambiente” E⁶. “É o desenvolvimento da produção agrícola sem pôr em causa a produção futura” E⁵. “É um desenvolvimento que parte de um pressuposto de que devemos tirar um proveito equitativo tanto para o presente e para o futuro” E⁴. “É um desenvolvimento que não coloca em causa o futuro, por exemplo cultivar o terreno sem deixar estragar para poder trabalhar também amanhã” E³. “É quele que não deve prejudicar o ambiente nem o amanhã” E¹. “É o desenvolvimento que preocupa com o hoje e o amanhã” E⁷.*

Verifica-se que os entrevistados estão bem cientes daquilo que é o conceito de desenvolvimento sustentável, ainda que seja considerado por um dos entrevistados como: *“conversas bonitas escritas no papel, mas não passam disso é preciso criar condições bases para chegar a esses objetivos” E¹.*

Por serem agricultores nota-se nos conceitos de desenvolvimento sustentável apresentado pelos sócios uma forte preocupação com a dimensão ambiental, ainda que também seja visível de uma forma menos acentuada, a dimensão social como nos ilustra o discurso deste entrevistado: *“é uma produção que serve para sustentar as nossas famílias hoje e amanhã, rende para nós e para os outros” E².*

Ainda mais; um dos entrevistados focou que, *“É uma atividade chave que compreende diversas dimensões para a sustentabilidade, é o futuro e deve ser uma aposta firme principalmente na área agrícola”* E⁸, referindo-se ao que a CMMAD (1991) considera ser os três pilares da sustentabilidade: a social, ambiental e económica.

6.3.2. A formação profissional na área agrícola como fator de DS da cooperativa

Hoje, a formação profissional na área agrícola perfila-se como um instrumento através da qual permite aos agricultores a aquisição de um sólido conhecimento técnico-científico e socioeconómico e visão eco humanista - cabe, portanto, contribuir para que o desenvolvimento das forças produtivas do setor rural esteja em consonância com o bem-estar das populações e conservação ambiental.

Com vista a aquisição do desenvolvimento que se quer que seja sustentável, os sócios, quando questionados se a formação profissional na área agrícola ministrada no concelho potencia o desenvolvimento sustentável do setor agrícola no âmbito da cooperativa, obtivemos as seguintes respostas: *“acredito que sim podendo ter menos impacto no imediato, mas podemos ter resultados ao longo dos tempos”* E⁸. *“Acredito que sim, mas podia ser melhor”* E⁵. *“Busca mais é preciso mais, na cooperativa que era celeiro agrícola devia ter mais acompanhamento por parte dos extencionistas para ver se os conhecimentos teóricos adquiridos estão sendo postos em prática”* E⁴. *“Claro que sim permite ter conhecimentos que depois são postos em prática por exemplo hoje temos quase 100% de rega gota-gota que permite grande poupança da água”* E³. *“Penso que sim”* E².

Contrariamente a estes há um dos sócios que considera que a formação profissional ministrada no concelho não potencia o desenvolvimento sustentável deste setor como podemos ver: *“não sei dizer, mas penso que não”* E⁶.

Com efeito, ficou visível entre as opiniões dos sócios, a necessidade de trabalhar ainda mais a questão do desenvolvimento sustentável, uma vez que estes consideram que as formações: *“ajudam um pouco mas é preciso mais”* E¹. *“Contribuem, mas carece de maior segmento”* E⁴. *“Acredito que sim, mas podia ser melhor”* E⁵. Portanto, de uma forma geral, os sócios consideram que a formação profissional na área agrícola

ministradas no concelho, potencia o desenvolvimento sustentável no âmbito da cooperativa, cientes de que poderia ser melhorado.

6.3.3. Práticas agrícolas sustentáveis no âmbito da cooperativa

A CMMAD (1991), alerta que a exploração excessiva dos recursos naturais pode tornar uma sociedade menos capaz de atender as necessidades básicas das gerações futuras. Assim, uma “nova” conceção na relação homem – natureza só será possível quando estiver fundamentada nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Para isso, torna-se necessária adoção de medidas e práticas compatíveis, principalmente, com o meio ambiente. Para tal, analisamos as opiniões dos sócios da cooperativa a cerca das práticas agrícolas efetuadas na cooperativa com o intuito de ver se estas contribuem para o desenvolvimento sustentável.

Conforme as opiniões dos nossos entrevistados podemos constatar que a maioria deles consideram que as práticas contribuem para o desenvolvimento sustentável uma vez que: *“as práticas são modernas onde 90% das irrigações são feitas através do sistema gota-gota” E¹. “É claro que contribui” E⁵. “Sim contribui, uma vez que temos quase 100% de rega gota-gota” E³. Contribui, as práticas são modernas com quase 100% de irrigação gota-gota” E⁴. Contribuem uma vez que as praticas são modernas como rega gota-gota, adubação em filtro, produção em estufa” E². Como podemos conferir nas imagens que seguem.*

Figura 5 - Imagens de práticas agrícolas sustentáveis na cooperativa Justino Lopes



Fonte: Autor 2018

Por outro lado, nem todos os sócios são da mesma opinião de que as práticas são sustentáveis, considerando que estas precisam ser melhoradas tanto porque: *“ainda carece de um segmento, há falta de conhecimento e algumas práticas ainda não são sustentáveis como a queima de resíduos”* E³. (...) *“Gostaria que fosse 100% principalmente na preparação do terreno”* E¹. *“As práticas ainda não são as melhores, ainda fazemos por exemplo rega por alargamento, por isso, precisam ser melhoradas”* E⁸. Nota-se, portanto, que os agricultores ainda utilizam as práticas tradicionais a fim de atender suas necessidades imediatas principalmente na produção de alimentos sem ter em conta a degradação ambiental a longo prazo, como nos mostra as imagens abaixo.

Figura 6 - Imagens de Práticas Agrícolas Insustentáveis na cooperativa Justino Lopes



Fonte: Autor 2018

Podemos concluir então que os sócios, por um lado, concordam que as práticas agrícolas na cooperativa são sustentáveis, por outro lado nem tanto. O certo é que alguma coisa está sendo feita e tem havido mudanças; mas ainda precisam ser melhoradas para atingirmos a tão desejada sustentabilidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação profissional na área agrícola proporciona aos agricultores e não só, um leque de conhecimentos básicos, que visem prepará-los para enfrentarem os desafios do mercado atual, quer tecnicamente quer em termos de atitudes, que contribuem para o desenvolvimento das suas atividades em consonância com o bem-estar das populações e conservação ambiental.

Pretendemos com este estudo, compreender a Formação Profissional no contexto do Desenvolvimento Sustentável do setor agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes. Para isso, o estudo incidu-se sobre os sócios da cooperativa, bem como os responsáveis pela área da formação profissional e agrícola no concelho, procurando entender implicativos, que estão na base da problemática da formação profissional voltada para o setor agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes.

Além disso, especificamente, o estudo visava, caracterizar a formação profissional na área agrícola ministrada no concelho, identificar as necessidades da formação profissional na área agrícola na cooperativa Justino Lopes; caracterizar os sócios da cooperativa Justino Lopes a nível da formação profissional. Objetivos estes, que acabariam por dar resposta a pergunta traçada inicialmente.

Para isso, procedi a análise dos discursos dos intervenientes do estudo recolhidos através das entrevistas. Neste ponto, de acordo com os responsáveis pela formação profissional e pela área da agricultura no concelho, ficou evidente que, a falta de formação tanto no domínio agrícola como no domínio da gestão, estão na base dos problemas da cooperativa tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, é visível também a falta do envolvimento por parte de entidades oficiais, bem como as privadas no processo de alavancar da cooperativa.

Por sua vez, a maioria dos sócios entrevistados consideram a falta de formação profissional na área agrícola, como um dos problemas que afetam a produtividade da cooperativa com vista o desenvolvimento sustentável. Contudo, nem todos têm esta mesma perceção e são da opinião de que os conhecimentos empíricos adquiridos através da experiência ao longo dos tempos dão garantias a produtividade da cooperativa.

Quanto à formação profissional na área agrícola ministrada no concelho esta encontra-se organizada da seguinte maneira: através de entidades credenciadas para tal (CEFPSC, DMAASC e CMSC), com finalidades de assegurar a formação profissional dos indivíduos. Recordo que ambos têm responsabilidades diferentes, o CEFPS, com a finalidade não só de ministrar formação no domínio agrícola, mas também com um amplo campo de atuação relativamente a ofertas formativas, a DMAASC, que ministram pequenas seções de formações, sobretudo na área agrícola e aos agricultores, e por sua vez a CMSC, que entra com a parte essencialmente de financiamento a tais formações relegando as responsabilidades pedagógicas aos dois anteriores referenciados.

Em relação aos cursos estes encontram-se organizados em módulos formativos, fornecendo aos formandos instrumentos que lhes permitam a aquisição de competências que possibilitem a atuação no mundo rural, que na opinião dos responsáveis pela área da formação profissional e pela área agrícola vêm favorecendo não só aos sócios da cooperativa, mas também aos agricultores de uma forma geral. Perceção esta contraditória para os sócios que por um lado satisfazem suas necessidades, por outro lado nem tanto. No entanto, tanto os responsáveis como os sócios concordam que as formações são insuficientes.

Também propomos identificar as necessidades da formação profissional na área agrícola na cooperativa Justino Lopes. Neste aspeto, de acordo com as opiniões dos responsáveis, a falta de formação tanto no domínio agrícola como no domínio da gestão, estão na base dos problemas da cooperativa, tendo em vista o seu desenvolvimento, evidenciando nos seus discursos a necessidade da diversificação de formação principalmente no domínio da gestão no âmbito da cooperativa Justino Lopes.

Por sua vez, os sócios consideram ser necessário o aprofundamento e multiplicação das formações no setor agrícola aos sócios da cooperativa, tornando-se num desafio constante na medida em que suas competências estão sujeitas a um forte potencial de desatualização devido a inovação, investigação e desenvolvimento permanentes, onde existem mudanças particularmente diárias, ao nível da organização do trabalho e gestão, equipamentos, fertilização, controle de pragas e doenças, material vegetal e animal.

Portanto, o desafio passa pela atualização e aquisição de novos conhecimentos que permitem satisfazer as necessidades atual da cooperativa.

Também propomos caracterizar os sócios da cooperativa Justino Lopes a nível da formação profissional. Importa dizer que das entrevistas realizadas aos sócios, quatro dos quais possuem formações na área agrícola e os restantes quatro não possuem nenhuma formação, pelo que podemos considerar que existe um equilíbrio entre eles. Das formações que estes possuem, existe uma diversidade entre elas o que permite ampliação nas áreas de atuação.

No discurso dos entrevistados relativamente ao conceito de desenvolvimento sustentável, constatamos que tanto os responsáveis como os sócios consideram-no como sendo, “atuação do homem de forma a satisfazer as suas necessidades atuais, salvaguardando aquilo que são as necessidades futuras em vários níveis”, principalmente a nível da produção, mostrando uma forte preocupação com a dimensão ambiental.

Quanto às práticas agrícolas, os responsáveis pela área da agricultura e formação profissional consideram não ser das melhores a nível do concelho. Por sua vez, no âmbito da cooperativa, os sócios consideram ser quase 100% sustentáveis as práticas agrícolas, cientes de que ainda há certas práticas que necessitam ser melhoradas para atingirem os 100%.

Tanto os responsáveis como os sócios realçaram o contributo e a importância da formação profissional na área agrícola como potencializador de desenvolvimento sustentável, tanto para o concelho como para a cooperativa, cientes de que poderia fazer-se mais e melhor.

Para tal, é consensual entre os sócios e os responsáveis quando questionados sobre a importância da formação profissional na área agrícola, realçando que esta permite a aquisição de competências necessárias para o exercício das suas atividades profissionais, melhorando e aumentando a qualidade das suas produções, tornando-se numa ferramenta importantíssima.

Podemos entender então que os implicativos que estão na base da problemática da atual situação da cooperativa Justino Lopes em Santa Cruz, prende-se, por um lado, pela

necessidade de se apostar mais na formação no domínio agrícola para os sócios e agricultores da cooperativa, bem como no domínio da gestão, dotando seus recursos humanos de conhecimentos técnicos que permitem acompanhar as exigências do mundo atual. Para isso, torna-se necessário a implementação de mais e melhores políticas voltadas para o setor agrícola, apostando principalmente na formação profissional na área agrícola; pois, acreditamos que a base para o desenvolvimento que se quer que seja sustentável, está na formação.

Em fim, as nossas considerações a este trabalho devem ser entendidas como uma possibilidade de reflexão, de repensar, de replanear, no sentido de compreendermos a importância da formação profissional na área agrícola, tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Isto, numa altura em que, é cada vez mais escasso os recursos e a necessidade de se incrementar políticas assertivas, conducentes ao desenvolvimento integrado e sustentável; espera-se de todos os intervenientes, ações devidamente concertadas, democraticamente construídas e planificadas, que confere uma unidade e sentido estratégico a um conjunto diversificado de iniciativas, de modo a tirar o maior rendimento possível desses poucos recursos e proporcionar mais e melhor qualidade de vida às populações. Cientes das limitações deste estudo, principalmente pela escassez de documentos e estudos relativamente ao tema esperamos ter dado o nosso contributo para o despertar de novos e diversificados estudos brevemente, apresentando ainda algumas recomendações:

Multiplicação e aprofundamento de formações profissionais na área agrícola e gestão, tanto para os sócios da cooperativa como para os agricultores em geral; Criação de acordos projetos em parcerias com universidades nacionais e internacionais, proporcionando intercâmbios de capacitação no domínio agrícola aos agricultores; Desenvolver políticas voltadas para o setor agrícola fundamentada desde a produção, transformação, distribuição e transporte, respeitando esta cadeia até colocação dos produtos no mercado; Mais e melhor seguimento dos extencionistas do MAA aos agricultores; Incutir nos agricultores a essência do desenvolvimento sustentável por vista a adotarem boas práticas para melhorarem a utilização dos escassos recursos naturais existentes; Incluir nos programas/currículos escolares e de formações profissionais e superiores, questões que potenciam o desenvolvimento sustentável.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. G. M. P. (2003). *As cooperativas agropecuárias e o brde: histórico, situação atual e perspectivas*. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Porto Alegre;
- ALVES, N. (1997). *Educação para a Democracia e para a Cidadania/ Formação para o trabalho: as duas faces da mesma moeda*. In R. Fernandes, F. A. Costa & I. Narciso (Eds.), *Contributos da Investigação Científica para a qualidade do ensino* (Vol. I). Lisboa: Ministério da Educação, Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto de Inovação da Educação;
- AFONSO, E. (2007), *Heranças esquecidas- As raízes de Santa Cruz, o nome de um concelho que era para ser Pedra Badejo e ninguém sabe porque (não) é São Tiago*. Encontro de reflexão Cancelo, que futuro? Associação dos amigos de Cancelo (ADAC);
- BAPTISTA, C. S. e SOUSA, M. J. (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa 5ª Edição. Pactor Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação;
- BARDIN, L. (2008), *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal. Edições 70 LDA;
- BARDIN, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal. Edições 70 Lda;
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora;
- CARDIM, J. C. (1999). *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*. Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional. 2ª Edição;
- CARDIM, J. C. (2005). *Formação Profissional: problemas e políticas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- CEITIL, M. (2007). O Papel da Formação no Desenvolvimento de Novas Competências. In A. Caetano & J. Vala (Eds.), *Gestão de Recursos Humanos – Contextos, Processos e Técnicas*, 3ª Edição. Lisboa;
- COELHO, Carlos Dinarte & RECH, Luiz Roberto Dalpiaz (2000). *Técnico Agrícola: formação e atuação profissional*. Porto Alegre: Imprensa Livre;
- COELHO, Carlos Dinarte & RECH, Luiz Roberto Dalpiaz (2015). *Manual profissional do Técnico Agrícola*. 3ª Edição. Porto Alegre: Imprensa Livre;
- DAL SOGLIO, F. K. (2008). *A crise ambiental planetária, a Agricultura e o Desenvolvimento*. Texto escrito para a disciplina DERAD008 Agricultura e Sustentabilidade, oferecida em 2008/2 pelo PLAGEDER. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/583.pdf>. Acessado em: 19/09/2018;

DE PLÁCIO e SILVA, (2000), *Vocabulário jurídico*. 17.ed. Rio de Janeiro: forense, 2000;

EHLERS, E. (2004) *Agricultura Sustentável*. In: Instituto Socio ambiental, Almanaque Brasil Socio ambiental. São Paulo;

ESTEVES, Lídia Máximo. (1998) *Da Teoria à Prática: Educação Ambiental com Crianças pequenas ou O Fio da História*. Porto. Ed. Porto Editora;

FAIRBRAIN, B. (2004), “Social Movements and Co-operatives: Implications for History and Development”, *Review of International Co-operation*, vol. 94 nº 1/2001;

FERREIRA, V. A. D. S. (2014). *Conflitos e Participação no uso da Agua da Barragem de Poilão, Ilha de Santiago Cabo Verde*. (Tese Doutoramento). Universidade de Cabo Verde;

FIGUEIRA, E. (2003). *Formação Profissional e cultura: uma introdução*. In E. Á. d. C. FIGUEIRA (Ed.), *Formação Profissional na Europa: cultura, Valores e Significados*. Lisboa: Instituto para a Inovação na Formação;

FIGUEIRA, E., SILVA, C., & SAÚDE, S. (2003). *Cultura, Valores e Significados de Formação Profissional: um enquadramento para reflexão*. In E. Á. Figueira (Ed.), *Formação Profissional na Europa: cultura, Valores e Significados*. Lisboa: Inafor;

FISHER, J. (1998). *Geography and development. A World regional approach*. Columbus/USA: Merrill Publ. Co;

FRANCO, M. L. (1987). *Introduzindo a problemática do ensino técnico agrícola, um pouco de sua história*. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília, vol. 68;

FRIGOTTO, G. (2001). *Educação e Trabalho: bases para debater a Educação profissional emancipadora*. *Perspetiva Revista do Centro de Ciências da Educação-UFSC*. Florianópolis: UFSC, v.1;

GOMES, P. M. (2003). *Eco - Turismo: uma (re) leitura dos discursos*. Brasília: MMA, IBAMA - Serie Educação Ambiental;

IDE, R. M. (2005), “Uma Análise das Diferentes Noções do Cooperativismo na Perspetiva Construcionista” *Psicologia & Sociedade*, maio/agosto 2005, vol. 17;

JACOBI, P. R. (2005). *Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo*. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2;

JESUS, P. (2007). *Ideologia versus Práticas de Gestão: O caso das cooperativas de consumo na ilha de Santo Antão*. Dissertação de Mestrado. ISCTE Business School, Departamento de Gestão: Lisboa;

MANFREDI, S. M. (2002). *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez;

MAGALHÃES, C. F. C. (2014). *Ensino profissional como meio de preparação do formando, com vista a uma (re) inserção ou progressão no mercado de trabalho*. Porto. Universidade Lusófona do Porto;

MENDES, L. C. (2013). *A Formação Profissional na Criação de Autoemprego nas Regiões Periféricas: Cabo Verde - Ilha de Santiago (2005 a 2010)*. Universidade Lusófona de Tecnologia e Humanidades – Instituto de Educação. Lisboa;

MILLÉO, M. V. R. (2000). *O Ensino Reflexivo na Formação do Engenheiro Agrônomo: um estudo de caso na Fitotécnica*. (Tese Doutorado) Curitiba;

OLIVEIRA, G. B. de. (2002). *Uma Discussão sobre o Conceito de Desenvolvimento*. Revista da FAE. Curitiba, V. 5;

PARDAL, L. & LOPES, E. S. (2011). *Métodos e técnicas de investigação social*. Areal Editores;

PINA, R. (2008). *Associativismo e Desenvolvimento Local em Cabo Verde: Notas Sobre Alguns Percursos de Revitalização Rural*. In Atas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), Faro, Universidade do Algarve, 1-3 nov. – SPER;

RAMOS, M., (2003). *Ação Social na área do Emprego e da Formação Profissional*. Lisboa; Universidade Aberta;

RAMSAY, Jorge et al. (1972). *Extensión agrícola dinamica del desarrollo rural*. Lima/Peru, IICA/OEA;

RODRIGUES, N. (2010). *Políticas Públicas e Desenvolvimento da Agricultura na Ilha de Santiago – Cabo Verde*. Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências Humanas. Recife;

RODRIGUES, J. M. M. e SILVA, E. V. (2013). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios*. 3ª Edição. UFC; Fortaleza;

SACHS, I. (2002) *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond;

SACHS, I. (2004). *Desenvolvimento Inclusivo, Sustentável, Sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond/Sebrae;

SACHS, I (2007). *Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática de desenvolvimento*. São Paulo: Cortez;

SANTOS, A. R. (1999), *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP. & A;

SARAGOÇA, J., SILVA, C. A. da, & FIALHO, J. (2013). *Formação Profissional-Práticas organizacionais, políticas públicas e estratégias de ação* 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo;

SEM, A. (2009) *A decade of human development*. *Journal of Development*, V.1;

SOARES, A. M. D. (2003). *Política educacional dos currículos de formação de técnicos em agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?* Tese (Doutoramento e Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;

SOARES, A. M. D; OLIVEIRA, L.M.T. (2005). *Ensino técnico agropecuário: “novas” perspectivas ou uma velha receita?* In: Moreira, J. P. (org) *Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A;

SOBRAL, F. J. M. (2005). *A Formação do Técnico em Agropecuária no Contexto da Agricultura Familiar do Oeste Catarinense*. Campinas;

SOBRAL, F.J.M. (2008). *Novos Desafios para a Educação no Campo*. Palestra apresentada no seminário nacional de educação profissional do PRONERA-INCRA, Luziânia – GO;

SOUZA, N. J. (2005). *Desenvolvimento Económico*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas;

STAKE, R. (2009). *Arte da investigação com estudos de casos*. Madrid: Ed Morata;

TOLENTINO, A. C. (2006). *Universidade e Transformação social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: o caso de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação;

VARELA, T. (1991), “*Djuda e Djunta Mô: Formas Informais (Marginais?) de Cooperativismo*”, Encontro de Reflexão Sobre o Movimento Cooperativo Cabo verdiano;

VARELA, B. (2010). *Um olhar sobre a evolução do movimento cooperativo em Cabo Verde*: disponível em <https://www.academia.edu>;

VALA, J. (1989). A análise de conteúdo. In A. Silva & J. Pinto (Orgs.) *Metodologia das ciências sociais* (pp. 103- 107). 3ª Edição. Porto: Edições Afrontamento;

VAZ, A. T., SACADURA, F., SILVA, L. M. & CORDEIRO, M. 2016. *Promover a inovação nos sectores agrícola, alimentar e florestal em Cabo Verde – A importância de*

uma rede de partilha de conhecimento e tecnologia. Disponível em: https://issuu.com/inovisa/docs/skan_cplp_cv_final;

VIEIRA, A. M. (2014). *Análise das Necessidades de Formação Contínua de Professores do Ensino Secundário de Cabo Verde no contexto da Revisão Curricular.* (Tese de Doutoramento). Instituto de Educação. Universidade do Minho;

VIANA, Gilnei; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (2001) O Desafio da Sustentabilidade: um debate socio ambiental no Brasil. São Paulo: Peseu Abramo;

VILAR, A. M. (2008). *A Formação Profissional e o Ambiente: sustentabilidade e emprego.* Revista Europeia de Formação Profissional;

VILELAS, J. (2009). *Investigação – O Processo de Construção do Conhecimento.* Lisboa: Edições Sílabo;

VEIGA, J. E. da (2001). *O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.* Estudos avançados, São Paulo, v.15, n. 43;

VEIGA, J. E. da. (2006). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.* 2ª Edição. Rio de Janeiro: Garamond;

YIN, R. K. (2001). *Estudo de Caso: planeamento e métodos.* 2ª Edição. Porto Alegre Bookman.

Documentos consultados

Associação Justino Lopes (2018) *Relatório de contas 2017*;

Atlas do V e VI Encontro dos Jovens Investigadores Cabo-Verdianos (2016). *O Papel da Produção Científica e Tecnológica dos Jovens no Mundo.*, AJIC. São Lourenço dos Órgãos/Lisboa;

Câmara Municipal de Santa Cruz (2016), *Revista Camara Municipal de Santa Cruz*, Alfa-Comunicações, Lda, Praia, Cabo Verde;

Câmara Municipal de Santa Cruz: Programa de Governação Municipal de Santa Cruz 2016-2020;

Câmara Municipal de Santa Cruz (2003), *Plano Ambiental Municipal de Santa Cruz*;

Centro Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz (2015) *Historial do centro*;

Centro Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz (2018) *Programa Formativo Associado ao perfil Atividades Básicas de Agricultura*;

Centro Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz (2018) *Programa Formativo Associado ao perfil Gestão de Produção Agropecuária*;

Centro Emprego e Formação Profissional de Santa Cruz (2018) *Programa Formativo Associado ao perfil Horticultura*;

CIME - Comissão Interministerial para o Emprego. (2001). *Terminologia de Formação Profissional- Alguns Conceitos Base- III*. Lisboa: Direção-Geral do emprego e formação profissional;

CMMAD, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *Nosso Futuro em Comum*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas;

Constituição da República de Cabo Verde (2012) *2ª Revisão Ordinária de 26 de julho de 2010*;

Delegação do Ministério de Agricultura e Ambiente de Santa Cruz - Relatório de formação em fruticultura para os agricultores e viveiristas 2018-2018;

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/UNDP) – *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx> - (consultada em 20 de julho de 2018);

República de Cabo Verde (2016) *Programa de Governo na IX Legislatura*;

República de Cabo Verde (2017/2021) *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável*;

República de Cabo Verde (2001) *As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica*;

República de Cabo Verde (2012), *Cabo Verde no Contexto de Desenvolvimento Sustentável*: Relatório à Conferência Rio + 20;

Regime Jurídico da Formação Técnico – Profissional e Emprego nos PALOP e Timor Leste – Coletânea de Legislação, (2013) 1ª Edição. Praia;

Relatório Anual do Banco Mundial (2016);

Ministério da Agricultura e Ambiente/INE – V Recenseamento Geral da Agricultura, 2015;

Ministério do Ambiente, Agricultura e Pesca (2004), *Plano de Ação Nacional para o Ambiente*, PANAI, 2004 – 2014;

UNESCO (1991). *Convenção sobre o Ensino Técnico-Profissional. Novos Rumos para o Ensino Tecnológico e Profissional*. Atas da Conferência Nacional. Porto: ME/GETAP.

Sites Consultados

www.cmscz.cv

<http://www.governo.cv/>

inecv@ine.gov.cv

<http://iefp.cv/>

<https://iefp.cv/2018/07/03/scruz/>

Legislação Consultada

Decreto-Lei n.º 396/2007. Artigo 3.º. Diário da República, 1.ª série — N.º 251 — 31 de dezembro de 2007;

Decreto-lei n.º 112/2013 B. O. da República de Cabo Verde, 1ª série – N.º 59 de 1 de novembro de 2013;

Decreto-lei n.º 53/2014. Artigo 2º. B. O. da República de Cabo Verde, 1ª série – N.º 56 de 22 de setembro de 2014;

Decreto-Legislativo n.º 2/2010, de 7 de maio, que altera a Lei de Bases do Sistema Educativo;

Decreto-lei n.º 53/2013 B. O. Da Republica de Cabo Verde 2ª série de 25 de outubro de 2013;

Decreto-Lei n.º 6/2011. Art.º 6. B.O. da Republica de Cabo Verde, 1ª série n.º 8 de 21 de fevereiro de 2011;

Decreto – Lei n.º 49/2016. Art.º 28 B.O da Republica de Cabo Verde, 1ª série n.º 54 de 27 de setembro de 2016.

Anexos

Guião de Entrevista aos sócios e agricultores do perímetro agrícola Justino Lopes

Este guião de entrevista semiestruturada é parte integrante de um estudo realizado no âmbito do Mestrado em Ciências de Educação e Desenvolvimento Sustentável, intitulado: **A Formação Profissional na área agrícola e o Desenvolvimento Sustentável: estudo de caso do Perímetro Agrícola Justino Lopes em Santa Cruz**. Serve para orientar a recolha de informações para Compreender a Formação Profissional no contexto do Desenvolvimento Sustentável do setor agrícola. As suas respostas e os dados recolhidos através desta entrevista serão confidenciais e utilizados exclusivamente para este fim, respeitando a privacidade dos entrevistados.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

O responsável: Euclides Benjamim Tavares

Blocos Temáticos	Objetivos Específicos	Formulário de Questões Dos Tópicos
Bloco A Legitimação da Entrevista	Legitimar a entrevista	1- Informar sobre a natureza do trabalho e sobre o objetivo da entrevista; 2- Assegurar a confidencialidade das respostas; 3- Solicitar autorização para gravar a entrevista; 4- Valorizar o contributo do entrevistado.
Bloco B Perceções acerca da importância da formação profissional na área agrícola	Obter informações sobre importância da formação profissional na área agrícola	5-Quais as motivações que o a levaram a trabalhar na área agrícola? 6- O que pensa sobre a formação profissional na área agrícola? 7- Qual a sua opinião sobre o plano curricular para a formação profissional na área agrícola administrada no centro de santa cruz? 8- Tens e quais as motivações que o (a) levaram a realizar a formação profissional na área agrícola?
Bloco C Perceções sobre as necessidades e dificuldades da formação profissional na área agrícola no	Recolher dados relativos as perceções das necessidades e dificuldades da formação profissional na área agrícola na cooperativa Justino Lopes	9-Desde e como se sente em fazer parte da cooperativa Justino Lopes? 10-Quais as dificuldades encontradas na prática agrícola na cooperativa, e que medidas foram tomadas para colmatar algumas dessas dificuldades? 11-O que acha do aprofundamento – multiplicações de seções de formação profissional na área agrícola no concelho?

A Formação Profissional na área agrícola e o Desenvolvimento Sustentável: estudo de caso do Perímetro Agrícola Justino Lopes em Santa Cruz.

117

<p>âmbito da cooperativa Justino Lopes</p>		<p>12- Na sua opinião a formação na área agrícola ministrada no concelho satisfaz as necessidades dos sócios da cooperativa?</p> <p>13- Na sua opinião a falta de formação profissional na área por parte dos sócios afeta ou tem afetado a produtividade da cooperativa podes justificar?</p>
<p>Bloco D Perceções sobre ODS do setor agrícola no âmbito da cooperativa</p>	<p>Recolher dados que permitam ter a noção da utilização dos ODS no setor agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes</p>	<p>14- Qual a sua opinião sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável?</p> <p>15- Achas que a formação profissional na área agrícola procura trabalhar o desenvolvimento sustentável deste setor?</p> <p>16- Considera que as práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores na cooperativa contribuem para o desenvolvimento sustentável?</p> <p>17- Na sua opinião o que pensas ser importante aprender ou ser feito para contribuir para o Desenvolvimento Sustentável da região e da cooperativa em particular?</p>

Guião de entrevista a responsáveis pela área da formação profissional e a responsáveis pela área agrícola no concelho.

Este guião de entrevista semiestruturada é parte integrante de um estudo realizado no âmbito do Mestrado em Ciências de Educação e Desenvolvimento Sustentável, intitulado: **A Formação Profissional na área agrícola e o Desenvolvimento Sustentável: estudo de caso do Perímetro Agrícola Justino Lopes em Santa Cruz.** Serve para orientar a recolha de informações para Compreender a Formação Profissional no contexto do Desenvolvimento Sustentável do setor agrícola. As suas respostas e os dados recolhidos através desta entrevista serão confidenciais e utilizados exclusivamente para este fim, respeitando a privacidade dos entrevistados.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

O responsável: Euclides Benjamim Tavares

Blocos Temáticos	Objetivos Específicos	Formulário de Questões Dos Tópicos
Bloco A Legitimação da Entrevista	Legitimar a entrevista	1- Informar sobre a natureza do trabalho e sobre o objetivo da entrevista; 2- Assegurar a confidencialidade das respostas; 3- Solicitar autorização para gravar a entrevista; 4- Valorizar o contributo do entrevistado.
Bloco B Perceções acerca da importância da formação profissional na área agrícola	Obter informações sobre a importância da formação profissional na área agrícola	1. Na sua opinião qual a importância da formação profissional na área agrícola? 2. Ao terminar a formação profissional na área agrícola, quais as competências/habilidades o formando adquire? 3. Tem havido grande aderência a oferta formativa profissional na área agrícola? Podes justificar? 4. Tens conhecimento e concostas com o plano curricular para essa área?
Bloco C Perceções sobre as necessidades e		5. Sendo um concelho (Santa Cruz), com grandes potencialidades agrícolas quais os planos/projetos para a formação nesta área?

<p>dificuldades da formação profissional na área agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes</p>	<p>Recolher dados relativos as necessidades e dificuldades da formação profissional na área agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes</p>	<p>6. Sendo uma das cooperativas de maior destaque a nível nacional a cooperativa Justino Lopes vem enfrentando diversas dificuldades de se reafirmar como um dos promotores do desenvolvimento do concelho. Podes explicar os motivos?</p> <p>7. A formação profissional na área agrícola ministrada no concelho satisfaz as necessidades dos sócios dessa cooperativa?</p> <p>8. Existe algum programa/projeto a nível da formação profissional na área agrícola no âmbito dessa cooperativa?</p>
<p>Bloco D</p> <p>Perceções sobre ODS do setor agrícola no âmbito da cooperativa</p>	<p>Recolher dados que permitam ter a noção da utilização dos ODS no setor agrícola no âmbito da cooperativa Justino Lopes</p>	<p>9. O que entendes por desenvolvimento sustentável?</p> <p>10. Na sua opinião formado na área agrícola de hoje deve ser para atuar em grandes e médias propriedades, deve usar técnicas compatíveis às agroecossistemas e fundamentar-se nos princípios do desenvolvimento sustentável? Podes justificar?</p> <p>11. A formação profissional na área agrícola ministrada no concelho potencia o desenvolvimento sustentável deste setor?</p> <p>12. As práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores no concelho têm contribuído para o desenvolvimento que se quer que seja sustentável? De que forma?</p>

Carta aos participantes do estudo

Euclides Benjamim Tavares
Pedra Badejo
Contacto: 9234455

Exmo. Senhor

Assunto: Solicitação de entrevista

No âmbito do ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Ciências da Educação, área de especialização em Educação para o Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Cabo Verde, encontro-me a realizar minha tese de Dissertação intitulado: **A Formação Profissional na área agrícola e o Desenvolvimento Sustentável: estudo de caso do Perímetro Agrícola Justino Lopes em Santa Cruz**, que tem como objetivo Compreender a Formação Profissional no contexto do Desenvolvimento Sustentável do setor agrícola.

Neste sentido, venho por este meio, solicitar a Vossa Excelência, uma entrevista a realizar-se neste mês de dezembro (____), de acordo a disponibilidade da vossa agenda. De salientar que a entrevista deverá ter a duração aproximada de 30 minutos e os dados recolhidos serão exclusivamente utilizados no contexto do presente estudo, o qual depois de terminado, terei todo o prazer em vos enviar.

Atenciosamente aproveito para endereçar-lhe os melhores cumprimentos.

Pedra badejo, 22 de dezembro de 18

Euclides Benjamim Tavares